

PRESENÇA NACIONAL DO MDB

BIBLIOTECA CENTRAL DOS
ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

CRÍTICA

Ano 2 / Nº 59

22/28 de setembro de 1975

Cr\$ 4,00



GILBERTO
GIL:
QUEM
SABE
DE
MIM
SOU
EU

MEDICAMENTOS FRAUDADOS E INDÚSTRIA QUÍMICA DE BASE

DR. MÁRIO VICTOR DE ASSIS PACHECO
(Secretário geral da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro - AMERJ)

Sob o título verdadeiro de "Remédios da morte" e com a assinatura do jornalista Sergio Macedo, Crítica publicou em seu número 57 de 8 a 14 de setembro de 1975 magnífico artigo de advertência ao povo consumidor de remédios alertando as autoridades em geral e os médicos de modo especial a propósito dos riscos de uso de diversos medicamentos, inclusive antibióticos à base de cloranfenicol. No número 6 de 11 a 18 de dezembro de 1972, ou seja, há quase três anos, havíamos publicado em Opinião um artigo intitulado "Cloranfenicol, doenças e lucros".

Recentemente, em investigação pessoal e particular, verificamos com muita preocupação que a venda de produtos farmacêuticos à base de cloranfenicol tem aumentado, razão por que ocorreu-nos solicitar à Crítica a transcrição do nosso artigo, com parágrafo de acréscimo que lhe dará mais valor por apontar a solução que nos parece justa e definitiva, seja no que se refere à venda do cloranfenicol, seja também dos demais medicamentos, os quais, quando fraudados, são responsáveis por desastres algumas vezes fatais, além de comprometerem o conceito elevado de médico iludido em sua boa fé na suposição de correta ética industrial de muitas empresas farmacêuticas estrangeiras, que dominam nosso mercado de medicamentos em proporções superiores a 90%.

Assim escrevemos em Opinião há três anos passados: "O cloranfenicol é um antibiótico de indicação exclusiva para o tratamento de doentes com infecções do grupo tífico, ou seja, febre tifóide, paratifo A e paratifo B, e nas infecções denominadas Ricketioses - febre das montanhas rochosas, febre maculosa, tifo exantemático e outras - todas essas existentes no Brasil. Com a finalidade de aumentar o faturamento pelo maior volume de vendas, as empresas farmacêuticas estrangeiras, que dominam nosso mercado em proporções superiores a 90%, propagam que o cloranfenicol é também indicado para o tratamento da gonorréia, pneumonia, coqueluche, gastroenterite e infecções urológicas, quando sabemos que essas doenças são muito melhor combatidas com outros antibióticos tais como a penicilina, a tetraciclina, a estreptomina e outros medicamentos.

Nos países do terceiro mundo, a precariedade das redes de esgoto, o insuficiente abastecimento de água e seu deficiente tratamento, aliados às elevadas taxas de analfabetismo, com acentuada ignorância dos mais elementares princípios de higiene, explicam a existência permanente (endêmica) das doenças do grupo tífico. Atualmente, com a intensificação de medidas práticas de medicina preventiva - como a vacinação antitífica - e com a construção de obras indispensáveis de engenharia sanitária, é de se esperar que a febre tífica deverá se constituir em raridade também no mundo subdesenvolvido. Conscientes desse fato próximo e com espírito orientado para a alta lucratividade obtida na indústria farmacêutica, os fabricantes de antibiótico à base do cloranfenicol - não querendo perder o vasto mercado da América Latina, África e Ásia - passaram a proclamar de modo intenso que o cloranfenicol seria indicado no tratamento das doenças já citadas, além das doenças do grupo tífico e das ricketioses.

Há que advertir que entre os antibióticos os produtos à base do cloranfenicol são os que mais têm causado acidentes graves, motivo por que sua aplicação deve ser limitada às precisas indicações médicas. Uma das mais graves complicações decorrentes do uso de cloranfenicol, sem uma vigilância clínica severa, é a chamada anemia aplástica, que ocorre mais freqüentemente nas crianças, sendo geralmente mortal.

No Brasil vendem cloranfenicol a empresa norte-americana Park-Davis, e as empresas italianas Carlo Erba, Farmitalia, além do Laboratório Lepetit, hoje sob controle acionário da Dow Chemical (norte-americana). Algumas outras empresas também vendem cloranfenicol e todas, sem exceção, importam a mercadoria do exterior. Existem outros produtos farmacêuticos vendidos em nosso país que associam sulfas e tetraciclina ao cloranfenicol, associação essa já proibida nos Estados Unidos.

O povo brasileiro só terá sua saúde melhor preservada em matéria de medicamentos quando não mais depender de fornecedores estrangeiros e de uma indústria que objetiva

principalmente auferir lucros excessivos, inclusive lançando mão da altamente lucrativa manobra de superfaturamento das contas de importação de matérias-primas, fato esse reconhecido pelo ministro Delfim Netto, em abril deste ano.

No trabalho "A Central de Medicamentos - importância e perspectivas", enviado aos organismos oficiais, ao Congresso e às entidades de classe e de ensino médico, enfatizamos que somente a criação da indústria química de base estatal, a Central de Medicamentos terá condições de ampliar sua missão e de sobreviver de modo útil, podendo assim assegurar a produção de medicamentos por preços muito inferiores e atendendo muito melhor às necessidades de preservação e recuperação da saúde de militares e civis, inclusive não fabricando medicamentos já condenados no mundo adiantado".

Insistimos hoje, em fins de 1975, em afirmar a necessidade da criação de nossa indústria química de base estatal. No dia 24/6/75, na qualidade de representante da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro, relatamos na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília, por ocasião do 1º Simpósio de Medicamentos e Indústria Farmacêutica promovido pela referida comissão, tese propondo a criação da Quimiobrás S.A., organização nos moldes da Petrobrás S.A. que garantirá ao governo e ao povo a certeza do fornecimento de medicamentos éticos, seja no processo de transformação industrial das matérias-primas, seja na utilização das matérias-primas adequadas compondo os medicamentos na dose realmente terapêutica e jamais em doses tóxicas.

E nos recordando das lutas que levaram à criação da Intocável Petrobrás, acreditamos que somente a conjugação de esforços do povo, profissionais liberais, militares, estudantes e imprensa, dará ao Congresso e ao poder executivo o apoio indispensável para criar a Quimiobrás S.A., organização que certamente não será do agrado dos grupos dominantes que constituem as atuais multinacionais. E esta é a razão por que agora nos dirigimos à Crítica, já que nada permanece sem auxílio da imprensa livre.

Nessa mesma época o decreto 201, de 15/07/1975 extinguiu o Darme passa do a parte referente à eletrificação rural para o leão e as Centrais Elétricas Fluminenses SA e criando-se o Depto de Recursos Minerais, que passaria a arcar com a parte referente à atividade de mineração do Estado.

Como se não bastasse, foi exigida a feitura de um "termo aditivo" onde era solicitada a recontração nossa pelo já então DRM e que deveria ser assinado por todos - na época dispersos pelo fato dos contratos terem findado. Cumpridas as exigências nos foi dito que num prazo relativamente curto teríamos nossa situação regularizada.

A partir de então qual não foi a nossa surpresa quando, ao verificarmos a persistência do problema e procurando saber as causas, nada nos era dito de forma explícita, ficando ao nível de informações que se contradiziam. Recentemente, comentava-se que nosso pagamento sairia conjuntamente ao dos funcionários - já em atraso há dois meses - no entanto, no dia 5 deste mês a situação dos funcionários foi regularizada enquanto a nossa permanecia inalterada.

Hoje, buscamos solução imediata para nosso problema. Não achamos justo que esta situação perdure. Entendemos que um processo como o da fusão deva ser muito cuidadoso em todos os seus passos, mas o que não podemos aceitar é que ele se dê privilegiando o fator burocrático, tão-só, esquecendo-se que existem pessoas envolvidas no problema. Ainda mais, leve-se em conta que estamos simplesmente solicitando a contrapartida do compromisso mútuo assumido, isto é, o que reivindicamos é o pagamento do trabalho por nós prestado ao extinto Darme.

ESTAGIARIOS DO DARME
Niterói - RJ

Getúlio Vargas

Receba os sinceros parabéns pelo esplêndido editorial publicado no número 55 de Crítica, denominado "Getúlio Vargas".

CASTELLAR M. GUIMARÃES FILHO
Rio - RJ

A importância de crítica

Tomo a liberdade de escrever esta carta com dois objetivos: felicitar calorosamente a existência de um jornal como Crítica e mandar a colaboração anexa. Escrevi durante muito tempo no saudoso semanário. Há anos, porém, só escrevo para meus arquivos. Agora resolvi submeter à Crítica esta minha desprezível colaboração, que pela sua forma e conteúdo fica a seu critério publicá-la ou não. Nenhum ressentimento, se não for publicada por uma ou outra razão.

M. CABRAL
Rio - RJ

CARTAS

Corrupção no

Vale do Paraíba

Primeiramente, quero agradecer a nota que vocês deram na edição de n.º 47, de 6 de julho último, intitulada "Atentado à imprensa". Em seguida desejo informar que continuo desmascarando os irmãos Padovan - José Antonio, o ex-prefeito, e Moacyr, o seu assessor jurídico, de Campos de Jordão. Durante sua gestão, fizeram três coisas: roubaram, roubaram e roubaram. E eu achei por bem assoprar a farofa deles. E a coisa tomou até um caráter bastante trágico. Existe um interesse geral em torno da questão. Devido à pressão popular, até uma comissão especial foi designada pela Câmara Municipal para averiguar o assunto.

Em matéria de corrupção, respeitadas as proporções, os Padovan botam no bolsinho do colete o Moisés Lupion e todos os ditadores da América Latina, Ásia e África, que teriam muito a aprender com esses provincianos ladrões... Durante o singular mandato de 12 anos à frente da prefeitura da famosa estância, de pobres inquilinos passaram a grandes proprietários de imóveis. Valeu tudo. Comissões em tudo etc...

Agora quero pedir a ajuda de vocês para o combate a uma anomalia das mais graves, relacionada com os prefeitos das cidades em expansão industrial. Em anexo, um exemplar de O Taubaté, contendo uma matéria minha à respeito. Trata-se da existência de uma lacuna na legislação, que enseja aos prefeitos um campo fértil para a corrupção, ao mesmo tempo em que se pisoteia os direitos de uma importante categoria profissional - os corretores de imóveis sindicalizados. Necessário se faz a promulgação de uma lei federal, disciplinadora e corretiva, para o caso em tela.

JONAS FILIPPINI
Taubaté - SP

Estagiários reclamam salários atrasados

Vimos por intermédio desta tornar pública a situação em que nós, estagiários do Departamento Autônomo de Recursos Minerais e Energéticos, nos encontramos: estamos há seis meses sem receber nossos salários.

Esta situação se iniciou com a fusão dos dois Estados, em 15 de março, quando pairou sobre o órgão a indefinição de seu posicionamento dentro da nova estrutura. Algum tempo depois as autoridades competentes resolveram vinculá-lo à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo - através do dec. n.º 7, de 15 de março de 75. Durante este período a justificativa dada para o atraso de nosso pagamento era de que dependia de uma verba a ser liberada para este fim específico.

Após esta definição foi exigido do Depto. de Pessoal do Darme que nossas folhas de pagamento tivessem um maior detalhamento. Isto, dizia-se, facilitaria o processo de conferência das mesmas, evitando, assim, que se incorresse nos erros havidos nas folhas anteriormente enviadas à SICT e que haviam motivado a sua não aprovação, sendo devolvidas ao Darme para serem refeitas. Por irresponsabilidade dos funcionários a quem competia a feitura de nossas folhas esta tarefa ficou paralisada até que nós mesmos resolvemos fazê-las dentro do padrão exigido pela SICT.

MARA REGINA KRAUSE
Curitiba - Paraná

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erivan França

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativo
T. C. Santos

PAGINAÇÃO
Maria José da Silva

CAPA: Wagner
PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS
- Brasil: um ano Cr\$ 200,00

6 meses Cr\$ 100,00
- Exterior: um ano US\$ 50,00
6 meses US\$ 30,00

● Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
● A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Arca Editora e Gráfica S. A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Abril S/A - Cultural e Industrial
Rua Emílio Goeldi, 545/747
São Paulo - SP

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395

PRESENÇA NACIONAL DO MDB

A CAPITAL do país assiste, neste domingo, 21 de setembro, às convenções nacionais dos dois partidos. O encontro da Arena deverá oferecer de importante apenas o discurso do presidente da república, do qual a nação tem o direito de esperar uma palavra de solidariedade aos propósitos comuns do povo brasileiro no sentido de um reencontro com sua vocação democrática e de providências efetivas em defesa da economia popular, diante do vertiginoso encarecimento do custo de vida. Assim, se há uma expectativa em torno do pronunciamento do presidente da república, o mesmo não se pode dizer da Arena, da qual não se pode esperar grande coisa, até porque o partido, despersonalizado pela falta de autonomia, sai das mãos do Petrônio Portela para as mãos do Francellino, como quem sai da chuva para a goteira.

Já o MDB, onde a luta pela constituição dos quadros de comando chegou a alcançar lances dramáticos, incorpora ao episódio de sua convenção a garra de uma constelação de líderes cujo compromisso com a coisa pública foi consolidado pela saudável disputa interna, menos em torno de nomes que em função das táticas políticas capazes de consagrar o partido como o instrumento maior e melhor do engrandecimento do Brasil.

Q UEM quiser ver um mapa vivo dos sentimentos e das aspirações do povo brasileiro, não precisa mais do que assistir à convenção nacional do MDB. Para não citar a extensa nominata do diretório nacional, basta referir os nomes em que, uma semana antes, já se fixava o consenso da Executiva, que bem reflete a imagem do universo partidário, com Paulo Brossard e Roberto Saturnino, Lázaro Barbosa e Mauro Benevides, Aldo Fagundes e Tancredo Neves. A presidência e a secretaria-geral, continuando com Ulisses Guimarães e Thales Ramalho, consolidam o corpo de estado-maior que tão superiormente dirigiu o partido na vitoriosa campanha de 75.

A maturidade do partido — um partido polêmico, uma frente ampla — ficou evidenciada até na generosa renúncia de alguns de seus líderes mais eminentes, para os quais o importante não é figurar na executiva, mas na batalha da união em torno de uma estratégia comum. É o caso de representantes exemplares, como esse admirável parlamentar que é o senador Marcos Freire, esse homem público "sans peur et sans reproche" que é Lysâneas Maciel, o hábil coordenador político que é Paes de Andrade, o lúcido deputado Alceu Colares, os combativos Freitas Nobre e Araújo Jorge, o competente Alencar Furtado, homens experientes e limpos como Figueiredo Correia e Pacheco Chaves, Amaral Peixoto e Nelson Carneiro, ou jovens com o vigor da juventude e a sabedoria da longa idade, como Humberto Lucena, Marcondes Gadelha, Odacir Klein, Chico Pinto, Getúlio Dias, Amaury Müller, Fernando Lyra, Jarbas Vasconcelos e tantos outros.

Um partido com esses valores, que são a um tempo éticos, culturais e políticos, não pode deixar de ter um

destino. Ainda que amanhã as mutações do processo venham a provocar novos esquemas de forças, o MDB há de ficar, na história deste país, como um dos altos momentos da consciência nacional e como uma escola de líderes, que se souberam afirmar com excepcional grandeza, até quando oriundos de uma modesta representação territorial, como esse bravo, diligente e infatigável deputado Jerônimo Santana.

O próprio movimento de 64 não poderá, perante a história, negar uma dívida irresgatável ao partido da oposição, que ele, só ele, muito mais do que todos os aparelhos de repressão, prestou ao país o inestimável serviço de oferecer aos descontentamentos ericados, em disponibilidade para a subversão e a contestação violenta, um leito de legalidade para a solução pacífica dos problemas brasileiros. Se não existisse o MDB, como estuário da divergência legal e do diálogo, ninguém sabe que perigosos rumos teria tomado, especialmente entre os jovens, a discrepância de amplas camadas da opinião popular.

S Ó A interpretação malvada e néscia de políticos primários, que apenas conhecem a história da sociedade contemporânea de oitiva, como esse Mac Carthy em edição de cordel, que é o sr. Dinarte Mariz, podem cometer a inepta e grosseira confusão de atribuir a um partido lidimamente brasileiro, legalmente constituído e formado por homens que sustentam um programa próprio, a suspeita de infiltrações ideológicas subversivas. O MDB não tem vaticanos políticos ou doutrinários fora do país, nem em Washington nem em Havana, nem em Pequim nem em Moscou. Seus eixos estão plantados no chão brasileiro, na culta cidade do Rio de Janeiro, onde sempre foi majoritário; na querida terra gaúcha, onde desponta a liderança nacional de um Pedro Simon; no asfalto de São Paulo, onde pulsa o coração de nossa grandeza econômica, e onde os senadores Montoro e Quércia derrotaram o partido contrário por três milhões de votos; em todas as capitais; no Paraná, em Santa Catarina, em Pernambuco, na generosa e amada terra do Ceará, no Amazonas, no Pará, no Piauí, na boa terra baiana, na gloriosa terra das Alagoas, onde o povo elegeu o bravo deputado José Costa com a maior votação da história do Estado, em Minas Gerais, em Goiás, Mato Grosso, na Paraíba, no Maranhão de Freitas Diniz, no Espírito Santo, nos Territórios e — last not least — no Rio Grande do Norte, cujo povo indômito se ressarcia do desprimor de ter como representante um Dinarte Mariz, estourando as urnas com a eleição do jovem deputado Henrique Alves e do Senador do povo, Agenor Maria.

Este é o MDB que se reúne em Brasília neste domingo. Para ele se voltam as esperanças da nação, ansiosa pela restauração do estado de direito e pela consolidação de uma política nacionalista, a que não pode ser indiferente o presidente Geisel, na defesa de nossa soberania econômica, contra a espoliação do imperialismo colonizador.

DEVERES DO MDB

A Convenção Nacional do MDB neste domingo traz a marca de uma afirmação democrática adequada às condições peculiares de uma frente política de oposição, nos limites legais permissíveis, revelando, no entrechoque das tendências que lhe configuram o movimento, a competição saudável que o impulsiona à dinâmica que dele espera e confia a opinião pública, sem quebra do denominador comum que é a unidade programática.

Sobrevivendo à custa de íngreme esforço, desde a reformulação do jogo político que sepultou os antigos partidos, o MDB fez da sua jornada um apostolado cívico, procurando despertar a consciência nacional para os problemas fundamentais, numa tentativa de vencer a indiferença e o ceticismo, sob o fogo cruzado de um radicalismo antidemocrático que perseguia a anulação desse trabalho. Enfrentando obstáculos os mais diversos, em escala de grandeza que se apresentava intransponível, perseguia o MDB o objetivo de recolher as tendências politicamente válidas de modo a conceituar-se como a oposição legal, obedecidas as regras do jogo.

Criado como a Arena, institucionalizando o bipartidarismo, o sistema político oferecia à nação dois campos, dentre os quais a nação deveria escolher o seu caminho, fazer a sua oposição.

Enquanto a Arena se acomodava no regaço governamental e como um rolo compressor esmagava por via de soluções artificiais a cruzada oposicionista, o MDB se empenhava em vencer os obstáculos e conquistar um posicionamento que permitisse legal e validamente contribuir para que a nação, concientizada do equacionamento político, fizesse normal e institucionalmente a sua opção.

A campanha do anticandidato, a que se entregaram Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, levando aos quatro cantos do país o verbo que vivifica a democracia e o exemplo que lhe empresta autenticidade, ganhou destaque nesse longo caminho, com a nobreza que caracterizou campanhas de igual dimensão no seu tempo, quer no império ou na república.

O comportamento emedebista — o vigor do verbo vivificador e a autenticidade das suas lideranças — semeou a concientização política, o amadurecimento democrático. Atingiu o objetivo de sensibilizar a opinião pública, chamando-a a assumir as responsabilidades que lhes são específicas. As urnas de novembro tomaram de surpresa os centros de decisão, revelando uma nação amadurecida politicamente, expressando nos resultados a sua jamais desmentida vocação democrática.

Delegou a nação à frente oposicionista mandatos políticos de modo a fazê-la presente também na decisão dos destinos nacionais, outorgando-lhe mais de 1/3 da Câmara e a vitória majoritária na renovação parcial do Senado.

A Convenção Nacional de agora é fruto desse mandato nacional, com todas as implicações resultantes da surpreendente participação popular de novembro.

Estratégia

Os entrechoques das tendências oposicionistas revelou, de início, que as divergências não atingiam o ideário programá-



Convenção gaúcha (Pedro Simon ao centro, de cachimbo): povo às ruas festejar com os líderes da oposição

tico nem o comportamento legalista. A oposição, hoje, se mostra imune aos radicalismos que distorcem a visão dos problemas nacionais e a demagogia conturbadora do processo político. Realista, pés fincados no chão, procura alcançar suas metas no desenvolvimento desse processo, avaliando a multiplicidade dos componentes que caracterizam a emergência nacional.

Com o respaldo de novembro, tem a oposição o dever de reformulação de sua estratégia, revelando o amadurecimento de quem ultrapassou o primeiro estágio — de sua estabilização — e, agora, como instrumento válido de ação política oferece alternativas para a solução dos problemas que afligem o povo.

A criação de um órgão especializado em pesquisas e estudos sociais, econômicos e políticos é, sem dúvida, o primeiro passo para o início dessa nova etapa. Dele há muito o que esperar no sentido de oferecer ao país rumos seguros quanto aos seus problemas, de maneira que a representação emedebista no Congresso possa responder aos desafios dos apelos da opinião pública.

Pautando o seu comportamento no dimensionamento dessa nova estratégia, o MDB continua em novo estágio a cruzada do anticandidato, mostrando-se apto a responsabilidades maiores que lhe sejam outorgadas pelas urnas soberanas, a mandatos cuja amplitude lhe proporcionem maior soma de poderes nos centros de decisão.

As alternativas para os projetos de desenvolvimento que, resguardando a soberania e a segurança nacionais, façam com que o homem do povo participe do processo, em termos reais de bem-estar, que minimize as tensões e possibilite, de fato, oportunidades de uma vivência menos amargurada para todos, são deveres específicos da oposição, que as deve adequar à viabilidade institucional democrática que responde aos desafios emergentes.

Saindo de um convenção onde o prévio debate propiciou o entendimento, debate que se fez às claras, permitindo, que a nação avaliasse em termos políticos as dificuldades das frentes políticas e a autenticidade das suas lideranças, posicionasse o MDB na estatura de um instrumento político democrático dos novos tempos, sintonizado às exigências dos apelos populares.

É o julgamento dessas alternativas que vai pesar na decisão opcional do país.

Eleições

O pleito municipal do ano que vem deve, de outro lado, merecer do MDB a avaliação cuidadosa em termos sociais e políticos.

Eleições municipais sempre foram, na tradição da segunda república, as mais acirradas, de mais denso teor radical. As lideranças locais se extremam no confronto e o poder exerce influência mais vigorosa na distorção do processo. Quanto menor a comunidade mais sofre o processo político os desvios do confronto, do radicalismo, do poder.

Os centros urbanos de maior densidade demográfica sofriam menos esses efeitos, pela diluição dos instrumentos de distorção. Não raro eram mais receptivos às pregações oposicionistas.

O sistema vigente marginalizou da disputa dos executivos municipais um sem número de comunidades, inclusive as capitais dos Estados. Nem por isso, entretanto, a disputa deixará de se realizar em outro sem número de comunidades progressistas e politizadas. Sem esquecer, também, um fato geopolítico da maior importância no enfoque dos problemas comuns: as mini-regiões, irmanadas pelos problemas, pelas necessidades iguais, pelas exigências afins, pelos gêmeos apelos.

A enfraquecida autonomia municipal e a carência de recursos das comunidades,

obrigadas a estender a mão aos convênios federais, às mais variadas siglas, são fatores de insatisfação que procuram outro tratamento federativo e uma alternativa válida para os seus problemas peculiares.

Vê-se, assim, que a tarefa da oposição no pleito municipal tem a dimensão continental do país, mas é um desafio à estratégia da sua nova jornada. Tal como a campanha do anticandidato, a disputa municipal de 76 deve ser a gigantesca sementeira de uma frente política democrática em condições de atender aos apelos nacionais que lhe são próprios.

Se outros métodos determinaram a realização do processo eleitoral de 74, a lição deve ser absorvida pela oposição de modo a imprimir na campanha municipal de 76 dinâmica compatível com a conscientização política e nacional. Outros são os tempos, a imprimir ao processo ação nova sob alternativas válidas.

A integração das comunidades no processo de desenvolvimento e a conseqüente participação popular nos seus benefícios são reivindicações que lavram de norte a sul. E as lideranças emedebistas sabem disso, porque emergiram dessa realidade, trazendo na bagagem essas reivindicações municipais, das mini-regiões, dos municípios como partículas básicas do sistema federativo.

A estreita faixa de tempo que nos distancia desse pleito deve ser suprida pelo conhecimento das lideranças na vivência desses apelos e pelas alternativas reais.

O pleito vai se processar em termos novos, em que a predominância das determinantes da segunda república podem ceder lugar, em muitos casos, à linguagem nova do processo político.

A opinião pública confia em que o MDB não se deixe surpreender pelo pleito. E de certo tal não acontecerá, pela responsabilidade intransferível das suas lideranças consagradas nas urnas em novembro do ano passado.

HUMBERTO ALENCAR

PAPEL DAS LIDERANÇAS

A propósito do encontro com líderes políticos promovido por d. Eugênio Sales, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, no Centro de Estudos e Formação do Sumaré, o deputado Figueredo Correa, MDB-CE, pronunciou discurso na Câmara, analisando o papel das lideranças políticas e discorrendo sobre o aspecto positivo do encontro. É o discurso que publicamos a seguir.

A inteligência humana não se detém em contemplações estáticas. O conformismo não é do homem normal. O imobilismo é próprio do doente de espírito.

O homem aciona a cada instante o seu poder de indagação e de ação, na busca de conhecimentos inatingidos. Tangidas por ambições individualistas, ou ao sopro de conquistas pretendidas pela sociedade que integra, a pessoa humana é insatisfeita, sempre, com o ser, e lembra permanentemente o que pode vir a ser.

O pretendido primado da verdade, por outro lado, como instrumento do bem, é *tábula rasa* nas diversas civilizações.

A melhoria de métodos e técnicas, o aprimoramento de institutos e instrumentais, longe de satisfazer ao homem, convertem-no em perquiridor sistemático de fórmulas que ensejam avanços maiores em todos os campos da sua atividade.

A verdade é perseguida pela razão, conferida por Deus ao homem. É fonte de paz; suporte de ordem duradoura, móvel do progresso universal, porque ela identifica o homem consigo mesmo e com o seu elevado destino. A verdade é objeto freqüente da razão, porque resultante desta. Ainda quando o calor das paixões opaca a faculdade de discernimento e gera erros grosseiros, com injustiças conseqüentes, a serenidade da maioria, no entanto, em julgamento impassional, situa o móvel do mal na deformada conceituação da verdade que a passionalidade produziu, não raro impondo também os corretivos que a verdade determina.

Aqueles, em consciência, não estiveram a serviço do imperfeito por calculada ação de imperfeição, mas pelo conceito equivocado do perfeito, gerado pela paixão. É que o homem ausenta-se do mal por imperativo da razão. Esta, que o faz fundamentalmente dinâmico, que o sacode em busca do desconhecido, que o faz perseguidor de métodos, técnicas, institutos e instrumentais novos que estejam a seu serviço, manda-o, por igual, que seja o perseguidor do bem comum, reclamado pela sociedade em que vive: seja o bosquejador da verdade. E o avanço que a inteligência obteve ao longo do tempo, defrortta-se já agora, e contraditoriamente, com o homem evoluído, em crise na sociedade que ele criou.

A diversificação do seu esforço para atingir avanços maiores é desafio freqüente, alevantado em todos os setores da sua atuação.

O homem passa a ser um preocupado. A vocação de conquista, que lhe era inata, toma sentido diferenciado. Precisa avançar mais do que pretendia, para não desaparecer na poeira dos que se vão.

Não só os homens, mas as instituições, também, precisam aperfeiçoar-se para atenderem à corrida do século. Aperfeiçoamento com humanismo, com fé no destino superior do homem.

E o Poder Legislativo não escapa a esse imperativo racional e histórico.

Jean Meymand, em sua obra «A Ciência Política», diz o que para nós não constitui novidade: "setor especializado das relações humanas é o político. Comporta todos os problemas, dos quais a autoridade governamental recebeu o direito ou arrogou-se a faculdade de tratar. Qualquer questão depende do setor político, a partir do momento em que penetra nesta esfera". E diz mais: "a política representa, em seu sentido mais geral, a orientação dada à gestão dos negócios da comunidade. Pode-se também considerá-la como o conjunto dos atos e das posições tomadas para impelir em um rumo determinado a estrutura e a marcha do aparelho governamental. A política engloba a totalidade dos fatores do homem: ideologias sociais, crenças religiosas, interesses de classe ou de grupo, ônus dos fatores pessoais"...

De outra parte, Pierre Duclos afirma que "o político é um aspecto particular da organização social; a política e os políticos longe de constituírem o resíduo desprezível da evolução histórica, representam um aspecto organicamente inevitável da politização da sociedade".

E nós, que vivemos as lições desses politicólogos, sabemos que, mesmo limitado o poder de iniciativa do Congressista, aqui se testemunha, todos os dias, até a cada instante, aquelas suas afirmações.

Assim, verdadeiras como ninguém contesta, vale aproveitar todas as oportunidades que se nos oferecem para aprendermos um pouco mais, e desse aprendizado que os fatos diários nos prestam colher subsídios e aplicá-los no aperfeiçoamento dos nossos trabalhos, para que o Legislativo marche célere com a Nação que representa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o atendimento desses propósitos tornou-se emergencial para os nobres Srs. Deputados que, sob a direção do ilustre Presidente Célio Borja, aquiesceram, como eu, ao honroso convite que nos fez S. Exma., o Sr. D. Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, para participar de um Encontro, promovido nos dias 30 e 31 de agosto, no Centro de Estudos e Formação do Sumaré.

Fomos ao Encontro. Encontro de líderes e homens com poder decisório. O seu objetivo, na palavra do Cardeal-Arcebispo, "será fortalecer os valores existentes, na expectativa de melhor servir".

A esse superior propósito, acudimos com a nossa presença. De outra parte, a nós sensibilizou a ordenação do certame e a indicação dos motivos que o determinaram. Diz a exposição de motivos:

I - Introdução: Pode a muitos parecer estranho o convite desta Arquidiocese para um encontro com homens influentes que detêm parcelas no poder de decisão em nossa Comunidade. Pede-se que sacrifiquem algumas horas de trabalho ou lazer para refletir sobre aspectos que lhes parecem fundamentais ao harmônico crescimento entre nós. E, por se tratar do Rio de Janeiro, costuma haver repercussão no País.

O fato é que se vive hoje um período novo da história, caracterizado por mudanças profundas e aceleradas, que progressivamente se estendem a todo gênero humano. No mundo contemporâneo, o Homem aparece simultaneamente poderoso e fraco, capaz do melhor e do pior, pois para ele tanto se abre o caminho da liberdade, como o da servidão, do progresso ou regresso, da fraternidade, ou do ódio (Cf. Gaudium et Spes). É um tempo de perplexidades.

A Igreja, comungando com as melhores aspirações dos homens e sofrendo por vê-los insatisfeitos, deseja ajudá-los a alcançar o pleno desenvolvimento e,

por isso, propõe-lhes o que possui como próprio: "uma visão do homem e da humanidade" (Populorum Progressio, nº 13).

Nesta perspectiva, o campo de atividade de cada um, dos diversos meios sociais, não é algo que contemplamos de fora: é, sim, uma obra em que participamos e em que colaboramos com todas as nossas forças. O desenvolvimento "integral", com efeito, abarca ao mesmo tempo o crescimento do homem em sua dimensão terrena e eterna, as quais se condiciona mutuamente.

Se de um lado a Igreja se sente corresponsável com os rumos da civilização, por outro lado, respeitando a autonomia dos valores terrestres, ela não se imiscui na vida econômica, social e política do país. Só poderá contribuir com seus ensinamentos, pela mediação das consciências dos que se encontram engajados nos diversos campos da atividade humana. Por isso, ela se propõe a ajudar os homens, quer os que creem em Deus quer os que não o admitem explicitamente, a perceber com mais clareza sua vocação integral, a construir um mundo mais de acordo com a dignidade da pessoa humana, a aspirar por uma fraternidade apoiada sobre fundamentos mais profundos e corresponder, com esforço generoso e comunitário, às exigências de nossa época.

Daí a razão de um convite aos homens de boa vontade e que detenham poder de decisão para um encontro. Nele, sem outros compromissos, serão analisados dentro do contexto de suas responsabilidades sociais, a maneira de servir melhor à Comunidade humana em que vivemos.

II - Objetivos:

1. Refletir sobre a atualidade e a adequação dos valores transcendentais, face às mudanças e transformações sociais e políticas mais evidentes em nossos dias atuais.

2. Conhecer os aspectos mais relevantes do pensamento da Igreja, que podem contribuir para a solução dos problemas e conflitos atuais.

3. Contribuir para uma melhor conscientização nesse contexto, da responsabilidade desses dirigentes.

III - Dinâmica do Encontro:

1.

2.

3.

4. Agenda:

a) Visão globalizada da era atual, caracterizada por profundas e rápidas mudanças, destacando-se:

- políticas
- tecnológicas
- comunicações
- sociais
- econômicas
- valores no trabalho humano

b) A emergência de conflitos (latentes e em processo) derivados dessas mudanças, exige um permanente esforço de adaptação e um claro discernimento sobre a natureza das crises e as possibilidades de harmonização entre "novos" valores e valores "permanentes".

c) Mensagem de Cristo ao político

5. Haverá 4 exposições:

a) Introdução: A responsabilidade do Cristão Político:

Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados.

b) O Processo de mudança e emergência dos conflitos na era atual:

Dr. Paulo C. Moura, Vice-Diretor do Grupo Jornal do Brasil.

c) Mensagem de Cristo ao Político:

Pe. Dr. Karl Joseph Romer, Teólogo e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

d) Apelos da realidade brasileira ao Cristão Político:

Prof. Cândido Mendes, Membro da Comissão de Justiça e Paz.

As conferências proferidas ensejaram debates, com emissão de conceitos e formação de conclusões objetivas entre outras, sobre o **saber** e o **fazer**.

A mim as teses enfocadas tiveram a valia de situar o homem como instrumento do bem, em razão de si mesmo e em função da comunidade humana que representa. A espiritualidade, aceita no seu elevado sentido humanístico, pode levar o homem, e este conduzir o Estado, às suas finalidades precípua, sem negação da liberdade nem violação da justiça que a razão humana não perdoa.

Na corrida do século - o avanço que todos empreendem, ditado pela expansão inata de cada qual, ou imposto pelo desenvolvimento social - a liberdade e a justiça não raro sofrem condicionamentos surpreendentes. A doutrina Cristã, fundamentalmente libertária e essencialmente justa, importa lembrada nesse torvelinho de ideário e de competição, para preservação dos valores que a verdade testemunha.

Sr. Presidente, foi proveitoso, assim, à vitalização dos nossos conhecimentos, o conclave promovido por S. Exm.^a D. Eugênio Sales.

Ainda ontem o **Jornal do Brasil**, sob o título "D. Eugênio exalta atuação de políticos e encerra o 2º Encontro de Líderes no Rio", divulga que "a Igreja acredita na importância do político para a vida nacional e no funcionamento do Congresso para o bem-estar do povo, embora ser parlamentar hoje é uma cruz às vezes pesada".

Nesta mesma publicação temos o Presidente Célio Borja a declarar que, para uns, o Encontro foi a oportunidade de atualização da consciência cristã, e, para outros, serviu como um reencontro com a Igreja, da qual estavam um pouco afastados. Já do Deputado Mac Dowell Leite de Castro leio a afirmação na qual considerou excelente a oportunidade de que, independentemente de Partidos, se pudesse discutir, analisar e estudar no plano conceitual e também de ação concreta a responsabilidade cristã do político.

A esta faço somar todas as declarações prestadas em plenário de louvor à iniciativa do eminente Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Falamos todos: Célio Borja, Adriano Valente, Antônio Florêncio, Celso Barros, Cid Furtado, Cleverton Teixeira, Faria Lima, Geraldo Bulhões, Geraldo Freire, Gerson Camata, Jarmund Nasser, Léo Simões, Mac Dowell Leite de Castro, Mário Mondino, Nelson Marchezan, Odacyr Klein, Paulo Studart, Parsifal Barroso, Pedro Collin, Rômulo Galvão, Salvador Jullianelli, Joaquim Santos Filho, Teobaldo Barbosa, Vasco Neto e este modesto orador. Todos em confissão de louvor e rendimento de aprendizado, que ora ressalto, como de elevado proveito ao mister individual de cada qual.

Não sacrificamos horas de trabalho. Efetuamos, sim, um trabalho diferente, sobretudo proveitoso aos nossos encargos, o qual bem merece efetuado também por outros dignos integrantes desta Casa.

Na verdade vivemos em período novo da História, categorizado por mudanças profundas e aceleradas. Acompanhá-las na conformidade do nosso poder de percepção e de realização, com vistas ao indivíduo e à comunidade, em termos cristãos, é serviço relevantíssimo prestado à sociedade nacional.

Alegro-me por haver podido atender àquele convite. Agradeço ao arcebispo-cardeal a oportunidade a mim oferecida, e asseguro prossiga no seu propósito de reunir os homens com "o objetivo de fortalecer os valores existentes, na expectativa de melhor servir".

A REVOLUÇÃO PARTICULAR DO GOVERNADOR

A situação político-administrativa de Santa Catarina foi analisada na Câmara pelo deputado do MDB Walmor de Luca, tendo como base o pronunciamento do governador arenista na TV local fazendo acusações ao correligionário a quem sucedeu, Colombo Machado Salles. O pronunciamento do representante oposicionista é como que uma radiografia da política de terra arrasada que se desenvolve no Estado do sul.

O parlamentar iniciou o pronunciamento colocando o problema nos seguintes termos: "Se alguém defende a fórmula adotada pelo Sistema, de impor aos Estados, governadores escolhidos pelo poder central, que vá a Santa Catarina. Se há quem ainda não se tenha convencido da completa falência político-administrativa dessa sistemática de governadores impostos sob a forma de uma enganosa "eleição" indireta, que vá a Santa Catarina. Se ainda existe quem resiste à devolução ao povo do direito de escolher, livre e soberanamente, seus governantes, que vá a Santa Catarina. O que tenho em mãos é prova cabal do absoluto fracasso dessa forma de subtrair ao homem do povo o direito de cidadania mais fundamental e sagrado: o direito de voto".

Revela, então, que tem em mãos o pronunciamento do governador Antônio Carlos Konder Reis na televisão catarinense, procurando defender-se da série de denúncias formuladas na Câmara pelo seu companheiro de bancada, Luiz Henrique, quando, tentando desviar a atenção da opinião pública bem como das autoridades superiores, investiu contra seu antecessor, ex-governador Colombo Salles, "também imposto - diz - e nomeado pelo sistema".

Continua o deputado do MDB: "Em palestra de 35 minutos, na televisão, cujo custo e patrocínio não esclareceu e que deverá ser alvo de investigações pela oposição catarinense, o governador nomeado Antonio Carlos Konder Reis diz: 'Sem alarde, ou menos ainda escândalo, busquei corrigir os erros, as omissões e desvios que marcaram o período de meu ilustre antecessor'. Responda, esclareça, diga claramente o governador: que escândalo procurou evitar? Que erros procurou corrigir? Que omissões cometeu o sr Colombo Machado Salles? E os desvios que marcaram, como diz S. Exa., o período do seu antecessor - que desvios são esses? A exigência não é só da oposição. Essas acusações, graves, sérias, pesadas, precisam ser devidamente esclarecidas. Assim exige a opinião pública, os catarinenses e os brasileiros".

Argumenta que Konder Reis está no governo para o qual foi escolhido - no momento em que falava - há 150 dias e diz que seu antecessor praticou omissões, erros e desvios que marcaram, o que quer dizer que foram uma constante no governo Colombo Salles. No entanto, alega o atual governante que não fez alarde nem escândalo desses fatos. Pergunta, então, Walmor de Luca: "por que o governador não instaurou, até agora nenhum inquérito administrativo para apurar as responsabilidades e punir os responsáveis e por que calou, quando era senador e não levou tais fatos, que ora alega, àquela tribuna? Por que só veio trazer a público essas denúncias após 150 dias de governo?"



Konder Reis:
volta aos tempos do
Estado sou eu

Acentua que o ex-governador Colombo Salles cursa, atualmente, a Escola Superior de Guerra e "isso acrescenta maior gravidade às denúncias que contra si seu sucessor acaba de formular".

Derrotado pelo povo

Relembra o representante catarinense que em 1965, o atual governador não conseguiu sê-lo por forma direta, pois foi derrotado no pleito pelo adversário e que nas eleições para o Senado em 1970, quando se elegeu, perdeu até para os votos em branco.

Afirma que Konder Reis disse na fala da TV que sob seu governo chegou "o tempo da revolução". E argumenta:

"No entanto, andou de cidade em cidade, ainda recentemente, na última campanha eleitoral, de braços dados com Celso Ramos e Ivo Silveira (seu candidato ao Senado, por sinal também derrotado), a afirmar as excelências do governo de ambos. Konder Reis diz que está levando a revolução para Santa Catarina, o que significa contestar todos os governos anteriores ao seu. Desde os seus parentes mais próximos: Adolfo Konder, seu tio-avô; Irineu Bornhausen, seu tio; aos de seus ferrenhos adversários de ontem, aliás, aliados oligarcas de hoje, Aderbal Ramos, Celso Ramos, Ivo Silveira (do qual seu primo, Jorginho Konder-Bornhausen, hoje diretor do Besc, foi vice-governador).

Diz o sr Konder Reis que sob seu governo chegou "o tempo da revolução." Por acaso o tempo da revolução, no entendimento de S. Exa., é o da "reforma" administrativa que acaba de fazer, criando 10 empresas de economia mista e fundações, para assegurar cabides de empregos aos numerosos integrantes de sua família e da família Ramos? Significa, porventura, "tempo da revolução" estabelecerem as diretorias dessas entidades, aumento do número de diretores, participação ilimitada nos lucros, além de altas remunerações e vantagens, conforme denunciou o deputado Luiz Henrique, com base no Diário Oficial do Estado?"

"Será que 'tempo da revolução' - prossegue Walmor de Luca - é a era do nepotismo e do empreguismo, caracterizado também, pela criação de 134 novos cargos em comissão, onerando o erário público com um aumento de despesa mensal da ordem de Cr\$ 884.586,00, se no cálculo forem computadas as gratificações especiais e as vantagens horizontais e gratificações de gabinete? Será "tempo da revolução" criar, assim, praticamente, um alto cargo em comissão por dia útil de governo, para atender aos apetites vorazes de seus parentes e de seus cortejados amigos e protegidos? Será "tempo da revolução" garantir aos candidatos derrotados vagas na administração, mesmo que para elas não apresentem qualificação e preparo, mas tão-somente por serem do partido do governador?"

"Será "tempo da revolução" impor aos funcionários mais humildes e indefesos a filiação ao partido governista, com ameaças de remoções e perseguições as mais diversas? Será "tempo da revolução" o restabelecimento do clientelismo eleitoral, com uso do sistema bancário oficial para coação de filiações partidárias?"

"Será "tempo da revolução" a manifesta obstrução dos outros poderes, o judiciário e o legislativo, negando a publicação no Diário Oficial de atos da específica competência e responsabilidade desses poderes?"

"O tempo que o sr. Konder Reis e as oligarquias pretendem fazer retornar a Santa Catarina não é, certamente, o de revolução alguma. Pois revolução não significa retrocesso. E retrocesso é a característica marcante do governo recém-instalado".

Retorno às oligarquias

O pronunciamento do deputado oposicionista, respondendo à fala do governador na tv e que provocou ampla repercussão nos círculos políticos, revelou também o estado em que se encontra Santa Catarina sob a ação de um governo que pretende, ao que parece, vingar-se de derrotas populares em pleitos diretos: "Voltaram as oligarquias ao poder, voltou o clientelismo, voltaram as perseguições políticas, voltou o autoritarismo. Voltou o L'état c'est moi - o Estado sou eu."

"Vejam - continua Walmor de Luca - outra frase do discurso a que vimos fazer lo referência. Criticando, por várias vezes, seu sucessor, diz o Governador Konder Reis, sempre na primeira pessoa do singular: "O que não ocorrerá em meu governo será a falta de firmeza, o recuo e a condescendência". No entanto, a condescendência existe. Por exemplo, o episódio que vem de ser denunciado pelo jornalista Ivar Feijó, em sua coluna no Jornal de Joinville de 12 de agosto: "Um dos principais auxiliares do poder Executivo, justamente Paulo da Costa Ramos, chefe da Casa Civil, que recebe salário superior a 20 mil cruzeiros, requereu à Secretaria da Fazenda que fosse incorporada ao seu salário importância equivalente a 12 mil e 500 cruzeiros, pois, segundo alegou no requerimento, tinha direito à percepção, a título de percentagem referente ao cargo que anteriormente ocupara na Secretaria da Fazenda. Um primo de Paulo da Costa Ramos e que pertence aos quadros da Secretaria da Fazenda deu parecer contrário à sua pretensão. Mas o secretário de Konder Reis não desistiu e solicitou os bons ofícios do procurador-geral do Estado, mestre em fórmulas de aparência impossível: ora, a Procuradoria-Geral acabou acolhendo a reivindicação e num malabarismo de raciocínio muito interessante, Paulo da Costa Ramos deverá receber, se é que ainda não o fez, mensalmente mais 12 mil e 500 cruzeiros. O seu salário total será, portanto, superior a 30 mil cruzeiros mensais".

Walmor declara, então, que Konder Reis "aprendeu, certamente, a doutrina política de um ex-governador, por sinal parente de Paulo da Costa Ramos, segundo o qual "para os amigos os favores, para os inimigos, os rigores da lei", e continua: "Não é só essa a realidade revolucionária implantada em 150 dias de des-governo do sr. Antonio Carlos Konder Reis. Vejamos como tem sido parcial e como tem recuado no tempo e no espaço. Criticando seu antecessor, hoje aluno da Escola Superior de Guerra, Colombo Salles, diz virilmente o governador de Santa Catarina: "Passou o tempo das bolsas-de-estudo, concedidas pelo governo para serem instrumento eleitoral contra o partido do governo." Vejam que governante o poder central mandou para Santa Catarina. Ele confessa que as bolsas-de-estudo devem ser, não um instrumento de formação de estudantes pobres e sem condições, mas de um vil e torpe expediente de fazer política".

Afirmado que, diante do que acabava de expor baseado na fala do governador está confessado, mais que claramente, o nepotismo, o protecionismo e o parcialismo de Konder Reis, Walmor de Luca finaliza: "Sem meios de contestar que empregou dezenas de membros da sua família Konder-Bornhausen e da família Ramos e suas ramificações, porque a denúncia foi feita pelo deputado Luiz Henrique com base no Diário Oficial, Konder Reis procura dizer que são todos competentes para os cargos. Esquece-se que já passou, de há muito, o tempo da aristocracia, em que os Bourbon, os Bragança faziam, mediante a força absolutista, o povo continuar pensando que só eles eram capazes de governar. Hoje os tempos são outros. E os Konder-Bornhausen e Ramos não podem continuar pretendendo ser os conhecedores exclusivos da vocação de dirigir o seu Estado. Aliás, outro primo do governador Antonio Carlos, filho do ex-governador Irineu Bornhausen, neto do ex-governador Adolfo Konder, irmão do ex-vice-governador Jorge Konder Bornhausen, já está sendo preparado, segundo dizem, para suceder ao sr. Konder Reis. Trata-se de Paulo Konder Bornhausen, derrotado à prefeitura de Joinville, hoje ocupando a direção da Cobec - Companhia Brasileira de Entrepósitos Comerciais. Nunca, jamais, em tempo algum, um governante foi tão longe em atos de nepotismo. Talvez a força que pareceu dar à indicação do poder central o tenha conduzido a esse verdadeiro deslumbramento e a essa obsessiva tarefa de empregar e proteger correligionários, parentes e... amigos."

Gratificações em duplicata

Durante o pronunciamento do deputado Walmor de Luca, seu colega de representação oposicionista, Jaison Barreto, teve oportunidade de, apartando, trazer ao conhecimento da nação outros fatos realmente estarrecedores. Declarando que se baseava no que foi publicado pelo jornal O Vale, faria um adendo ao discurso do representante do MDB, para revelar fatos que considerava uma verdadeira imoralidade. Disse Jaison Barreto:

"O Banco do Estado de Santa Catarina publicou seu balanço geral, encerrado em 30 de junho de 1975, que em outras coisas diz: distribuição de lucros. Gratificações à diretoria e funcionários: Cr\$ 4.810.337,94. Observamos que houve uma gratificação de quase 5 milhões de cruzeiros para a diretoria e funcionários. Para que todos tomem conhecimento, daquela diretoria participam: Jorge Bornhausen, diretor-presidente, primo do governador Konder Reis; José Barbosa Lima, Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Renato John e o irmão do Governador, Victor Oswaldo Konder Reis. Mas não fica aí essa barbaridade. Em outra instituição financeira, a que eles denominam de grupo financeiro Besc, além dos honorários da diretoria e do conselho fiscal, há as gratificações das diretorias, cerca de 481 mil cruzeiros, o que significa que esses diretores, além da sua remuneração, recebem gratificações através de duas instituições financeiras do Estado."

E conclui Jaison Barreto a sua intervenção: "Quero crer que o governo da revolução, ao cobrar da classe política brasileira a tão decantada "imaginação criadora, não deve estar se referindo ao comportamento do governador Konder Reis. É lamentável que nós, de Santa Catarina, que temos condições suficientes para nos impor ao respeito desta casa, sejamos obrigados a aqui trazer dados como estes, que envergonham o Estado, mas que necessariamente precisam ser divulgados, a fim de que a honorabilidade da classe política catarinense não fique exposta em virtude de comportamento desse tipo."

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584).

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro

Diretório da Arena é que nomeia e demite

Os professores do Colégio Estadual Rodrigues Alves, de Jaguariava, no Paraná, dirigiram-se ao deputado Gomes do Amaral, do MDB daquele Estado, relatando um fato que merece atenção e que foi levado pelo parlamentar ao conhecimento do Congresso declarando que o fazia "para futuras ponderações das autoridades governamentais e da própria direção nacional da Arena e informação do Ministro da Justiça".

Trata-se do seguinte: a direção municipal da Arena decidiu exigir que os cargos públicos de confiança sejam colocados à disposição do diretório pelos seus titulares, entre estes, evidentemente, o de diretor do Colégio. Diante disso, o corpo docente entendeu de preservar o diretor do Colégio, prof. Jonas Rodrigues Correa, obtendo, entretanto, dos dirigentes locais arenistas uma resposta, também transcrita nos anais do Congresso, na qual se diz: "a síntese da reunião que Vv. Ss. aludem e que se necessário comprovamos com a ata da mesma é esta: partindo da premissa que só a união faz a força, que só a soma proporciona um resultado maior, e considerando que dentro do diretório existem duas correntes pensando e agindo em discordância, considerando que esse desencontro proporcionou ao nosso partido sérios reveses no último pleito eleitoral, tendo em vista o clamor de nossa direção nacional e recomendações expressas por nossos governos, buscávamos nessa e em outras reuniões eliminar os entraves que faziam com que um grupo de pessoas ao abrigo da mesma bandeira se empenhassem em luta por causas e objetivos diferentes; como é de praxe em tais situações as pessoas presentes e que detêm cargos de confiança em órgãos públicos, objetivando não dificultar o entendimento de cargos e colocar acima dos seus os interesses do partido, pronunciaram-se colocando à disposição do Diretório os cargos que ora ocupam. São as seguintes essas pessoas: Dr. Djalma Calil Fadel, Diretor do Hospital Regional Carolina Lupion, Prof. Antonio Lopes Fernandez, Inspetor Regional do Ensino e Prof. Jonas Rodrigues Teixeira, Diretor do Colégio Estadual Rodrigues". A carta deste último ao presidente da Arena local coloca o cargo à disposição do diretório, para uma das suas facções, "no sentido de proceder à substituição do meu nome conforme julgamento que se fizer necessário aos interesses da agremiação". O memorial do corpo docente foi enviado também ao presidente da Arena declarando que no Colégio nunca se fez política, dentro ou fora dele, e que "o prof. Jonas caracteriza-se por sua imparcialidade, dando um clima de segurança e tranquilidade no exercício profissional", tendo sido escolhido pelos colegas, "escolha esta acertada e reconhecida por todos".

Trata-se de um fato realmente estranho: e que merece, sem dúvida, o exame e as providências das autoridades competentes, pois que é o diretório municipal da Arena quem decide sobre nomeações, escolhendo seus titulares, a pretexto de prevenir-se contra derrotas eleitorais...

Colégio onde existiu agro-colônia

Combatendo a política de profissionalizar o homem do campo para trabalhar nas cidades, Juarez Bernardes, do MDB-GO, declara que a agricultura em nosso país ainda vive sob a direção de práticos e curiosos, ressentindo-se de elementos humanos melhor preparados profissionalmente para o exercício da profissão agrícola e pastoril. "Enquanto cresce assustadoramente - diz - o número de escolas do nível médio e superior, que preparam os jovens para as mais diversas funções próprias à vida urbana, o homem do campo não encontra amparo para seus estudos profissionalizantes. São poucas as escolas agrícolas em todo o Brasil".

Focalizando o seu Estado, Goiás, diz que ainda vive da agricultura e da pecuária, pois o parque industrial representa pouco na balança econômica e o comércio não contribui também de forma alentadora, pois que a economia estadual se apóia quase que exclusivamente na receita vinda do campo.

Diante desse quadro defende a tese de que algo deve ser feito no sentido de fixar na agricultura os que nela se originam, pois que, "as cidades esvaziam o interior e este se desprepara para sustentar os maiores centros, sempre dependentes da agricultura e da pecuária, indispensáveis para o perfeito equilíbrio da vida humana, no que se refere à saúde e subsistência".

E exemplifica: em Ceres, GO, existiu uma Colônia Agrícola, que foi de fundamental importância para a criação e formação da

comunidade urbana ali existente, centro do Vale de São Patricio, que de Anápolis a Uruaçu e de Goianésia, no sentido oeste, se fez importante pelo desenvolvimento das culturas de arroz, feijão e milho, entre outras, hoje servido por 3 BRs, a 154, 251 e 414.

Defende, por isso, a criação, ali, de um Colégio Agrícola, que encaminhe a mão-de-obra local fixando-a na tendência econômica natural da região.

ICM cobrado acima do preço real

Os deputados Francisco Libardoni e Ernesto de Marco, MDB-SC, em intervenções no Congresso, chamaram a atenção das autoridades responsáveis para os problemas que afligem a suinocultura, alertando, como disse o primeiro, para o risco de um colapso.

Um dos fatores realmente estranhos que incidem na distorção comercial dos produtos advindos dessa atividade, diz respeito à cobrança do ICM pelo Estado. Assevera Ernesto de Marco, para exemplificar, que no município de Coronel Freitas, onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais congrega 2.800 associados e em que a atividade econômica está quase que totalmente voltada para suinocultura, com um rebanho superior a 60.000 cabeças, a situação chega a ser de desespero, pois o k está cotado em torno de Cr\$ 4,80 para uma pauta variável de Cr\$ 6,02, para efeito do recolhimento do ICM. Por seu turno, afirma Francisco Libardoni que a carga tributária estadual, no particular, é um fenômeno quase igual à geadá, uma vez que o criador paga mais de 20% sobre o valor real de suas vendas, quando os preços, afirma Ernesto de Marco, para as vendas, estão em torno de 20% mais baixos.

Ambos os deputados focalizam os preços estabelecidos pelos frigoríficos para a compra do suíno vivo, mostrando a sua irrealidade frente ao custo da produção e a sua comercialização, trazendo prejuízos incalculáveis aos criadores, que se vêem tentados à cultura do fumo, pois, como acentua Ernesto de Marco, "as fábricas de cigarros dão toda a assistência e ainda garantem preços compensadores".

Assevera Libardoni que "uma das medidas acertadas seria igualar o ICM do boi ao porco, isto é, em torno de 5%, isto sem falar no frango que não paga ICM. Seria um ato de justiça do governo para com os produtores e consumidores, ao mesmo tempo em que a medida contribuiria para o barateamento do custo de vida".

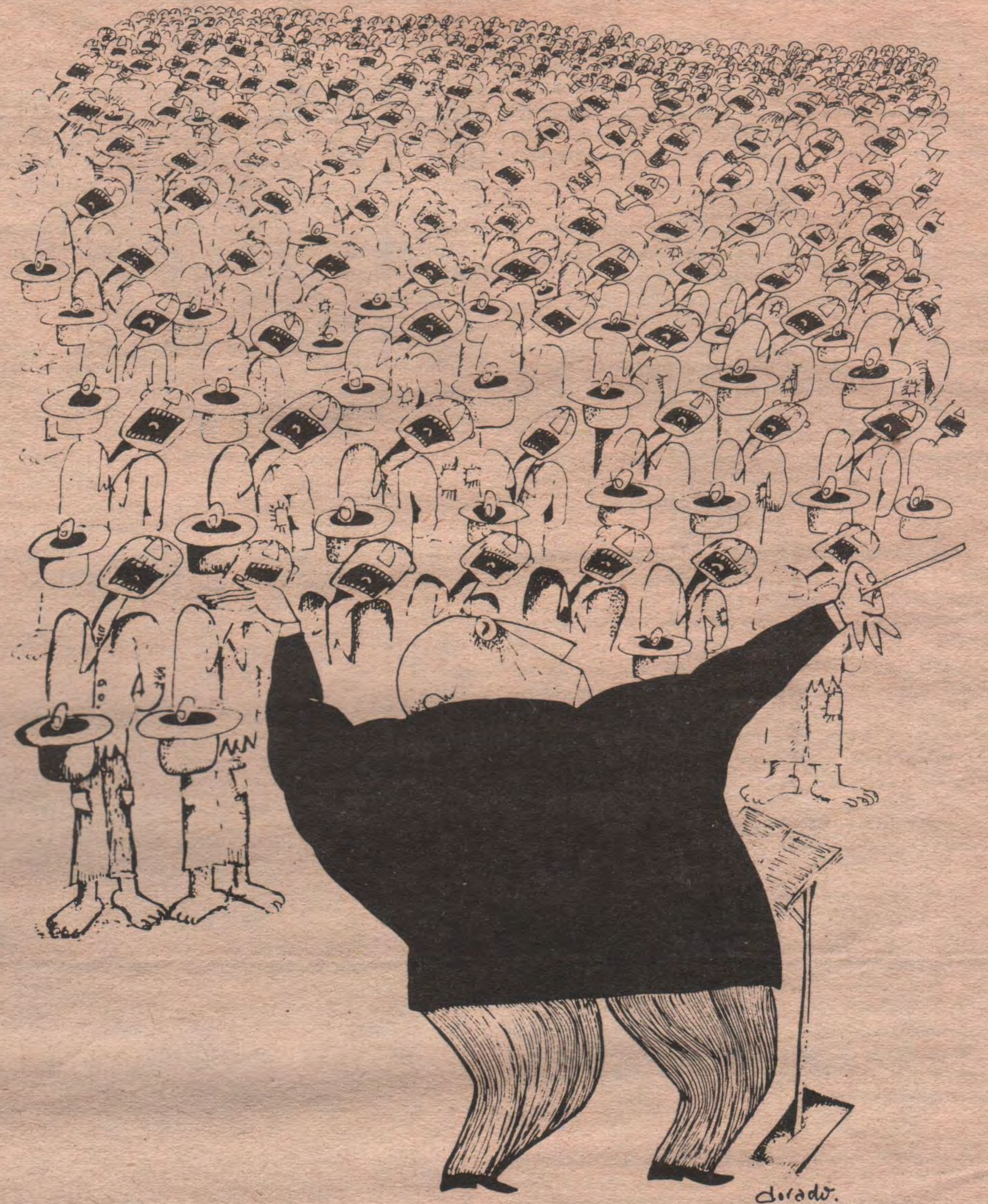
Fertilizante estrangeiro com subsídio

A maior demanda de fertilizantes para utilização na agricultura provocou a majoração dos preços e, o que é pior, a fraude na qualidade de corretivos e adubos. E o que afirma o deputado Jorge Uequed, MDB-RS, que faz uma análise sobre o assunto. Diante disso, o governo decidiu voltar a uma política que condenara duramente, a de subsidiar alguns produtos quando o preço se torna excessivo. Então, pela circular 243, do Banco Central, foi regulamentada a concessão de um subsídio de 40% ao preço de toda a classe de fertilizantes, atendendo a uma determinação do Presidente da República, baseada em solicitação dos Ministérios do Planejamento, da Agricultura e Fazenda. Em 17/6/75, entretanto, o governo voltou atrás pela Circular 275 do Banco Central que alterando a anterior, restringiu o subsídio somente aos fertilizantes de origem mineral e química, excluindo de subsídios os de origem orgânica. Assim, estes ficaram em condições de inferioridade no mercado, apesar de constituírem considerável parcela da demanda nacional.

Adianta o parlamentar emedebista que se não ocorrer a revogação da última Circular, o subsídio virá prejudicar a indústria nacional, que lutará em condições desesperadoras no mercado e que os empresários já procuraram o Banco Central e o Ministério da Agricultura, sem solução até agora.

"O fertilizante agrícola de origem orgânica - diz o parlamentar opositor - é reconhecidamente de qualidade superior aos demais, e sua produção determina a desnecessidade de importação, com a decorrente economia de divisas. Algumas autoridades do Ministério da Agricultura, para justificar a exclusão, pretendem enquadrá-lo como corretivos, o que tecnicamente não tem qualquer amparo, pois como fontes de nitrogênio e fósforo a farinha de osso cru e outras não poderão receber a taxa como corretivo".

A Circular 257 do Banco Central, adianta, acarreta graves prejuízos ao país, amplia a necessidade de importação de produtos químicos e minerais, em detrimento de produtos nacionais e, o que é pior, com subsídios governamentais.



A VIDA DE BAIXA QUALIDADE

Enquanto o IBGE demonstra que a qualidade da vida do brasileiro vai de mal a pior, a discussão do problema ainda não passou da fase de conceituação: o governo acha que melhorar a qualidade da vida significa melhorar os serviços metropolitanos comuns, mas, a população, coloca o problema da distribuição de renda como fator das necessidades prementes ligadas à própria sobrevivência.

No quarto trimestre de 1973, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PE-NAD) constatou uma população brasileira de 102.689.576 pessoas, das quais 30.561.267 - ou seja, aproximadamente 30% - com apenas 10 anos de idade, o que dá bem idéia dos esforços que serão necessários, no decorrer da próxima década, para a criação de novos empregos, sobretudo urbanos, não só com vistas a absorver o grande contingente de mão-de-obra que ingressará no mercado de trabalho como ainda para eliminar os atuais bolsões de desemprego, subemprego ou desemprego disfarçado.

Da população total, 39.370.814 - cerca de 38% - encontravam-se na força de trabalho (54,6% acima da população com mais de 10 anos), muito embora apenas 38.324.687 pessoas estivessem ocupadas, o que implicava em 1.046.127 desempregados - ou 2,7% da força de trabalho, índice que constituía, em última análise, a taxa de desemprego oficial do país.

No entanto, a partir da pesquisa do IBGE, utilizando-se estatísticas sobre o número de horas semanais trabalhadas, pode elaborar um quadro mais real do mercado de trabalho do país e, consequentemente, um índice de

desemprego também mais real. Assim, da força de trabalho total, 7.029.485 – cerca de 18,3% – trabalhavam menos de 40 horas por semana, o que permite concluir-se por uma considerável parcela em condições de subemprego, principalmente quando se observam dados sobre os níveis de rendimento dos trabalhadores assalariados.

O próprio índice de desemprego oficial (2,7%) quase que triplica, se se acrescentar ao total de desempregados o número de trabalhadores com menos de 15 horas semanais e os que não tem remuneração na faixa dos 20 aos 39 anos, subindo, então, a taxa de desemprego para 7,6%.

Nas atividades não agrícolas, em 1973, a força de trabalho era de 23.732.485 pessoas – ou 61% – da PEA (População Economicamente Ativa) total, não se considerando as pessoas que não trabalhavam há mais de cinco anos e as que nunca trabalharam. O número de pessoas ocupadas, entretanto, era de 23.093.165, constatando-se uma taxa de desemprego de 2,4%, enquanto o total de trabalhadores com menos de 40 horas semanais atingia a casa dos 3.738.506 – ou 16,1% do total, o que é um bom indicador do índice de subemprego ou desemprego disfarçado.

Nas atividades agrícolas, o quadro é ainda pior: das 15.231.522 pessoas empregadas para uma força de trabalho total de 15.305.179 – ou 38% do total –, nada menos que 3.290.979 – ou 21,6% – trabalhavam menos de 40 horas por semana, com o agravante de que 13,6% do total dos trabalhadores no setor agrícola (2.071.272 pessoas) estavam na faixa dos 10 a 14 anos de idade. A taxa de desemprego oficial do setor rural é de apenas 0,2%, percentual esse que se torna irreal na medida em que se verificam as horas trabalhadas por semana e – por que não? – o nível de rendimento dos trabalhadores.

O levantamento sobre a distribuição de renda bem mostra as desigualdades que se criaram, devido às distorções de políticas do tipo “esperar o bolo crescer para depois dividir”. Segundo o IBGE, havia, em dezembro de 1973, 17.738.931 pessoas empregadas com rendimentos pagos em dinheiro, dos quais apenas 0,2% do total ganhavam acima de 30 salários-mínimos da época (Cr\$ 312,00) – ou Cr\$ 9.360,00 mensais.

A grande maioria dos assalariados – 43,3%, ou 7.681.224 – ganhavam apenas o salário-mínimo ou pouco menos, enquanto cerca de 14,3% – 2.549.227 pessoas – não conseguiam sequer ultrapassar a casa do meio salário-mínimo (Cr\$ 156,00).

Além disso, a pesquisa do IBGE – um órgão oficial – constatou a existência de 3.621.974 pessoas que recebiam seus rendimentos não só em dinheiro, mas também na forma de bens, prática considerada bastante arcaica mesmo no setor agrícola.

Os números da PNAD vão descrevendo, assim, o perfil da qualidade da vida da população brasileira: do total de 20.528.897 habitações existentes no país, 2.765.243 – ou 13,4% – foram classificadas como barracos, enquanto apenas 4.738.962 – ou 13,4% – estavam ligadas à rede de esgotos, portanto, mais imunes à determinadas doenças.

No setor rural, o quadro é ainda mais negro: do total de 6,8 milhões de residências, 1,8 milhão – ou 26,9% – eram barracos, enquanto o percentual ligado à rede de esgotos era de apenas 0,7%, representados por 53.395 casas. Contrariando a tese de que há dois Brasis – um pobre, o Nordeste, e o outro rico, o Centro-Sul –, o IBGE constatou que mesmo em São Paulo há bolsões de pobreza convivendo com faixas onde o nível de renda e consumo tem padrão de país desenvolvido:

Do total de 4.283.440 habitações existentes naquele Estado, em 1973, apenas 51% (3.178.475) era ligada à rede de esgotos, sendo que as diferenças mesmo no setor urbano não eram muito grandes: 59 das habitações, apenas estavam ligadas à rede de esgotos, enquanto no setor rural do Estado mais desenvolvido do país esse percentual era irrisório: 2,6%.

Esses números se tornam ainda mais significativos na medida em que se verifica que, mesmo tendo sido realizada em âmbito nacional, a pesquisa do IBGE deixou de computar dados das áreas rurais do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Goiás, que podem ser consideradas as mais atrasadas do país, tanto que o motivo do não levantamento foi exatamente o difícil acesso à população.

O que é qualidade da vida

Nunca se falou em tão pouco tempo sobre qualidade da vida, que parece ter-se transfor-

mado, nos últimos anos, no tema predileto dos governos, principalmente dos países subdesenvolvidos, onde as tensões sociais vêm-se agravando perigosamente, em grande parte com resultado das distorções que caracterizam as políticas de distribuição de renda que, em última análise, têm sido responsáveis por um gradativo empobrecimento das camadas mais baixas da população, com sérios reflexos na qualidade da vida dessas camadas.

Não há, entretanto, nesses países, como no nosso, um consenso geral sobre o que seja qualidade da vida, fato que vem dificultando a adoção de medidas efetivas com vistas a solucionar o problema da baixa qualidade da vida da população, como bem o demonstrou um estudo feito recentemente para a Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado “Qualidade da Vida Urbana – O Marco Conceitual”.

Depois de entrevistar pessoas de várias camadas sociais divididas, teoricamente, em duas classes distintas – políticos e técnicos e demais integrantes da população, das faixas mais baixas às mais elevadas – a equipe chegou a uma divergência básica: enquanto para os políticos e técnicos, Q.V. está diretamente ligada “à área urbana e, particularmente, a alguns serviços metropolitanos comuns (e.g. saneamento, água, transporte e esgoto) e

Entretanto, a política habitacional “não tem conseguido solucionar adequadamente a questão, pois defronta-se com os mesmos problemas de especulação que a população enfrenta, sendo levada a implantar os novos núcleos habitacionais em áreas distantes do mercado de trabalho. Isso provoca, em última instância, a queda do poder aquisitivo de grande parte da população, que se vê obrigada a despendir uma parcela significativa do seu salário em gastos com transporte”.

“Verificou-se, – diz o estudo da Coppe – que existe realmente uma defasagem entre o que é considerado como qualidade de vida nos meios técnicos e políticos e o que é sentido como tal pelos indivíduos entrevistados. Além disso, pode ser observado que a qualidade de vida urbana não pode ser tomada de modo uniforme, como querem alguns, mas sim está referida à situação de classe específica dos indivíduos. E que, de modo geral, para os indivíduos entrevistados a qualificação de suas vidas não se relaciona às condições físicas da cidade, mas guarda uma estreita relação com o acesso a melhores níveis salariais, de educação e habitação.

Apesar disso, uma exposição feita pelo Jornal do Brasil (9/3/75) demonstrou que a revolução das obras mudou o panorama do Rio, nos últimos 15 anos, tais como viadutos,

Em discurso pronunciado recentemente na Câmara, em Brasília, o deputado Amaury Muller, MDB-RS, referiu-se ao problema em seu Estado: “um de cada cinco óbitos registrados no ano passado (1974) corresponde a menores de um ano. Isso significa que, em cada grupo de mil crianças nascidas vivas, cerca de 200 morrem antes do primeiro ano de vida”.

Esses dados, que segundo Amaury procedem da Secretaria da Saúde, superam “mesmo os índices nordestinos, onde, de acordo com a fonte oficial, ocorrem 180 óbitos por mil nascimentos. O deplorável recorde gaúcho de mortalidade infantil só é sobrepujado pelo paupérrimo vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (270 mortes por mil nascimentos), pela cidade de Patos, na Paraíba (267/1000) e pela capital pernambucana (263/1.000).

Contudo, segundo Amaury, “as altas taxas de mortalidade infantil não constituem privilégio dos gaúchos, paraibanos ou pernambucanos. Até mesmo em São Paulo, onde as condições de vida são menos dramáticas do que em outras regiões do país, a progressão do fenômeno (evoluiu de 67/1.000 em 1964 para 93/1.000 em 1974) está a indicar, com trágica eloquência, o grau de extrema miséria de largas faixas da população e a completa deterioração dos níveis de saúde da população”.



Desigualdade de vida: esperar o bolo crescer para depois distribuir

habitação e poluição”, para os assalariados o salário evidenciou-se como fator chave que possibilite “a satisfação das necessidades prementes ligadas à própria sobrevivência”.

Como fator secundário, a classe assalariada colocou o problema da qualificação do trabalho, a partir da qual ela vislumbra “a possibilidade de mudança de suas atuais condições de existência”. Entretanto, essa meta é considerada pelo trabalho “fantasiosa”, principalmente porque “as possibilidades de acesso à educação são condicionadas pela característica mais marcante do sistema educacional brasileiro, que é a de ser sistema de classe”.

Um trabalho feito por Bertham Hutchinson (Mobilidade e Trabalho, Ed. INEP, 1961, Rio) observa que “para cada uma das seis classes sociais diferentes contidas na sua análise, há um nível educacional típico, difícil de ser ultrapassado pelos seus membros. Assim, na medida em que a educação é determinante de status social, a tendência do atual sistema é, sem dúvida, manter o status quo e para desencorajar a mobilidade social.

Para os entrevistados pela equipe da Coppe, “ter uma vida compatível com seus ideais significa, além de melhores salários, ter acesso à instrução e a uma moradia”, vista a moradia não “em termos de conseguir nem a unidade, mais confortável, nem a que lhe dê as garantias de propriedade”, mas sim “no sentido de ter a moradia que lhe permita a maior possibilidade de crescimento de sua renda” ou de “não passar necessidades”, de “tentativa de organizar sua vida e não morar mais num quarto”.

elevados, túneis, alargamentos, e urbanizações “não correspondeu a uma melhoria da qualidade da vida urbana”, nem mesmo no que se refere ao setor (transportes). “Pelo contrário, a população passou a viver, em muito maior intensidade, os problemas típicos dos grandes pólos da área metropolitana. Um exemplo: os 116 mil veículos de 1960 multiplicaram-se para 600 mil, tornando o trânsito um dos graves problemas, causa de neuroses coletivas”.

Para completar esse quadro, bastaria dizer que os cerca de 6 milhões de habitantes do Grande Rio gastam entre duas horas e meia a três horas de seu dia para chegar ao trabalho e outras tantas para voltar para casa, quadro esse que não é muito diferente, por exemplo, em São Paulo, o primeiro centro industrial do país e, conseqüentemente, o mais desenvolvido.

Desenvolvimento e marginalização

A discussão do problema da qualidade da vida no Brasil pode ser considerada um assunto essencialmente urbano, já que fora das grandes metrópoles esse problema poderia ser qualificado como de “sobrevivência” e não de melhoria da qualidade da vida.

Um bom indicador disso é o elevado índice de mortalidade registrado em várias regiões brasileiras, algumas até mesmo das mais desenvolvidas, como é o caso do Rio Grande do Sul e São Paulo.

“À vista desse quadro, pergunta Amaury, como desvinculador o grave problema da mortalidade infantil precária e das condições sócio-econômicas da esmagadora maioria do povo, como resultante de uma política salarial míope e capenga? Recente pesquisa sobre poder aquisitivo e consumo alimentar conduzida pela insuspeitíssima Sudene revelou que 75% da população da área metropolitana de Recife – o grande estuário da miséria nordestina – apresentam uma renda média per-capita inferior ao salário mínimo.”

“Ora, se quase a metade dos brasileiros que trabalham (e precisam alimentar-se convenientemente) recebe menos de um salário mínimo por mês, não é de estranhar que, apesar do apreciáveis avanços da ciência e da técnica, o Brasil seja o campeão mundial da tuberculose e que a mortalidade infantil – um dos mais importantes indicadores do grau de prosperidade de um povo – continue a ceifar milhares de vidas preciosas.

É por isso que ele conclui que “no Brasil, infelizmente, o homem não tem se constituído no centro mesmo dos programas e metas governamentais” e pergunta:

“Será legítimo o desenvolvimento que marginaliza o homem, impedindo-o de participar da riqueza que ele mesmo gera?”

O debate sobre a qualidade da vida do homem brasileiro somente poderá ser aberto a partir de uma resposta definitiva a essa pergunta.

SÉRGIO MACEDO

JORNAIS da semana passada divulgaram a notícia de que o governo federal aprovou dois projetos, ou programas, "destinados ao equacionamento, a médio prazo, dos problemas das grandes cidades brasileiras, a fim de torná-las mais humanas". Se o leitor tem boa memória, deve estar lembrado de que, no governo do falecido marechal Costa e Silva, falou-se muito em "humanização da economia", ficando subentendido que, se era necessário humanizá-la, é porque a economia não era humana e, se não era humana, deveria ser desumana ou inumana.

Agora, volta a falar-se em humanização, não da economia, mas das grandes cidades brasileiras. O novo projeto de "humanização" implica, também, como o anterior, a tese de que as nossas grandes cidades não são humanas, pois é evidente que, se já fossem humanas, a sua humanização seria desnecessária. De acordo com a matéria publicada pela imprensa, a "humanização" consistirá, principalmente, na melhoria dos transportes urbanos, no saneamento básico e no controle da poluição. Resolvidos esses problemas, as nossas grandes cidades deveriam, ou deverão, tornar-se mais humanas, ou menos desumanas.

O pressuposto do projeto é, portanto, a desumanização das cidades. As nossas cidades, e, de modo especial as grandes, se desumanizaram e consequentemente, é preciso humanizá-las. O projeto, porém, limitando-se a verificar a desumanização urbana, como ponto de partida ou pressuposto do projeto humanizador, omite o essencial, pois não nos diz nem em que consiste a desumanização, nem tampouco quais são as causas que a provocam. Porque, como é óbvio, se o projeto humanizador, embora generoso e filantrópico, limitar-se a combater os efeitos sem eliminar as causas, a desumanização será quando muito contida, na aparência e por pouco tempo, uma vez que se trata, como dizem os economistas, em seu jargão peculiar, de uma realidade estrutural e não conjuntural.

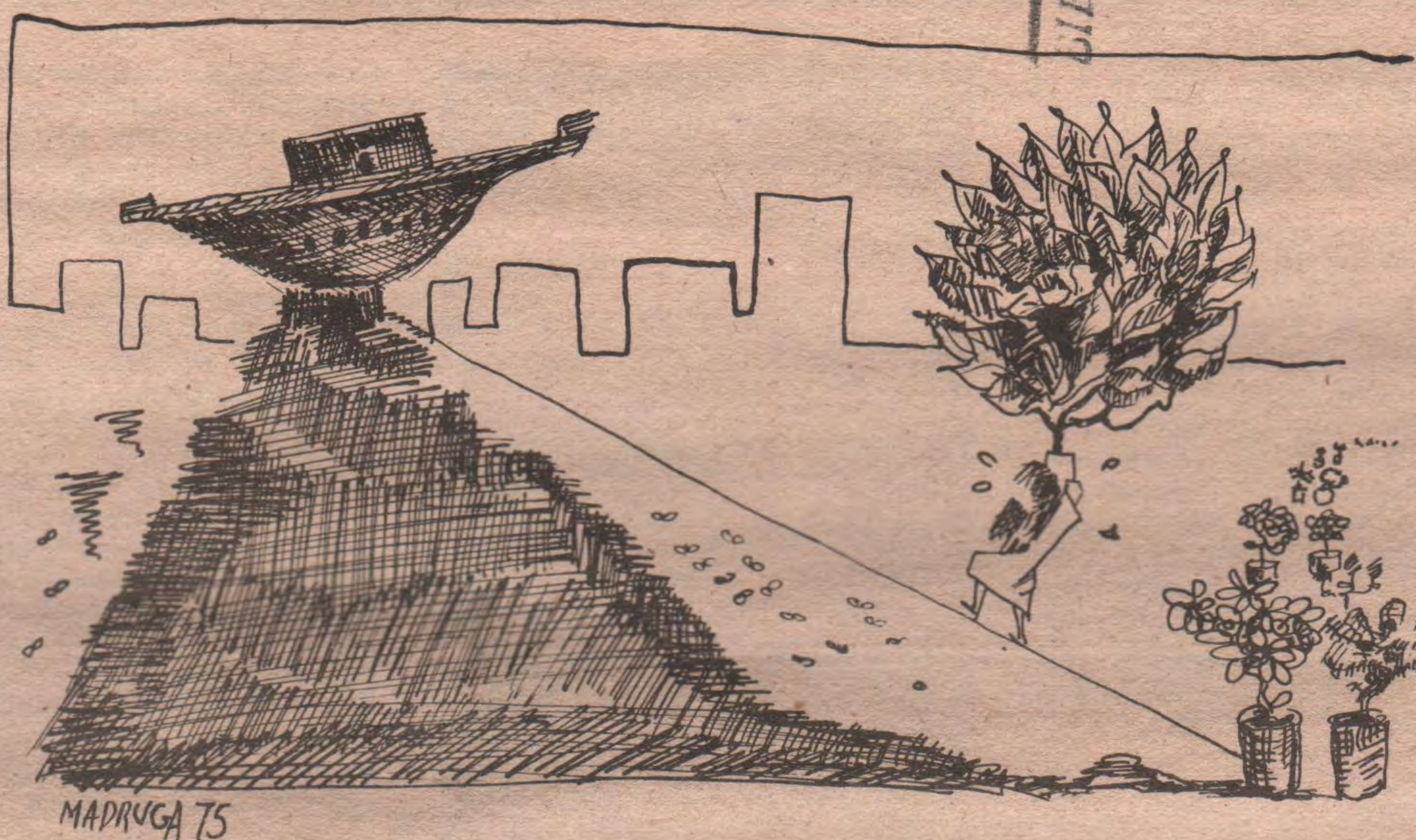
O importante não é, pois, verificar ou diagnosticar a desumanização, mas saber em que consiste e quais são as causas que a provocam. Porque, como nos ensina Aristóteles, o verdadeiro conhecimento das coisas não é o conhecimento das coisas nelas mesmas, mas nas causas ou razões que as determinam. É famosa a classificação aristotélica, de acordo com a qual as causas se dividem em eficiente e final, formal e material. Quais são, nesse sentido, as causas de um objeto produzido pelo homem, uma estátua, por exemplo? A causa eficiente é o artista, o escultor; a causa final, o motivo pelo qual fez a estátua; a formal, a própria forma da estátua, Apolo, Vênus, etc. e a material, finalmente, a matéria de que a estátua é feita, o ouro, o bronze, o mármore, etc. Conhecer a estátua não em si mesma, em sua pura "imediatez", como diria Hegel, mas nas "causas" que a explicam, ou na sua "mediatidade", é conhecê-la não apenas pelos sentidos mas também pela razão, que descobre as conexões entre o dado imediato da experiência sensível, e a "mediatidade", ou, em linguagem aristotélica, os princípios, razões ou causas que, nesse dado imediato, se acham implicitamente contidos.

O PROJETO humanizador, por melhores que sejam as intenções dos seus autores, será pois ineficaz se não incluir o conhecimento prévio da natureza do processo de desumanização e das causas que o determinam. O problema que se apresenta, portanto, é o da própria cidade, de sua gênese de sua estrutura e de sua razão de ser. E é curioso observar, a propósito, que os filósofos, especialmente os modernos, que têm refletido e

HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

ROLAND CORBISIER

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.



procurado pensar a respeito de tudo, religião, ciência, arte, técnica, sociedade, Estado, direito, história, etc., têm dedicado pouca atenção ao problema da cidade. Ora, a cidade é o suporte material da vida coletiva, o quadro em que se desenrola a existência humana significativa, a moldura do que costumamos chamar de história universal. Não é possível, portanto, formular de maneira adequada os problemas humanos, religiosos, éticos, políticos, econômicos, etc., sem levar em conta o **habitat** propriamente humano, que tem sido a **polis**, a cidade.

Quando Aristóteles nos diz que o homem é o animal político, a definição deve ser interpretada em dois sentidos. De acordo com o primeiro, o homem é político, ou social, por ser o animal dotado do **logos**, isto é, da razão e da palavra. Palavra que implica o outro, o interlocutor, sem o qual não teria sentido. Conforme o segundo significado, o homem é político porque só se pode realizar plenamente na cidade, entendida não apenas como realidade ética e política, mas também como realidade física, material, construção humana que pode e deve ser, em tese, obra de arte. Preocupado não só com os aspectos éticos e políticos da cidade mas também do seu aspecto demográfico e material, Aristóteles observa, por exemplo, que, sendo a lei uma certa ordem e "a boa legislação necessariamente uma boa ordem", uma população que "atinge uma cifra por demais elevada não se pode prestar a uma ordem". A "cidade principal" cuja população não deve crescer indefinidamente, sob pena de tornar-se ingovernável, deve ser localizada em "uma situação tão favorável, quer em relação ao mar, quer em relação à terra".

Nos capítulos 11 e 12, do livro VII, da «Política», Aristóteles propõe, por assim dizer, um plano geral da cidade, que deve estar em comunicação com o interior das terras, com o mar e com a totalidade do seu território, na medida do possível", em lugar escarpado, tendo

em vista a saúde dos habitantes, a atividade política e os trabalhos da guerra. Com relação aos lugares fortificados, por exemplo, observa que uma cidadela convém a uma oligarquia ou a uma monarquia, e uma planície a uma democracia, ao passo que "uma aristocracia não quererá nem uma nem outra e preferirá um grande número de praças fortes". Quanto aos templos, ou edifícios destinados ao culto divino, Aristóteles observa que é conveniente sejam colocados em "lugar adequado, que será também aquele em que se localizarão também as mais importantes mesas comuns, agrupando os magistrados".

Também é conveniente que, abaixo desse logradouro, seja estabelecida uma primeira Ágora, análoga ao que se designa na Tessália, por exemplo, com esse nome, quero dizer a Ágora, chamada Praça da Liberdade". Nessa praça da qual deveria ser excluído todo tráfico, ou comércio, também se poderiam instalar os "ginásios dos cidadãos adultos" pois é bom que os adultos fiquem junto dos magistrados, sendo essa proximidade o melhor meio de inspirar a modéstia e a reverência aos deuses conveniente aos homens livres". A praça do comércio, ou "ágora das mercadorias", será "distinta e separada" da precedente e deverá encontrar-se em situação que lhe permita "reunir facilmente todos os produtos provenientes do mar e do território". E, dividindo-se a classe dirigente da cidade em sacerdotes e magistrados, é bom também acrescenta Aristóteles, que as refeições públicas dos sacerdotes se realizem nas cercanias dos edifícios sagrados.

Muitas outras indicações, a respeito da cidade ideal, ainda se encontram na obra de Aristóteles. O essencial, porém, é salientar que a estrutura da cidade, a sua causa formal, em linguagem aristotélica, está em função de sua razão de ser, de sua causa final. E qual é, segundo o Estagirita, a razão de ser ou a causa final da cidade? O **telos** da cidade, ou da comunidade política, é a felicidade hu-

mana, a **eudaimonia**, que se alcança pelo exercício da virtude. A cidade existe, conseqüentemente, para tornar possível o exercício da virtude e a realização da felicidade. E por isso, por que existe para permitir a realização desse fim, não pode ter qualquer forma, ou qualquer estrutura, mas a forma, ou estrutura, que, determinada pelo próprio fim, torne possível sua realização. Para Aristóteles, a cidade se corromperia, tornando-se incapaz de realizar o fim em vista do qual existe, se a Praça da Liberdade, a ágora política, se convertesse na praça do comércio, ou na ágora das mercadorias, ou, com outras palavras, se, no governo da cidade, os mercadores se substituíssem aos políticos e aos magistrados.

Antes de Aristóteles, Platão, ao imaginar a sua República ideal, cuja razão de ser era permitir a realização da virtude, ou da justiça, também se preocupou com os aspectos materiais da **polis**, traduzindo, aliás, a preocupação comum aos antigos, tanto gregos quanto romanos, para os quais a cidade, longe de ser apenas o mercado, a praça do comércio, era principalmente, o templo e a ágora, a Praça da Liberdade, suprema instância cultural, pedagógica e política. Porque educar-se, adquirir as virtudes, tanto teóricas quanto práticas, não era apenas conviver com a família e frequentar o ginásio, a Academia ou o Liceu, mas viver na cidade. Para os antigos, e especialmente para os gregos, a educação é um processo que coincide com a própria vida humana na cidade. E, se educar-se é humanizar-se, segue-se que o ser humano só poderá educar-se ou realizar plenamente a sua humanidade no âmbito da **polis**.

DO PONTO de vista filosófico, que é o ponto de vista da totalidade, não é possível, pois, separar o problema político do problema ético e o ético do pedagógico. E, como o ser humano vive na cidade, entendida também como realidade física ou material, não é possível separar o problema político do problema da cidade. Verifica-se, assim, como sugeria Aristóteles, na passagem citada, que há uma evidente analogia, ou correspondência, entre a estrutura econômica, social e política da cidade e a sua estrutura física, urbanística e arquitetônica. Os fins, cuja consecução a cidade deve propiciar, estão implícitos nessa estrutura material, na forma física da cidade, que é esta e não outra porque aqueles que a construíram pretendiam, por meio da cidade, tornar possível, ao ser humano, alcançar determinados fins e não outros.

Que é, então, a cidade humana? A cidade é a história da cidade, história essa que se inclui na perspectiva mais ampla do que chamamos de história universal. Para compreender e explicar a cidade, ou as cidades, não basta, pois, surpreendê-las em seu estado atual, tais como se encontram no presente mas é indispensável restituí-las ao fluxo temporal, ao rio heraclítico, cujas águas, que jamais deixam de correr, as trouxeram desde as origens ao atual momento da duração. As grandes épocas da história deverão, pois, corresponder diferentes tipos de cidade, em cuja forma ou estrutura material deverá refletir-se a estrutura econômica, social, política e religiosa das comunidades humanas que as edificaram. Haverá, portanto, para ficarmos apenas no ocidente, uma cidade antiga, grega e romana, uma cidade feudal e medieval, e uma cidade moderna, burguesa e capitalista, que deverá ser substituída pela cidade socialista, de que nos ocuparemos na próxima semana.

P. S. A frase de Sócrates, tal como se encontra na Apologia de Platão, é a seguinte: "...enquanto tiver um sopro de vida... estejais seguros de que não deixarei de filosofar."

PORQUE CAIU VELASCO

A 26 de agosto, a opinião pública foi surpreendida pela substituição do general Juan Velasco Alvarado na

Presidência da República do Peru. Assumiu o cargo o general Morales Bermudez, até então primeiro ministro e co-

mandante do exército. A mudança de governo completou-se dias depois com a substituição de cinco ministros de Estado, interpretada co-

mo evidência de uma mudança de rumo no processo revolucionário peruano. Para entender o desenrolar dos acontecimentos, é preciso

considerar uma série de fatos bem pouco conhecidos, que passaremos a analisar, sem, no entanto, nenhuma pretensão de esgotá-los.

Quando o general Morales Bermudez torna-se primeiro ministro, a iniciativa política no seio do poder estava com o grupo conhecido como "A Missão". Ele tinha a seu cargo a Comissão Política do gabinete ministerial. Encarregava-se de elaborar os projetos políticos e de preparar os pareceres sobre todos os atos do governo.

Integravam a comissão: general José Graham Hurtado, chefe do COAP (Comissão de Assesores da Presidência da República, um órgão de funções legislativas e pesquisa); contra-almirante Alberto Jimenez de Lúcio, ministro de Indústria e Turismo; general Javier Tantaleán Vanini, ministro da Pesca; e general Jorge Fernandez Maldonado, ministro de Energia e Minas.

Os generais Tantaleán, Richter e o contra-almirante Jimenez de Lúcio controlavam praticamente a comissão e constituíam a cabeça de um grupo mais amplo que controlava os postos-chaves do governo, a saber: general Rudecindo Zavaleta, Inteligência Militar; general Eduardo Segura, Oficina Central de Informações (meios de comunicação de massa); general Richter Prado, Ministério do Interior (segurança interna); contra-almirante Jimenez de Lúcio, Ministério de Indústria e Turismo (política de desenvolvimento industrial); general Sala Orozco, Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (bases populares); general Danti Poggi, Ministério do Trabalho (bases populares); e general Tantaleán Vanini, Ministério da Pesca (grande poder econômico e amplas bases populares). O grupo atuava coordenadamente através da Missão e tinha a seu favor a correlação de forças no gabinete.

O general Morales Bermudez, numa de suas primeiras medidas como primeiro ministro, muda a forma de trabalho do gabinete, anula a Comissão Política e passa a presidir pessoalmente as Comissões Política e Econômica, por ele criadas. A medida não foi suficiente. O controle dos centros básicos de poder (inteligência e comunicações) por parte do grupo A Missão continuava facilitando a escalada do poder, com o apoio do próprio general Juan Velasco Alvarado.

A revista Marka é a primeira publicação a anunciar publicamente a existência de várias contradições no seio do poder. Isso aconteceu em junho, quando essas contradições se mostravam bem agudas. Expresso seguiu a mesma linha, assim como alguns colunistas de outros órgãos. A Missão tentava sufocar as críticas, através do terrorismo psicológico.

Desencadeia-se, então, uma ofensiva no sentido de enquadrar os jornalistas em geral numa organização controlada pela Presidência. A ofensiva tem êxito em três jornais, êxito relativo em outros três e é derrotada no Expresso.

Ao anunciar-se a nomeação de novos diretores para os jornais expropriados, o diretor do Expresso, Alberto Ruiz Eldredge, renunciando a marginalização dos civis revolucionários, de organizações de base, o crescimento do apoio a

organizações de tipo fascista e a aproximação com setores da oposição aprista, força populista reconhecida de direita.

Em agosto, a repressão atinge o Expresso. Mário Benedetti, escritor uruguaio e colunista do jornal, é expulso do país. A medida não encontra justificativa convincente. O general Richter, ministro do Interior, declarou que Benedetti tinha enviado ao exterior informações contrárias ao processo revolucionário peruano. Mas isso simplesmente não era verdade. A hipótese mais provável é a de que a medida arbitrária foi uma provocação para instigar uma reação no Expresso, que depois daria pretexto a uma "limpa" dos elementos considerados "de esquerda".

Deportações

Nesses sete anos de processo revolucionário, houve vários casos de deportações que podem ser definidos como medidas defensivas da revolução. Foram deportados elementos apristas, belaundistas (partidários do presidente Belaúnde Terry, deposto pelas forças armadas em 3 de outubro de 1968 por "corrupção e entreguismo"), mandatários da Sociedade Nacional de Indústrias - todos por motivos contra-revolucionários.

Entretanto, as deportações de agosto último, na maioria dos casos, atingiram pessoas partidárias do processo peruano. Para fechar a revista Marka, argumentou-se que seus artigos concorriam para aumentar a tensão entre Peru e Chile num momento crítico. O pretexto poderia, digamos, justificar o fechamento da publicação, mas não a deportação de seu diretor, redatores, colaboradores e fotógrafos. A deportação atingiu indistintamente tanto quem poderia ter alguma responsabilidade na revista, como quem nada tinha a ver com os destinos da revista. Foram medidas repressivas de caráter personalista.

● No último número, Marka tinha criticado o superpoder do irmão da mulher do general Velasco Alvarado, diretor do jornal «La Cronica». Era a gota que faltava para transbordar o descontentamento nos centros de poder por críticas anteriormente formuladas.

● No caso específico do jornalista Mirko Lauer, o problema eram suas críticas ao governo, inicialmente publicadas no «La Cronica» e posteriormente no «La Prensa». Suas vinculações com setores militares tidos como progressistas foi fator fundamental.

● O economista Carlos Malpica, por outro lado, enfrentara o ministro da Pesca, general Tantaleán Vanini. Malpica era assessor dos pescadores embarcados (anchoveteiros) e tinha feito um informe, colocando em dúvida a honestidade da administração da empresa Pesca-Peru, subordinada ao Ministério da Pesca.

● O jornalista Carlos Flores Ledesma, comentarista de televisão, afirmou durante o programa «24 Horas» não estar de acordo com o fechamento de Marka nem com as deportações, qualificando as medidas como não-revolucionárias -



Velasco Alvarado: o presidente já não coordenava as idéias

"medidas policiais que esperamos sejam retificadas".

● O economista Virgílio Roel foi deportado por criticar os desvios da política econômica para satisfazer normas do Fundo Monetário Internacional. Escreveu artigos sobre o assunto no «Correo».

Escalada

O mês de agosto caracterizou-se por um clima de total insegurança nas diversas frentes do processo peruano. Entre os traços marcantes dessa época podemos destacar a utilização da tensão entre Peru e Chile, com certa dose de exagero, para efeito de acumulação de força política. O mesmo argumento foi utilizado para justificar medidas repressivas.

Estabeleceu-se o princípio de que não poderia haver crítica de nenhuma natureza por parte dos militantes do processo e, obviamente, por extensão, aos não militantes. Junte-se a isto uma interpretação cada vez mais restrita do conceito de militante, em detrimento do princípio do pluralismo defendido ideologicamente pela revolução. Como consequência, houve perseguição a funcionários, muitos dos quais foram demitidos de seus cargos. Estabeleceu-se vigilância policial para intelectuais e jornalistas, frequentemente presos para interrogatórios.

Paralelamente, aprofundaram-se os conflitos na área trabalhista, seja por um trabalho de infiltração ou de divisionismo nas organizações de

base, seja por atitudes patronais por parte das autoridades do Ministério do Trabalho. Para fins de agosto e início de setembro, estavam programadas várias greves como efeito natural dessa política. As greves deveriam paralisar setores básicos da economia, como a mineração, a metalurgia etc. Também estavam em pé de greve os universitários e mais de 100 mil professores primários e

Tudo isso são fatos de superfície, mas revelam a existência de uma política dirigida para neutralizar a capacidade de iniciativa política dos grupos civis mais progressistas que apóiam o processo. Tratava-se de provocar uma situação caótica nos meios proletários e grande descontentamento na classe média, o que beneficiaria a escalada ao poder por parte do grupo A Missão.

Velasco

É inegável que o general Velasco Alvarado passou a história por sua contribuição ao processo revolucionário peruano. Mas também é verdade que as revoluções não raro devoram seus melhores líderes e muitas vezes ultrapassam os homens que as iniciaram (isto ocorre tanto nos movimentos políticos de esquerda como nos de direita). Não há dúvida de que Velasco deu tudo de si ao processo peruano e suas atitudes energéticas foram em inúmeras oportunidades decisivas e fundamentais para a defesa da revolução.

A partir de março de 1973, no entanto, quando lhe amputaram uma das pernas, o presidente Velasco Alvarado vai se afastando da condução política real do governo. Forma-se em torno dele uma espécie de corte. A realidade que ele via era a realidade dessa corte.

Em janeiro deste ano, numa entrevista coletiva, deu mostras evidentes de que já não coordenava bem as idéias. A impressão era de estar afetado por arteriosclerose ou algo semelhante. A partir de então, são raras suas aparições em público e frequentes seus erros na condução política. Tendo se agravado seu estado de saúde, foi-lhe oferecido várias vezes que deixasse o governo e ficasse como condutor ideológico do processo. No decorrer deste ano, por duas vezes ele aceitou a proposta, para logo depois voltar atrás, afirmando que só deixaria o palácio morto.

Enquanto isso, de parte do general Velasco Alvarado há uma abertura política de nepotismo e favoritismo, em benefício dos homens que formam a corte, bastante dominada pelos membros da Missão, na qual o general Tantaleán aparece como uma espécie de "delfim". Velasco Alvarado entregou a vários parentes importantes cargos na administração pública, na Previdência Social, na direção do jornal subordinado diretamente à Presidência (La Cronica, que agora voltou a pertencer ao Sistema Nacional de Informação), na Indu-Peru e outros.

Causou profundo mal-estar em amplos setores que apóiam a revolução o decreto promulgado pelo

presidente modificando os limites da Lei de Reforma Agrária para a expropriação de terras. A lei fixava em 150 hectares. O decreto ampliou para 300 hectares no sul do país. Foi um decreto assinado sem o exame e aprovação do Conselho de Ministros e destinava-se a favorecer o futuro sogro de sua filha menor, criador de gado em Tacna. A medida por pouco não provocou a renúncia do ministro da Agricultura, general Gallegos Venero, pertencente à geração de coronéis que exerceu papel de primeira linha no movimento de 1968.

Por outro lado, para facilitar o domínio sobre os meios de comunicação de massa, Velasco baixou decreto proibindo o trabalho de estrangeiros nos veículos ligados ao Estado - rádio, televisão (parcialmente estatizada), jornais «El Peruano», «La Cronica», todos os organismos do Sistema Nacional de Informação (Sinadi), escritórios de relações públicas e de imprensa de todas as repartições públicas. Sob esse pretexto, iniciou-se nesses meios de comunicação uma "operação limpeza" contra elementos de esquerda e outros que apóiam criticamente o processo, mesmo que fossem peruanos. O mesmo aconteceu no «La Prensa», para cuja direção tinha sido nomeado o jornalista Gilberto Escudero, amigo pessoal do general Velasco Alvarado.

Era evidente uma política protecionista favorecendo os "homens da corte". Um exemplo foi a presença do filho do general Tantaleán, conhecido dirigente aprista, nos jornais expropriados, particularmente no «La Cronica», jornal diretamente subordinado à presidência até a queda de Velasco. Havia também um grande descontentamento em face das constantes viagens de turismo ao exterior realizadas pelas mulheres dos generais Velasco e Tantaleán.

O presidente se recusava a aceitar denúncias ou iniciar investigações sobre casos de corrupção em diversos setores da administração pública. Denúncias publicadas na imprensa deixaram clara a existência de irregularidades na empresa Pesca-Peru, a maior empresa do país, e na Epsa, empresa de comercialização de gêneros de primeira necessidade. Houve denúncias não públicas de corrupção em altos escalões do Governo: ministros e altos funcionários estariam recebendo "bolas" em troca de favores. Além disso, foram constatadas graves irregularidades em contratos do governo com empresas privadas.

Em resumo, no mês de agosto, tinha-se a impressão de desgoverno, sem falar nas medidas repressivas ordenadas pelo próprio presidente, obedecendo sua excessiva susceptibilidade e atendendo a pedidos das pessoas de sua "corte".

No terreno ideológico, não eram menores os desacertos do presidente. Na última entrevista coletiva, em janeiro, ele disse que a URSS ia ser dominada e invadida pela China. Também criticou Fidel Castro a

quem anteriormente havia elogiado. Em seus discursos, indicava ora uma política de esquerda, ora de direita, sem que a situação conjuntural exigisse essa flutuação. Enviou dois ministros à União Soviética antes da expropriação da Marcona Mining (empresa norte-americana de ferro) para negociar a abertura de novo mercado e logo criticou violentamente a União Soviética.

O personalismo acentuou-se a tal ponto que ele se permitia censurar publicamente a seus ministros, tratando-os como crianças. Vários ministros evitavam por todos os meios aparecer em público, com medo de fazer declarações que depois pudessem ser desmentidas pelo presidente.

Seu último discurso, na Conferência dos Países Não-Alinhados, embora contenha pontos positivos, chega em alguns momentos a ser ridículo, sobretudo quando ignora a distensão no mundo de hoje e fala uma linguagem dos tempos mais duros da guerra fria. O pronunciamento provocou certa estranheza entre muitos delegados por nem mencionar o imperialismo.

Crise

A crise política começou a se tornar grave em janeiro, precisamente com o agravamento do estado de saúde do general Velasco.

Os acontecimentos ruidosos de 5 de fevereiro, em Lima, puseram em risco a estabilidade do regime. A Missão e a direita periférica se aproveitaram da crise para tentar uma abrupta escalada ao poder. Constatou-se que a inteligência militar desempenhou um papel importante no desencadeamento dos fatos, provocando um vazão de informações e proporcionando falsas avaliações da situação, a fim de comprometer e "queimar" o comandante da 2ª Região Militar, general Leônidas Rodrigues.

Dominada a tentativa de sedição, graças à ação enérgica do general Leônidas Rodrigues, o grupo civil mais progressista busca aglutinar forças para mudar a correlação de forças em favor da esquerda do processo. Reunido em torno do Ex-presso e contando com o apoio dos generais Leônidas Rodrigues e Fernandez Maldonado, esse grupo lança as bases de um Movimento Político de Apoio à Revolução. O respectivo documento é subscrito pelo jurista Alberto Ruiz Eldredge, então diretor do Ex-presso, os principais assessores civis dos ministérios e vários intelectuais de projeção.

A iniciativa é desautorizada no dia seguinte pelo general Velasco Alvarado. Ele declara que a iniciativa política é prerrogativa exclusiva de sua equipe. Logo anunciaria as bases ideológicas da revolução para servir de guia a um movimento político próprio, que não chegou a formar-se.

A partir da anulação daquela iniciativa política, recrudescer a campanha macartista contra intelectuais de esquerda de todas as tendências. Cresce a força dos grupos caracterizadamente fascistoídes e amplia-se a ofensiva através dos meios de comunicação. O vespertino Última Hora, dirigido por Ismael Frias, conhecido por suas posições direitistas, desempenhou um papel fundamental na aglutinação dessas forças e a divisão de organizações populares controladas pela esquerda do processo.

No meio do ano, os diretores dos jornais expropriados, em sua maioria, estavam totalmente marcados, sob a acusação de serem comunistas infiltrados no processo. Isto provocou como resposta a renúncia de Ruiz Eldredge da direção do Ex-presso, atitude que desencadeou uma reação civilista em amplos setores.

O processo, então, revelou-se polarizado entre duas tendências, divergentes em questões de métodos e procedimentos políticos. Uma tendência ao autoritarismo vertical, monolitismo político com vocação populista, de arregimentação e manipulação das massas populares, através de métodos fascistoídes. Outra tendência, também autoritária, mas com vocação participacionista, mais democrática, pluralista,

A primeira busca entendimento com o Apra; a segunda com as organizações populares. Uma engana, enquanto a outra vai se isolando por falta de iniciativa política.

Morales Bermudez

O general de divisão Francisco Morales Bermudez, já quando foi ministro de Economia, de 1969 a janeiro de 1972, deixou entrever alguns traços de sua personalidade.

É um dos oficiais de maior prestígio entre a oficialidade por sua grande capacidade como técnico militar e como economista. Ele gosta de atuar de acordo com regras precisas do jogo. Várias vezes, durante sua permanência nesse ministério, discrepou do gabinete que tentava contrariar o ortodoxismo que ele imprimia na condução dos negócios de sua pasta. Por esse ortodoxismo e por essas discrepâncias era tido como um homem de direita dentro do processo. Tem importantes qualidades de líder e parece acostumado a trabalhar em equipe. Católico militante e militar muito disciplinado, é considerado um oficial de extrema firmeza.

Deixou o ministério pela chefia do Comando Conjunto das Forças Armadas (1973/74), até assumir o posto de primeiro ministro em 1.º de fevereiro deste ano. Como primeiro ministro, revelou-se plenamente identificado com a linha revolucionária do processo, apoiando-se nos ministros e generais mais progressistas, para poder marcar uma linha de independência frente aos partidários da Missão.

Com o agravamento do estado de saúde do presidente Velasco, conseguiu algumas alterações nos procedimentos políticos, passando a decidir sobre questões administrativas diretamente e a despachar com alguns ministros. Isto veio dinamizar a gestão, mas também contribuiu para isolar ainda mais o general Velasco da equipe ministerial.

O ascenso de Morales Bermudez à presidência abre perspectivas seguras de que haverá regras de jogo mais precisas na vida econômica e política do país.

O general Morales Bermudez assumiu o poder com o apoio dos Comandantes de Divisão, do grupo de Ministros que discordavam do grupo Missão e dos civis que apóiam o processo.

A Missão foi destituída e perdeu os postos-chaves de que dispunha. Os novos ministros e chefes com nível de ministro são: General Luís La Vera Velarde, Energia e Minas; contralmirante Francisco Mariátegui, Pesca; general César Campos Quezada, Interior; general Gastón Ibañez O'Brien, Indústria e Turismo; doutor Luís Cisneros Vizquerra, Sinamos; general da Guarda Civil Isaac Costa, Ordeza; contralmirante Jorge Dubois Gervasi, Onit.

Os generais Leônidas Rodrigues e Fernandez Maldonado emergem dos acontecimentos como os homens fortes do processo. O primeiro acumula as funções de comandante da 2ª Região Militar com o controle dos meios de comunicação. Parece ter sido a peça fundamental na elevação de Morales Bermudez à Presidência. O segundo assumiu a chefia do Estado Maior do Exército.

Os novos ministros de Minas, Interior, Sinamos e Indústria são considerados contrários ao grupo Missão. O ministro de Economia é o primeiro civil a participar do gabinete desde 3 de outubro de 1968.

Questões de fundo

Em 1975, o Peru começa a sentir mais diretamente os efeitos da crise econômica que afeta o mundo ocidental. Alguns fatores geradores de aflição no país: dólar inflacionado; inflação interna (oficial: 14%; real: mais de 30%); alta dos preços dos insumos e manufaturados; baixa dos preços dos produtos primários, fundamentalmente o cobre.

Entre estes fatores, deve-se destacar a elevação dos preços do petróleo (o Peru importa cerca de 60% do que consome) e a reversão das expectativas quanto à potencialidade

real, em termos comerciais, das reservas peruanas.

No início do ano, o Instituto de Planificação baixou diretrizes (Plano de Emergência) visando a dois objetivos:

- a) Enfrentar a crise conjuntural com o mínimo de concessões possíveis;
- b) Permitir um salto qualitativo do processo para uma maior concentração da inversão no setor de propriedade social e no setor estatal. O plano prevê, inclusive, a transformação de cooperativas em organizações mistas de propriedade social com propriedade estatal autogestionadas.

As diretrizes, no entanto, não são muito extensas nem muito claras no que diz respeito às alternativas diante da crise. Isto permite que se produza no seio do poder uma polarização de tendências com relação às alternativas viáveis para enfrentar a situação.

Neste momento, parece que houve consenso na equipe do governo de que as alternativas deveriam ser buscadas nos limites do sistema. Isto, em grande medida, favorecido pelo fato de que o projeto de industrialização, dentro da estratégia geral de desenvolvimento, toma em conta mais a poupança externa, ou seja, a inversão estrangeira, particularmente aquela proveniente do mercado tradicional, capitalista.

Na metade do ano, impõe-se uma revisão geral da política de salários e preços, bem como a anulação dos subsídios a certos insumos. A medida foi tipificada pelos estudiosos como excessivamente monetarista em relação ao projeto inicial. Na correção aplicada, inspirada obviamente no ortodoxismo do Fundo Monetário Internacional, o ônus da crise recai fundamentalmente na classe dos assalariados, particularmente aqueles que já têm baixa remuneração.

O consenso no governo a respeito dessas medidas incidiu favoravelmente na correlação de forças em benefício do grupo Missão no seio do poder, e das tendências direitistas em toda a sua periferia. Quando o general Morales Bermudez subiu ao poder, a primeira reação dos círculos ligados à empresa privada foi de júbilo. Inclusive a embaixada dos Estados Unidos deu sinal de satisfação. Evidentemente, para esses círculos, a presença de um ortodoxo na Presidência da República era indício de consolidação da linha que lhes convinha. Mas, num segundo momento, isto é, quatro dias depois, quando o general Morales Bermudez anunciou as mudanças no gabinete, a reação dos setores mais conservadores foi como se tivessem recebido uma ducha fria sobre a cabeça.

A Missão e todo o seu esquema foram destituídos. Subiram os militares da chamada tendência progressista. O novo presidente anunciou em seu primeiro discurso que mudará a metodologia política e corrigirá desvios no processo. A primeira providência, como é fácil verificar, objetiva definir as regras do jogo para o comportamento político.

Devido à correlação de forças no novo gabinete tem-se como certa uma tendência no sentido do pluralismo político dentro dos marcos revolucionários e de uma maior participação popular. O general Morales Bermudez foi quem, como primeiro ministro, introduziu no governo a prática de diálogos periódicos do gabinete com a opinião pública e organizações populares. A designação de Luis Barúa, por outro lado, deu a tônica da abertura, visando a reconciliação com os grupos civis, o que também é considerado uma correção dos desvios anteriores.

De qualquer forma, resta ainda saber se haverá também uma reorientação do projeto nacional em termos econômicos. Continuará o processo apoiando-se na poupança externa? Muito cedo teremos indícios a esse respeito, pois se trata de uma questão capital na definição de rumos.

PETER LEE

(De Lima, exclusivo para Crítica)

SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPRENSA LIVRE

a independência de CRÍTICA depende de sua assinatura — de muitas assinaturas. não perca tempo, faça a sua agora.

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.
Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio — RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO BRASIL (Cr\$ 200,00) EXTERIOR (US\$ 50,00)
6 MESES BRASIL (Cr\$ 100,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA Nº.....

CIDADE ESTADO.....

PAÍS CEP.....

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO
 VALE POSTAL

hotel Lorena



- 50 APARTAMENTOS
- AR CONDICIONADO
- TELEFONES EM TODOS OS APARTAMENTOS
- PISCINA
- TV OPCIONAL
- COFFEE-SHOP
- RESTAURANTE
- ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

Jardim Itacema — Lote 27 — Piatã
(Junto à Churrascaria Alex)

Reservas: Telefone 8-9139
Salvador — Bahia — Brasil

PARA ANUNCIAR EM CRÍTICA TELEFONE PARA (021) 242-7395

PORNOCHANCHADA CULTURA POPULAR

Para o cineasta Gustavo Dahl, sim, é uma das mais vivas expressões de cultura popular. No nº 56, *Crítica* abriu suas páginas ao debate sobre cinema brasileiro com um depoimento-bomba de Glauber Rocha. O primeiro a responder foi Paulo Cesar Sarraceni. Hoje deveria sair o depoimento de Nelson Pereira dos Santos, mas as filmagens (na Bahia) de "Tenda dos Milagres" retardaram por mais uns dias a remessa do material, que esperamos poder publicar no próximo número. Em seu lugar, temos a palavra de um nome não menos importante: Gustavo Dahl. A julgar pelos dois primeiros depoimentos, o de Sarraceni e o de Dahl, uma coisa parece mais do que certa: a nova situação da Embrafilmes marca uma nova situação de nosso cinema. De fato estamos a quilômetros de distância dos cineastas que nos anos 60 transformaram-no num dos mais importantes do mundo sem, em momento algum, fazer concessão com a miséria ou com o poder, ou com a pornochanchada - como, de resto, parece estar ocorrendo. Passemos a Gustavo Dahl. Ele confia nos novos caminhos, vive no melhor dos mundos. Agora (para quem está preocupado com os caminhos de nosso cinema) é confiar em Dahl.

Gustavo Dahl - um mito depois de «Em Busca do Ouro» e «O Bravo Guerreiro». A seriedade de seu trabalho exigindo sempre o maior respeito. Ninguém duvida. Uirá fecha o quadro e deixa Dahl cada vez mais como um dos homens fortes do cinema brasileiro. Vou até ele esperando não sei o que, mas acreditando em seu potencial de trabalho, em sua posição liberta de algumas correntes. Mas Gustavo Dahl assumiu compromissos com a Embrafilmes e com o dr. Roberto Farias. A cláusula não é oficial, mas existe como acordo: declarações à imprensa não são aconselháveis.

Um dos nomes já indicados para o Conselho Consultivo do INC, trabalhando atualmente na distribuidora da Embrafilmes Gustavo Dahl espera, assim que tenha condições, realizar um filme sobre as revoluções brasileiras de 20 e 30, que já têm inclusive título: «Tenentes». Inevitavelmente a verba será aquela especial que a Embrafilmes vem reservando para os filmes históricos. Paulo Cesar Sarraceni já tem três milhões para as filmagens de «Anchieta José do Brasil».

Nosso bate-papo vai sem vacilos, apesar de já estar claro que entrevista para ele, agora é alguma coisa que foge ao esquema. Sua visão fica registrada dentro de um clima de pouca discussão. Com Sarraceni não foi muito diferente: "Glauber discute, grita, analisa, impõe, exige definições, porque está lá fora se correndo de tanta impaciência! Os cineastas brasileiros, e principalmente aqueles que estão

trabalhando nos projetos da Embrafilmes, realizando seus filmes com verbas do governo, aceitaram regras que vão permitir fazer um cinema a ser avaliado depois. Ninguém está agora preocupado "em estabelecer critérios ou distinções." Não é hora para justificativas.

Década da maior importância

Como cineasta e teórico de cinema brasileiro, acho que a grande contribuição da década de 60, foi descoberta de que não é mais possível, em boa fé, tentar mostrar aos outros o caminho certo, achar que nosso caminho é mais lúcido que o do outro. Junto com o "pare de reclamar" ficou bem claro que a teoria na prática é diferente. Vejo nos destinos do cinema brasileiro, especialmente em nossos últimos filmes - «O Amuleto de Ogum» e «Guerra Conjugal» - já um atingimento de um cinema nacional & popular. Eu acho que o cinema brasileiro está realmente em um momento de encontro. A pornochanchada é uma expressão de cultura popular muito viva. O brasileiro, pela primeira vez se permitiu brincar e aceitar seus recalques sexuais, até colocando-se na tela e divertindo-se com eles.

- Minha perspectiva de nosso cinema é muito mais antropológica, bastante perto da de Paulo Emilio Sales Gomes: "tudo o que acontece é bom". Lembro-me de uma aula dele em que se discutia o Festival de Guarujá, na qual os alunos se queixavam da çafonice e do reacionarismo. E o Paulo

Emilio insistiu em que havia alguma coisa de muito importante acontecendo; estava se tratando de cinema brasileiro. E por aí, todo mundo que mexe com cinema no Brasil está em uma experiência comum independente dos valores de superestrutura. Desde o sr. Luiz Severiano Ribeiro até o mais rústico maquinista há um dado em comum, e esse dado em comum passa também por Glauber Rocha, embora ele esteja fora e é pena.

● Não é importante estabelecer-se critérios ou valores, que tornem possível uma atuação mais consciente?

O que é realmente importante em matéria de cinema no Brasil é que as companhias americanas receberam no ano passado um lucro de 14 milhões de dólares. Proporcionalmente, em relação ao investimento, o cinema é uma das atividades que no Brasil mais proporciona remessa de lucros ao estrangeiro. Então eu acho que a realidade deve ser compreendida em função do depalperamento que tal exportação de lucros causa na própria economia do cinema brasileiro. A miséria, os problemas, a neurose, a fome, a violência de nosso cinema estão nesses 14 milhões de dólares, no qual há uma parte, aquela que lança o cinema brasileiro na sua esquizofrenia, que vem daí. E o que impede e afoga a ação é colocado em motivos outros como a censura, o governo, a iniciativa privada, os exibidores ou o mundo, quando o problema é a relação econômica.



Gus
não se preci
con

ADA É LAR?

O que é realmente importante em matéria de cinema no Brasil é que as companhias americanas receberam no ano passado um lucro de 14 milhões de dólares. Proporcionalmente, em relação ao investimento, o cinema é uma das atividades que no Brasil mais proporciona remessa de lucros ao estrangeiro. Então eu acho que a realidade deve ser compreendida em função do depauperamento que tal exportação de lucros causa na própria economia do cinema brasileiro. A miséria, os problemas, a neurose, a fome, a violência de nosso cinema estão nesses 14 milhões de dólares, que lançam o cinema brasileiro na sua esquizofrenia, vem daí. E o que impede e afoga a ação é colocado em motivos outros como a censura, a iniciativa privada, os exibidores o mundo, quando o problema é a relação econômica.

— Simplesmente, o Brasil é um país que não dá valor ao seu cinema e que deixa o sangue dele — o dinheiro — escorrer para

fora. Minha visão hoje é terrivelmente concreta. E minha preocupação cultural é a de me explicar porque na região mais rica do país que é o território de Botucatu, território cinematográfico de Botucatu, que abrange o norte do Paraná e a parte mais rica de São Paulo, uma região onde a renda per capita é de 1.000 dólares, igual a da Itália, o cinema brasileiro não passa

A catedral vai devolver ao país a imagem dele mesmo

— Minha posição é sempre mais integrada que apocalíptica, mais evolutiva que insurrecional, respeito Picasso mas amo Braque. E acredito que o problema é encontrar uma linguagem, uma adequação psico-formal-moral para o povo. Minha preocupação como diretor é conseguir gostar tanto do povo que ele goste dos meus filmes. O que me separa do povo não é bom pra mim e todo cinema grande sempre foi popular. O sonho que alimentamos é de um cinema nacional, continental, como o americano. Nesse sentido os valores mais importantes são aqueles que conseguem passar para o povo. Há experiências de cinemas na América Latina que depois de uma experiência de 10 anos de um cinema vanguarda, na qual havia uma liberdade material muito grande, chegou-se a conclusão de que aquela vanguarda só teria sentido se atingisse o povo. Então, vejo o cinema do Brasil como um todo, sem qualquer preocupação de estabelecer critérios ou distinções. Conta-se que Mário Carneiro, nas célebres reuniões do cinema novo dizia: "É uma catedral, é uma catedral". E, no caso, cada um chega e bota o seu pedaço. A catedral vai devolver ao país a imagem dele mesmo.

— A cada pessoa é dada uma possibilidade de se encontrar dentro de seu país, dentro da sociedade e, inclusive, dentro do cinema. Tem que haver uma maneira de colocar o processo para a frente. Há um relatório da Fundação Getúlio Vargas recente que diz que grande parte da população do Brasil é perseguida, os termos são textuais, por uma fome endêmica. Num país que tem fome não se precisa pensar muito. **Vamos começar dando de comer à alma desse povo.** O cinema mata mais a fome da alma do que a dos que trabalham nele. Uma arte de elite, de uma classe média urbana, tipicamente cidadina. **Mas isso pode mudar.** Durante a guerra a embaixada americana safa pelo Brasil com uma tela e um projetor e passava seus filmes nas praças: **o país é moderno e pode encontrar outras soluções.** Só trinta milhões de habitantes vêem cinema no Brasil e deve-se mudar as relações com novas técnicas.

A cultura brasileira me deve 600 milhões

Gustavo Dahl, depois de viver quatro anos na Europa, estudando cinema em Roma, voltou ao Brasil em 1964. Seus primeiros trabalhos foram as montagens de «Integração Racial», de Sarraceni, e «A Grande Cidade». Depois veio «O Bravo Guerreiro» escrito e dirigido por ele. O último longa foi «Uirá», que, segundo ele próprio afirma, "foi sucesso na faixa de filmes de arte onde houve unanimidade absoluta. Todos gostaram e eu gostei do jeito que as pessoas gostaram, mas dinheiro mesmo foi pouquíssimo. Se não arranjo um esquema para vender o filme para o exterior, ou dinheiro lá fora para a produção, ele não teria pago nem 10% de seu custo".

No entanto, com as mudanças que ocorreram após a criação da Embrafilmes, com a extinção já decretada do INC, ou sua transformação, as perspectivas parecem ser das mais promissoras, visto que Gustavo Dahl tem em mãos três projetos, um já com os primeiros pontos definidos que é um documentário para o DAC sobre a missão artística francesa de 1816.

— Um filme no qual pretendo alternar a cultura moderna da metrópole com a arcaica da colônia misturando as fachadas neoclássicas com as plantas do Jardim Botânico, animais do Jardim Zoológico, etc.

O roteiro de uma comédia "sofisticada" — As Bandidas — está sendo trabalhado. "Se «As Bandidas» é erótico? Até certo ponto. Fala de prostitutas, de amor, de dinheiro".

O terceiro projeto, "filme ambicioso que necessita de muita preparação" — «Tenentes» — é baseado nas revoluções brasileiras de 20 a 30 para o qual Gustavo Dahl já tem os uniformes caquis "e muitas imagens em cinemascópio".

— Produzir filme no Brasil se afigura como uma temeridade. Representa um sacrifício particular muito grande, porque o nosso cinema é uma atividade deficitária. Um dia eu ia entrando em uma conferência sobre cinema brasileiro e me cobraram 20 cruzeiros. Era uma conferência cultural. Lá em casa a cultura brasileira está devendo 600 milhões, do dinheiro que gastei com «O Bravo Guerreiro» e «Uirá».

É ainda Gustavo Dahl falando:

— Glauber há 10 anos atrás era contra a fundação do INC. Não mudou nada: sempre desconfiou do interesse do Estado pelo cinema. O artigo que escreveu é o mesmo de 10 anos atrás. Glauber Rocha tem uma visão do cinema brasileiro muito precisa: um cinema experimental no plano da ficção e didático no plano do documentário. Eu tenho uma posição simétrica com queda para a visão industrialista do cinema, por um cinema narrativo e clássico. Um tipo de cinema que necessita de outras relações de produção. Um tipo de relação com o público diferente da de Glauber.

As velhas categorias de pensamento correspondem a uma visão muito acadêmica da realidade. O poder mudou de mãos e está passando da burguesia para os tecnocratas. A aparição das multinacionais, a função social do exército nos países em desenvolvimento e as comunicações são dados novos. Os militares, os tecnocratas e os homens de televisão são os novos detentores do poder, como dizia Cesar Ladeira em «O Bravo guerreiro». Em síntese, tudo é ilusão exceto o poder. Certas aproximações só se fazem de boa-fé. O governo precisa do cinema brasileiro da mesma forma que o cinema precisa do governo. Sempre precisou e sempre foi realizado com verbas governamentais. Tudo vinha dele: prêmios, financiamentos e incentivos. Em um país em desenvolvimento só o governo tem condições de resistir à competição avassaladora do cinema estrangeiro. O inimigo atualmente é o filme importado.

Não há o que discordar. Gustavo Dahl está seguro de um momento que considera importante, calmamente medindo os passos no caminho dos filmes a serem feitos. "A última idéia é sempre a que mais apaixonou." A última é «Tenentes». Os possíveis encontros do cinema brasileiro com sua nacionalidade. As possíveis soluções. A morte do udigrudi.

— Rogerio Sganzerla e Julinho Bressane são diretores de muito talento, mas o mito da marginalidade levou seus filmes a se separarem do corpo social em que viviam. Nos países desenvolvidos há uma sociedade alternativa muito maior do que a que existiu aqui, que dava para ser toda reunida em uma sessão da cinemateca. O alcance, a virulência dos filmes estava muito limitada, mas como sempre acontece no Brasil, houve muita mistificação. Pra dois bons, existem 20 incompetentes de carona como no Cinema Novo, como na pornochanchada. É incrível vermos que as sementes mais fortes ainda são as primeiras — «O Anjo Nasceu» e «O Bandido da Luz Vermelha». «O Anjo Nasceu» era uma redescoberta do Brasil que só hoje está atingindo mais o público, como por exemplo, na televisão, propagandas "de vendas a preço de banana". Mas o cinema udigrudi terminou mal, encontrando sua forma de manifestação no silêncio.

Nosso papo fechou aí. Gustavo Dahl fez questão de insistir que "o inimigo atualmente é o filme importado". E, parece, os resultados das posições assumidas agora só serão realmente cheçadas à medida que os trabalhos forem sendo realizados. O próximo longa de Gustavo Dahl, depois de Uirá, será «As Bandidas».

Começa uma nova fase para o cinema nacional, na qual os cineastas que constituem mão-de-obra qualificada não discutem e recebem para fazer: do cineasta de «Bravo Guerreiro», e «Uirá» a nós cabe pagar para ver, com a fome endêmica que "persegue" grande parte da população brasileira cravada na alma.



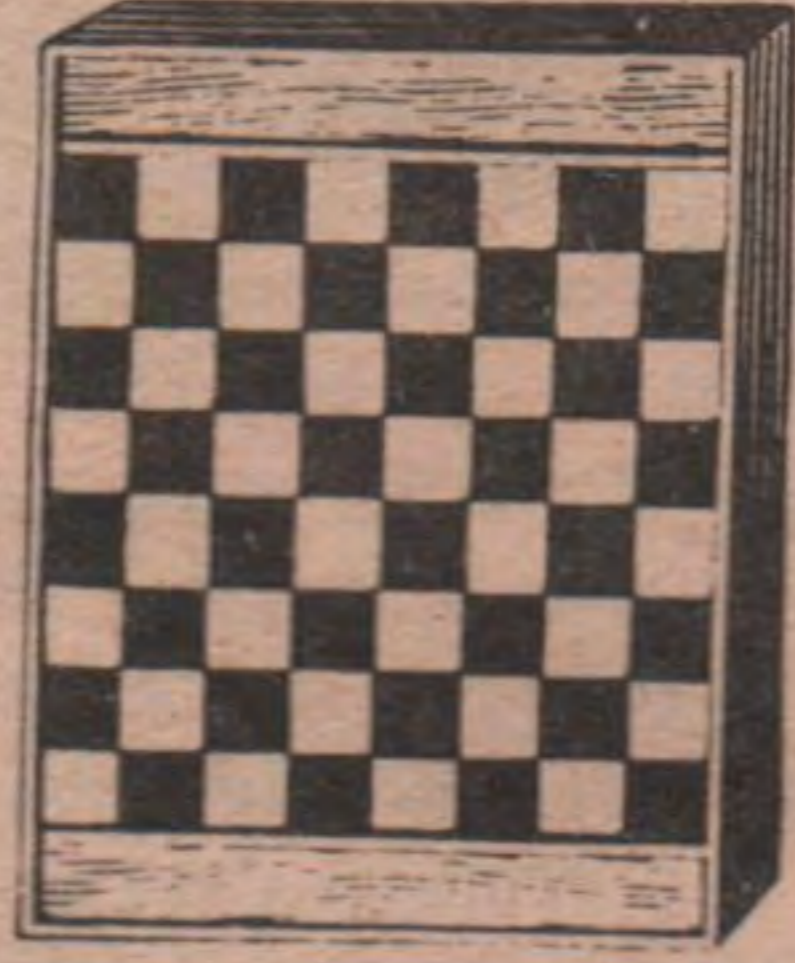
Gustavo Dahl: num país que tem fome não se precisa pensar muito, vamos começar dando de comer à alma do povo brasileiro.

TÂNIA COELHO

Jurema e o senador do Sesc

Jessé Freire era um rapaz de origem humilde. Chegou a ficar rico, por caminhos possivelmente honestos. Chegou a ser deputado federal e Senador pelo Rio Grande do Norte, o que lhe fica muito bem, e a presidente da Confederação Nacional do Comércio, o que não o recomenda muito, pois a reputação daquele órgão, cevado nos dinheiros do SESC, não é boa. Chegou a tudo isso o sr. Jessé Freire, mas, apesar de membro do Congresso, não chegou a ser um homem público, faltando-lhe para isso a vocação e a competência.

Seu comportamento no caso do ex-ministro Abelardo Jurema, este sim, indiscutivelmente, um homem público, está recebendo, neste momento, não só as críticas dos parlamentares da Arena e do MDB, mas até a repugnância e o desprezo, pela insensibilidade e pela pusilanimidade do dirigente patronal do comércio. Funcionário da CNC, na qualidade de procurador, Abelardo Jurema, legalmente licenciado do cargo, decidiu reocupá-lo, no uso de um direito líquido e certo. Jessé Freire apavorou-se, e pediu o placet do Ministério da Justiça, que não tem nada a ver com o caso. Veio o placet. Jessé pediu então, o



exequatur do SNI. Se este vier, pedirá uma bula do cardeal, uma encíclica do Papa ou um rescrito do beato de Tunis.

O ex-ministro, que é um homem probo, e que certamente deverá circular nos arredores do SESC com o lenço no nariz, precisa, entretanto, trabalhar, até porque seu direito ao traba-

lho e seu dever de manter a família não foram suspensos ou cassados. A proibição com que o ameaça, nesse sentido, o sr. Jessé Freire, não é apenas mesquinha e covarde. É também subversiva, acrescentando aos Atos Institucionais um artigo que neles não consta. O caso mereceu uma denúncia do deputado Israel Dias Novais na tribuna da Câmara, onde o repúdio à pequenez do sr. Jessé foi expresso também por algumas das melhores lideranças do partido do governo, ao qual, como sempre, pertence o obscuro senador pelo Rio Grande do Norte.

É bom salientar dois dados curiosos sobre a denúncia feita contra o sr. Jessé no Congresso Nacional: ela foi suscitada pelo deputado Israel Dias Novais que, tendo tido o mandato cassado pelo AI-5, voltou à Câmara, garantido pela Justiça Eleitoral, que não teve os escrúpulos do pequeno senador do SESC. E mais: a denúncia do deputado paulista foi vigorosamente endossada pela própria liderança da Arena, através de seu vice-líder, deputado Lauro Leitão, do Rio Grande do Sul, e de outros representantes do partido majoritário.

E o planejamento, ministro, como vai?

A respeito da inauguração de uma indústria de melão - a Indumel - em Minas, o deputado Florim Coutinho chamou a atenção, em discurso na Câmara, do Ministério da Agricultura para o fato de Minas não ser, propriamente, uma região produtora de cana de açúcar.

"Seria normal, lógico e muito mais natural que a indústria do melão em pó, a nova matéria-prima fornecida pela agro-indústria, fosse implantada em Campos, Estado do Rio, por exemplo", (...) "região de grande produção onde o melão em pó foi criminosamente abandonado e praticamente jogado fora".

"Por que esse pioneirismo em Minas", onde "a cultura da cana e, digamos, apenas de subsistência", (...) quando deveria surgir no Nordeste e no Estado do Rio, regiões que certamente serão prejudicadas?"

"Coisas da política econômica no setor agropecuário, certamente. Atenção, sr. ministro da Agricultura! A pasta de V. Exa. é das mais importantes na vida dos povos e na época atual, em que a produção de alimentos é cada vez mais vital!"

"E o planejamento, como vai?"

As pressões dos trustes dos remédios

Em discurso pronunciado na Câmara, o deputado Fábio Fonseca destacou como ponto alto do I Simpósio Nacional de Medicamentos e Indústria Farmacêutica, "o rejuvenescimento dos sentimentos nacionalistas de nosso povo, expressados no reconhecimento dos homens de criatividade, que acorreram em massa ao nosso chamado, dando 1.187 inscrições".

"É fora de dúvida que também o grupamento alienígena, representante das multinacionais no campo da indústria farmacêutica, não deixou de fazer sua representação, inclusive para tentar subvertê-lo ou desmoralizá-lo, iniciativa que acabou por condená-los irremediavelmente perante a opinião pública e os participantes do encontro, apesar dos esforços e dos investimentos feitos junto a poderosos instrumentos de comunicação de massas, que se tornaram impiedos-

sos com os que pretendiam defender os interesses nacionais no campo dos insumos farmacêuticos, fármacos, alimentos e cosméticos".

Fábio Fonseca reconheceu "a acolhida nos diversos departamentos do Ministério da Indústria e Comércio, a cuja frente há um Ministro que se pode descrever como um homem que se escreve com "H" maiúsculo, o ministro Severo Gomes, que tem recebido de todos os flancos e por todos os meios e vias, as maiores pressões para que o Ministério da Indústria e Comércio voltasse a facilitar os anseios argentários e imediatistas das multinacionais".

Arena não gosta da imprensa

Os membros da Assembléia Legislativa de Sergipe parecem que não gostam de imprensa, ou pelo menos da liberdade de imprensa. No dia 10 de setembro, o deputado Jackson Barreto apresentou moção solicitando voto de louvor à imprensa pela passagem do dia dedicado à classe.

A maioria arenista, comandada pelos deputados Antonio Valadões e Heráclito Rollemberg, depois de reafirmarem não existir censura na imprensa brasileira e de afirmarem que "nossa imprensa nunca gozou de tanta liberdade", conseguiu derrubar a proposição.

Mulher é marginalizada do trabalho

O deputado Peixoto Filho, do MDB-RJ, pronunciou discurso na Câmara de Brasília, denunciando "as limitações impostas pela legislação trabalhista para utilização de mão-de-obra feminina", que "afetam não só o bem-estar da sociedade brasileira, como sua própria estabilidade".

Segundo Peixoto Filho, "diversas são as causas da pequena participação do elemento feminino no mercado de trabalho", classificadas em dois setores: o sociológico e o jurídico. "A Sociologia - explica - no caso, estuda o comportamento dos chefes de família e grupos sociais avessos à que a mulher trabalhe fora de casa, presos, ainda, a preconceitos que vão cedendo lugar a idéias modernas num mundo em constantes modificações e num país em processo de desenvolvimento".

TFP: dirigentes se apropriam de 41 imóveis

Embora somente deva apresentar suas conclusões a 18 de outubro próximo, devido prorrogação de 30 dias em seus trabalhos, a CPI da Assembléia gaúcha que investiga as atividades da TFP no Rio Grande já obteve alguns resultados. O principal foi ter provocado, indiretamente, a abertura de inquérito e o conseqüente afastamento de dois dos funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre, João de Menezes Costa e Jacob Ireneo Weizenmann, respectivamente presidente regional e tesoureiro da TFP no estado.

Uma das irregularidades praticadas pelos dirigentes tefepistas do DMAE, que foi apurada em sindicância e posteriormente confirmada na comissão, se constitui no registro ilegal, em cartório de Caxias do Sul, de 41 imóveis desapropriados pelo departamento na capital, favorecendo o tabelião Ildefonso Homero Barradas, vice-presidente regional da sociedade. Além disso, João de Menezes Costa admitiu ter 6 parentes trabalhando no DMAE, favorecia subalternos militantes que se afastassem do serviço para participar de atividades da TFP e recolheu do nativos entre alguns abnegados companheiros de serviço.

Na verdade, o depoimento do engenheiro João de Menezes Costa aos deputados gaúchos (prote-lado duas vezes em 60 dias por motivos de saúde e finalmente prestado em duas ocasiões, sexta (12/09) e segunda-feira (15/09) últimas) foi o mais surpreendente entre a dezena de dirigentes e militantes ouvidos pela CPI. Embora passasse quase despercebido, o líder tefepista admitiu a impossibilidade de discutir as encíclicas Populorum Progressio e Rerum Novarum e o próprio solidarismo cristão, pouco depois de ter afirmado que o ensinamento ministrado aos simpatizantes era feito através dos documentos papais, justificando "falta de conhecimento aprofundado dos temas". A

exemplo de todos que o antecederam, João de Menezes Costa negou-se a responder questões relacionadas com a religião católica, abstando-se, por exemplo, de explicar ao deputado Elígio Meneghetti porque não são solicitados sacerdotes para ministrarem ensinamentos religiosos aos jovens militantes.

Em seu depoimento, o líder tefepista admitiu a prática de judô e caratê entre os militantes, como "meio de defesa a possíveis ataques", reconheceu que somente na atual gestão passou a ser exigido pedido por escrito aos órgãos de segurança para realização das campanhas pelas ruas e justificou pela facilidade burocrática o fato de manter em seu próprio nome e do tesoureiro Jacob Weizenmann a conta bancária aberta pela sociedade na agência Moinhos de Vento do Banco Sulbrasileiro. Ainda financeiramente, João de Menezes

Costa apontou algumas firmas gaúchas que contribuem regularmente com a TFP (Guaíba Arroz, Sogenalda, Metalúrgica Steiger, Viação Ouro e Prata, Imobiliária Himalaia e Continental Rodovias), lembrando que a Archel Engenharia e Construções deixou de fazê-lo desde que foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Além das informações necessárias à CPI, o líder tefepista preferiu discutir senão estranhas afirmações, tais como: "devido à decadência moral e econômica atuais dos Estados Unidos, aquele país está se encaminhando para o comunismo" e ainda que "a reforma protestante foi um dos embriões do comunismo". De tudo, uma conclusão: a falência de uma entidade que em seus 15 anos de atividade no Rio Grande do Sul conseguiu reunir apenas 24 militantes, uma média de um para cada 300 mil gaúchos.

VERINHA E O PLANEJAMENTO DA VIDA URBANA

EM SE TRATANDO DE PLANEJAMENTOS URBANOS OS SÃO OS DA ESPECULAÇÃO E DA INFLAÇÃO IMOBILIÁRIA !!!

CONHEÇO

DE OUTRAS DEMOCRATIZAÇÕES NECESSÁRIAS ???

PROPOE-SE A DEMOCRATIZAÇÃO DAS CIDADES, DAS RUAS DAS

QUE TAI SE COGITÁSSEMOS

Wagner

"No setor jurídico, entretanto, a transformação é bem mais lenta, de tal sorte que velhas leis, que poderiam ter refletido a realidade sócio-econômica do tempo em que foram editadas, mas que não se coadunam mais com a realidade presente, passa a representar um estorvo para a mulher". Peixoto Filho, defende a tese de que o assunto deve ser debatido no parlamento, "a fim de que possam ser encontradas soluções que se ajustem às recomendações da Organização Internacional do Trabalho".

Acervo de Café Filho será exposto

A viúva Café Filho doou ao ex-deputado Erivan França, nosso companheiro aqui de Crítica, o arquivo do ex-presidente, contendo cartas, documentos e fotos dos momentos mais importantes de sua vida pública.

Erivan, que foi um dos assessores de Café Filho desde o tempo de deputado federal e que sempre se considerou, como político, um discípulo do ex-presidente, já entrou em entendimentos com o Sr. Enélio Petrowsky, presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, com vistas a inaugurar breve, naquela casa de cultura, uma sala contendo parte do acervo deixado pelo ex-presidente.

Incentivo às cooperativas de açúcar

A baixa produtividade das lavouras é a raiz do problema agrícola em geral. Por isso mesmo o deputado Neslson Maculan, MDB-PR, mostra-se preocupado com a situação da lavoura canavieira. Rebatendo a afirmação de que os agricultores não se interessam em modernizar suas técnicas, de que o governo procura dar assistência ao setor e de que os estabelecimentos de crédito estão de portas abertas para os interessados, lança

mão de estatísticas que revelam a distorção do quadro.

Com base nesses dados, afirma que 92% dos produtores de cana são responsáveis por 48,7% dos fornecimentos às usinas existentes, enquanto apenas 8,3% desses fornecedores, na faixa de cotas de mais de 3.000 t de cana respondem por 51,3% das entregas às usinas. Afirma, então, que 92% dos pequenos e médios produtores não estão tendo assistência técnica e creditícia de forma adequada. "Até julho, segundo as estatísticas disponíveis, a lavoura e a indústria canavieiras receberam 10 bilhões e 339 milhões de cruzeiros, a partir de 71. Desse total, apenas 1 bilhão e 191 milhões se destinaram à lavoura canavieira, ou seja, pouco mais de 10%. Se admitirmos, apenas para argumentar, que a distribuição foi proporcional ao número de fornecedores, teremos a triste conclusão de que cerca de 50% desse dinheiro foram entregues a 8% dos produtores, na faixa de 3.000 t de cota, portanto produtores acima de médios." Desenvolvendo o raciocínio, mostra a pulverização dos recursos aplicados, mostrando que nestes 5 anos pouco mais de 250 milhões de cruzeiros anuais foram destinados, metade para 8% dos produtores de cana e metade para os 92% restantes.

No seu entendimento, proclama, o que se deve incentivar é a criação de pequenas, médias e grandes cooperativas de produtores de cana e fortalecer as existentes, proporcionando aos plantadores meios eficientes para que possam melhorar a produtividade e consequentemente as suas rendas, concedendo-se a essas cooperativas prioridade para instalação de novas usinas.

Pequena empresa sob ameaça

O tratamento desigual que vem sendo proporcionado às pequenas empresas, especialmente no Rio Grande do Sul, foi abordado pelo deputado João Alberto, MDB-RS, na Câmara, revelando o estabeleci-

13º SALÁRIO PARA SERVIDORES

O deputado Gamaliel Galvão, do MDB do Paraná, apresentou projeto à Câmara Federal, dispondo sobre o pagamento do 13º salário aos servidores civis e militares em geral, inclusive os aposentados e pensionistas dos três poderes.

Em sua justificativa, o líder opositorista do Paraná alertou seus pares para a situação do funcionalismo público que não tem direito ao benefício consagrado na Lei de 8 de novembro de 1963. Gamaliel Galvão solicitou à Câmara o fim da discriminação, através de projeto-de-lei meramente "autorizativo", que não conflita, viola ou se atrita com a competência da Presidência da República para iniciativa de leis.

Ainda na Câmara Federal, o deputado Ruy Codo apresentou proposta de emenda à Constituição, alterando a redação do artigo 177, visando uma maior proteção à infância desamparada, avaliada em mais de 2 milhões de futuros cidadãos, vivendo praticamente da criminalidade. O problema do menor abandonado, segundo o parlamentar, somente aflora ao nível federal no instante em que, sua existência provoca o clamor público. Segundo o pro-



projeto de emenda, que recebeu 127 assinaturas, a União deverá prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, garantindo toda assistência ao ensino pré-escolar.

O projeto é dos mais oportunos, pois fixará, na Constituição a competência para aplicar cinquenta por cento do Fundo de Participação dos Municípios, para a construção e manutenção de creches e jardins-de-infância.

mento de exigências que implicam em sua extinção e, desse modo, num ponto de estrangulamento econômico comunitário, proporcionando desequilíbrios que afetam sensivelmente à vida dos pequenos centros. Em particular, o representante emedebista focalizou os problemas que afetam a pequena indústria colonial de bebidas, afirmando que essas empresas atualmente não podem funcionar se seus proprietários não fizerem investimentos superiores às suas possibilidades, a fim de adequá-las às exigências do governo federal.

Citou os engenhos de madeira da região colonial gaúcha, as pequenas serrarias, que servem a número restrito de famílias das regiões produtoras, cujas exigências estão ligadas ao reflorestamento. Embora ressaltando que, de modo geral, o problema do reflorestamento mereça seu total apoio, o parlamentar acentuou que as exigências com referência às pequenas empresas estão acima das suas possibilidades de atendimento. "Quase todos os engenhos da serra - disse - aqueles engenhos coloniais de prestação de serviços para um número reduzido de

famílias, terão de fechar se o governo não encontrar uma fórmula de conciliar as necessidades de reflorestamento com as possibilidades de sobrevivência dessa pequena indústria colonial, que não causa o desmatamento que provocam as grandes empresas, estas sim, muitas vezes, escapando à fiscalização governamental".

O parlamentar chama a atenção para o desnível com que são tratadas no país, notadamente na sua região, as pequenas empresas, dentro das suas condições peculiares, frente às médias e grandes empresas.

Prefeitura de Lages debate urbanismo

O prefeito de Lages, Juarez Furtado, está organizando o 4º Seminário Nacional de Limpeza Urbana, de 5 a 8 de novembro, naquele município de Santa Catarina, com o apoio da Organização Panamericana de Saúde.

O ministro Rangel Reis, do Interior, foi convidado, juntamente com o secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto para o conclave que debaterá, entre outros temas, o problema dos resíduos sólidos, posturas municipais em vigor, bem como o sistema de recursos financeiros para a limpeza pública.

O perdão 20 anos depois

O Tribunal de Contas da União acaba de divulgar decisão perdendo aqueles que roubaram ou enriqueceram ilícitamente na antiga Cofap, hoje Sunab. De onde se pode concluir que, por jurisprudência firmada, quem zer o mesmo, hoje, daqui a 20 anos também estará perdoado.

DISCOS QUE ESTÃO PINTANDO

● VIAGEM ENCANTADA (POLYDOR) - Jorginho do Império, filho de Mano Décio. Precisa outra recomendação? Se precisar, o homem chega com o aval de Sérgio Cabral. Lançamento de samba é sempre bom. Sem qualquer vinculação com modismos, raízes etcetera. São 13 faixas bem selecionadas, bem produzidas, com boa mixagem e tudo, mas atenção que ninguém se deixe levar por comentários do tipo "cara imita o Martinho da Vila".

Não imita nada. Influência ele tem, pois tocou com o bom sambista muito tempo. Se são parecidos é porque ambos se dedicam ao saudável e necessário hábito de cantar e gravar música brasileira. Samba puro. Quer dizer: o cara não imita ninguém. O disco é recomendável. Por falar em tudo isso: muito estranho (ainda que adequado) o esforço promocional que a Phonogram (Polydor) está desenvolvendo em torno do trabalho de Jorginho do Império. Até agora o "sambista do André Midani" é o Jair Rodrigues. Novos rumos?

● I LOVE YOU, BICHO (RCA) - Juca Chaves estreia nova gravadora. Antes do LP vem o compacto simples. A faixa que deverá ser "trabalhada" pela gravadora é uma bem bolada e inteligente sátira aos discos de atores (Cucó, Tarcísio, Gracindo). Inteligente ao nível da classe média, faz um humor "paulistez". Chico Anísio é infinitamente melhor.

● DOIS NA FOSSA (RCA) - Na onda de relacionamentos, este disco com Tito Madi e Maísa. Na onda da nostalgia, a coisa vale. É um disco bem feito, que não tenta "descobrir novas fórmulas". Apenas música bem executada. Boas interpretações. A gravadora tem em seu arquivo algumas preciosidades, e está marcando a maior "bobeira", pois tem todos os primeiros discos de Caetano, Gil, Bethania, Vandré e muitos outros. Uma jogada inteligente seria relançá-los no selo popular. Ia vender muito, mas parece que os homens da RCA não sabem o que têm.

● YOUNG AMERICA (RCA) - Dawid Bowie no disco que cumpriu lá em cima do equador um inédito (para o show-biz americano) mas muito conhecido por aqui ritual. O disco foi considerado "ofensivo à moral" e o caso foi para o judiciário. Resultado: pode ser comprado em qualquer "juke-box" ou ouvido em qualquer emissora de rádio. Fora esse dado, digamos "curioso", o disco é bom. Mas atenção: só quem curte o tipo de trabalho feito por Bowie, o guru da androginia no show-biz (juntamente com «The Dolls», as bonecas, natural e literalmente).

● ENCONTROS DA MPB (Philips) - Album triplo. Quer dizer: pelo menos 150 pratos pra quem quiser curtir em casa o "bolo de noiva" confeccionado pelos "mentiros" do André Midani. Vejamos: a idéia é boa. Reunir num álbum

antigas gravações que marcaram "encontros" na mpb (Caetano e

Chico, Elis e Tim Maia, Fagner e Chico, Bethania e Gal e por aí). A



Ellis Regina

Philips tem todos esses registros fonomecânicos. Como vem chegando a época de Natal (para os experts em marketing, já é tempo), a gravadora deve ter pensado: vamos faturar. Tá certo. O álbum deverá vender muito. Negócio de brinde de Natal, presente de executivo para as amantes e quejandos.

Mas e os discos? Ótimos. Vale a pena ter em casa. Mas quem pode desembolar 150 pratos de uma vez? O mais inteligente seria o lançamento de três LPs separados. Ai o cara compra um hoje, outro mês que vem, e o terceiro com o décimo terceiro salário... Bem, mas o álbum é triplo mesmo, quem quiser que faça seu crediáriozinho para ter em casa Fagner cantando juntamente com Chico Buarque. Quer dizer: na hora de sabotar o trabalho do Fagner, tá tudo bem, mas na hora de faturar, pegam uma faixa gravada pelo cara (aliás, duas: o cearense está presente no álbum cantando juntamente com Nara Leão, a linda «Penas do Tiê») e lançam no mercado. Coisa mais feia, gente!

E a capa? Bolo de noiva. No coments. É o folheto "que não pode ser vendido separadamente" (para que alguém vai querer comprar?) vem com péssimo texto, evidentemente assinado por Armando Pittigliani. Não falta nem mesmo uma frase do Vinicius ("a vida é a arte do encontro apesar de blá, blá, blá, blá, blá..."). Bolo de noiva. Presente de Natal. E isso aí.

DUAS FORMAS DE ESCRAVIDÃO

Aumenta assustadoramente o número de pequenos agricultores e assalariados rurais que à miséria enxota de suas lavouras em busca do sonho dourado da grande metrópole, com sua falsa imagem de emprego fácil e salários altos. O sonho acaba nos portais da cidade: a crise de emprego é um pesadelo, e os salários são aviltantes. As massas que partem para a metrópole saem da escravidão rural para cair na escravidão urbana, e contribuem involuntariamente para aumentar a degradação econômica do trabalhador da cidade, com quem passam a competir, vendendo a preços ínfimos a sua força de trabalho.

A falta de produtividade do campo podera acelerar, a médio prazo, o processo da crise de alimentos. A fome crônica do povo gaúcho transformar-se-á em epidemia, crise, aguda, contra a qual nem mesmo a classe média poderá considerar-se imune. Em outras épocas, em outros países, a crise de alimentação só podia ser enfrentada por aqueles que podiam pagar o preço equivalente a uma garrafa de champanha por um simples pé de alface.

Em um sistema de economia de mercado não se pode esperar que a grande propriedade fundiária ou a mecanização da lavoura venha a resolver satisfatoriamente o problema. Primeiro, porque o latifúndio favorece a monocultura. Em Cuba, antes da revolução, a monocultura da cana-de-açúcar engendrou problemas assim: o latifúndio reservava suas terras para a monocultura da exportação, e 80% dos gêneros alimentícios eram importados. Evidentemente, só os mais afortunados podiam abastecer-se do necessário. O trabalhador devia complementar sua ração diária — uma das mais pobres do mundo — com subprodutos da cana.

O Rio Grande do Sul, que foi, em outras épocas, considerado "o celeiro do Brasil", marcha a passos rápidos para o epicentro da fome. Recente pesquisa realizada pela Federação dos Trabalhadores Agrícolas denuncia que o êxodo rural toma proporções alarmantes. Atualmente, cerca de 40 mil colonos — assalariados e pequenos proprietários — abandonam suas lavouras. Ainda de acordo com a pesquisa, mais de 1.200 assalariados são anualmente enxotados do meio rural, só no município de Alegrete, devido ao desemprego provocado pela mecanização. Na **campanha** — região onde a forma de propriedade predominante é o latifúndio — os salários são inexistentes. Há subordinação total do trabalhador ao proprietário da terra e as condições humanas são degradantes. A moeda corrente é o "vale" fornecido pelo patrão — e gasto pelo empregado nos **bolichos** do latifúndio — e as leis sociais não são aplicadas.

E a reforma agrária?

A bandeira da reforma agrária continua tendo o aspecto de bandeira branca, agitada apenas em épocas de convulsão social, para apaziguamento de ânimos: a esperança que ela suscita determina um instante de tregua entre os que precisam e os que possuem. Não há nenhum indício, contudo, de que um plano honesto esteja sendo aplicado. Mesmo a marcha para o Amazonas — um petardo tardio da "conquista do oeste" pelos pioneiros norte-americanos — está marcada pelo domínio dos grandes proprietários rurais, notadamente os de associados a grupos multinacionais como a "divisão rural" do grupo Rockefeller.

Nem para os pequenos proprietários há esperança: 98,88% dos pequenos proprietários gaúchos, dos 227 municípios que responderam



WAGNER

aos questionários da Fetag, reivindicam assistência médico-hospitalar, de que o campo é gritantemente carente; 56,36% necessitam de assistência técnica agrícola — luxo usufruído apenas pelo latifúndio; 48,88% não encontram assistência desenvolvimentista que lhes permita enfrentar competitivamente os complexos agro-industriais explorados por estrangeiros; em percentagens menores mas igualmente significativas, reclamam contra a falta de eletrificação rural, seguro agrícola, escolas rurais e assistência jurídica.

Miséria urbana

Esse clima de pesadelo social é auxiliado, em proporções relativamente pequenas, pelas catástrofes naturais. Via de regra, as previsões de safras não são atingidas devido a inundações, pragas, uso indevido de correti-

vos e adubos, doenças que atacam as plantas. O recente caso de Santo Antonio da Patrulha serve para ilustrar parcialmente o caso. Parcialmente, porque os pequenos produtores de Santo Antonio não se dedicavam ao plantio de gêneros alimentícios, e sim a uma lavoura especializada: o sorgo, cuja palha é aproveitada para a fabricação das famosas "vassouras de Santo Antonio". Constatada a presença do fungo "sclerospora sorghi", os técnicos do Ministério da Agricultura determinaram a interdição das lavouras por cinco anos. Assim, 1.900 plantadores e seus 7.500 dependentes irão engrossar, no mês vindouro, o fluxo da corrente migratória que vai buscar seus meios de subsistência nas cidades industrializadas.

Fugindo da miséria rural, o que irão encontrar esses trabalhadores ao chegar aos centros urbanos? A ilusão da fartura transforma-se em realidade cruel: na cidade, a massa migra-

tória passa a constituir-se no exército industrial de reserva, a mão-de-obra disposta a aceitar os mais aviltantes preços, aumentando a miséria e a rotatividade do trabalhador urbano.

O professor Mendes Ribeiro exemplifica: "Alguém ganha 600 cruzeiros. Com a decretação de um aumento salarial por dissídio de 40%, esse alguém passará a ganhar 840 cruzeiros, que, em realidade, são calculados assim: enquanto ganhava 600, custava para a empresa 1.020 cruzeiros (custa sempre mais 70% pelos encargos sociais, férias, 13%). O percentual de 40% eleva o custo para 1.428 cruzeiros e a diferença passa a ser, não de 600 para 840, e sim de 1.020 para 1.428. Tendo a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS (quem deseja o emprego opta ou não terá emprego), é mais fácil à empresa pagar a multa dos 10% pela despedida sem justa causa e admitir um novo funcionário, que vai ganhar os mesmos 600 cruzeiros a manter o custo invariável, apesar do dissídio".

O êxodo do trabalhador rural contribui para deteriorar as condições de vida e o salário real na cidade. O trabalhador urbano teve seu poder de compra a reduzido em 26% no período de 64/65 a 74/75, a despeito de ter aumentado sua produtividade em 56%. Evidentemente, houve maior participação na renda por parte dos detentores dos meios de produção. De 1960 a 1970, 10% da população considerada rica aumentou sua participação de 39% para 48%, sendo proporcionalmente maior o aumento de participação para os considerados "mais ricos".

Trabalho escravo

O jornalista Caco Barcellos denunciou, recentemente, o regime de trabalho escravo a que estavam submetidos os trabalhadores de Itaipu: "Mais de mil peões estão trabalhando em Itaipu. Eles são espancados, se alimentam mal, estão com disenteria. E todos dizem que foram enganados". Essa situação deixa de constituir-se em caso isolado, perde o seu caráter de excepcionalidade, quando chovem denúncias sobre trabalho escravo em todo o país, não fugindo à regra o próprio Rio Grande do Sul.

Os donos dos meios de produção transformam-se em verdadeiros senhores de baração e cutelo, aproveitando a abundância da mão-de-obra e o sistema anárquico de relações.

Arlindo Simonetti, diretor do Núcleo de Colocação e Reemprego da Secretaria do Trabalho e Ação Social, revela que mais de 2 mil pessoas procuram mensalmente seu departamento, à procura de emprego. Dessas, a maior parte não possui qualificação: das 2.552 pessoas que procuraram a STAS em março deste ano, 2.184 procuravam emprego não-qualificado no setor de construções. A maioria vinha do interior — eles que eram da corrente migratória do campo.

Mesmo sem levar em conta a trágica influência desses fluxos migratórios, o quadro apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos de Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul é desanimador: em 1980, para cada dois jovens que terminarem o segundo grau, vai haver apenas uma oportunidade de colocação. Para os que tiverem terminado o curso agrícola ou industrial, a situação vai ser pior: haverá uma única vaga para cada grupo de dez.

A empresa de táxis Coro Gonçalves obriga seus motoristas a trabalharem em regime de horas extras não-remuneradas, sob a alegação de que elas estão "incluídas no salário". Táticas semelhantes são empregadas inclusive por grandes empresas jornalísticas, tidas como liberais, como a RBS (Zero Hora), que além de sonegar aos seus trabalhadores o adicional noturno e o sobretempo (diferença de 8 minutos entre a hora diurna e a hora noturna), cria o artifício de dois contratos para o empregado trabalhar o dobro na mesma empresa, sem receber horas extras. (No caso do Hoje — recentemente fechado — os empregados trabalhavam dois turnos: um para o Hoje, outro para a Zero Hora, mas não recebiam horas extras, e sim um "outro salário", mais aviltante que o primeiro. A fraude é evidente, pois quem exerce a mesma função dentro da mesma empresa, não tem dois empregos; está, isto sim, trabalhando em regime de horas extraordinárias, devendo, portanto, receber 25% a

Eis os dados da oferta e demanda da mão-de-obra 1970/1980, segundo o DRH.

OFERTA E DEMANDA DA MÃO-DE-OBRA			
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PRODUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL	SITUAÇÃO EM 1970	DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO em 1980
Analfabetos	-	364.859	608.143
Primário Incompleto	-	740.325	1.219.363
1º Grau	2.033.681	901.216	1.447.335
2º Grau, Colegial e Normal	229.677	62.141	101.646
Comercial	112.856	26.748	47.530
Industrial	12.243	726	927
Agrícola	9.839	592	909

mais). Outra fraude empregada pela RBS: criar "cargos de chefia" para funcionários mais competentes e obrigá-los a trabalhar o dobro do tempo sem receber horas extras, sob a alegação de que "quem exerce cargo de confiança não pode receber horas extras".

Se isto acontece no mercado de trabalho da mão-de-obra especializada, o que não acontecerá entre os operários não qualificados?

Salário e mortalidade

Outro dado alarmante do problema é que hoje é impossível estabelecer nítidas divisões entre endemias rurais e doenças próprias de cidade grande. A marginalização crescente do operariado, a proliferação de "vilas" ditas populares - que repugnaria ao próprio lumpenproletariado de há 20 anos atrás - sem as mínimas condições de higiene, o desenvolvimento com poluição, o fluxo migratório campo-cidade (sendo que o inverso também ocorre, pois em épocas de grande desemprego - coincidentemente, as mesmas de dissídio coletivo - não são poucos os operários que buscam o campo para trabalhos de safra), tudo isto tem contribuído para tornar confuso o quadro da saúde pública.

Na vila Parque Índio Jary, em Viamão, a totalidade das crianças apresenta casos de verminose, provocados pela água contaminada. O inquérito de Avaliação de Incidência do Bócio no Rio Grande do Sul indicou a manifestação da doença em 25% dos examinados. Trata-se de uma doença que se manifesta na população de renda mais baixa (aliás, pode-se afirmar genericamente que a incidência de doenças é manifestação de pobreza). O bócio colóide simples é raro nas regiões desenvolvidas, mas muito comum nas pobres, devido à carência de iodo e à má alimentação.

A presença do "triatoma infestus" (barbeiro) foi constatada em mais de 120 municípios do Rio Grande do Sul e mesmo nas vilas e malocas da grande Porto Alegre. Para os técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e erradicação do mal de Chagas é utópica, se não há melhorias nas condições econômicas e sanitárias da população de baixa renda. O que significa que o mal só pode ser atacado pela raiz, e a raiz é a miséria, é o sistema de alta exploração a que a classe trabalhadora está submetida.

Para o secretário da Saúde, Jair Soares, o problema da fome não existe no Rio Grande do Sul. Segundo ele, os desempregados e marginalizados conseguem se manter razoavelmente alimentados *arranjando* (mendigando?) comida em muitos lugares. Mas um levantamento feito pela sua própria secretaria revela que 570 crianças com menos de um ano morreram no Rio Grande do Sul, em 1973, vítimas da desnutrição. É alto o índice de crianças que morrem antes de completar um ano, porque o leite fornecido pelas nutrizes é de má qualidade.

O economista Walter Barelli, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, afirma que nem as cidades brasileiras altamente industrializadas, como São Paulo, fogem do quadro geral de miséria: ali, de 1960 para 1970, a mortalidade infantil passou de 6,3% para 8,9%. "Isto não é um fato gratuito", diz ele, "mas está ligado às condições de vida, que pioraram na região mais rica do país: neste mesmo período, o salário real do trabalhador paulista se reduziu em 50%".

Soluções e falsas soluções

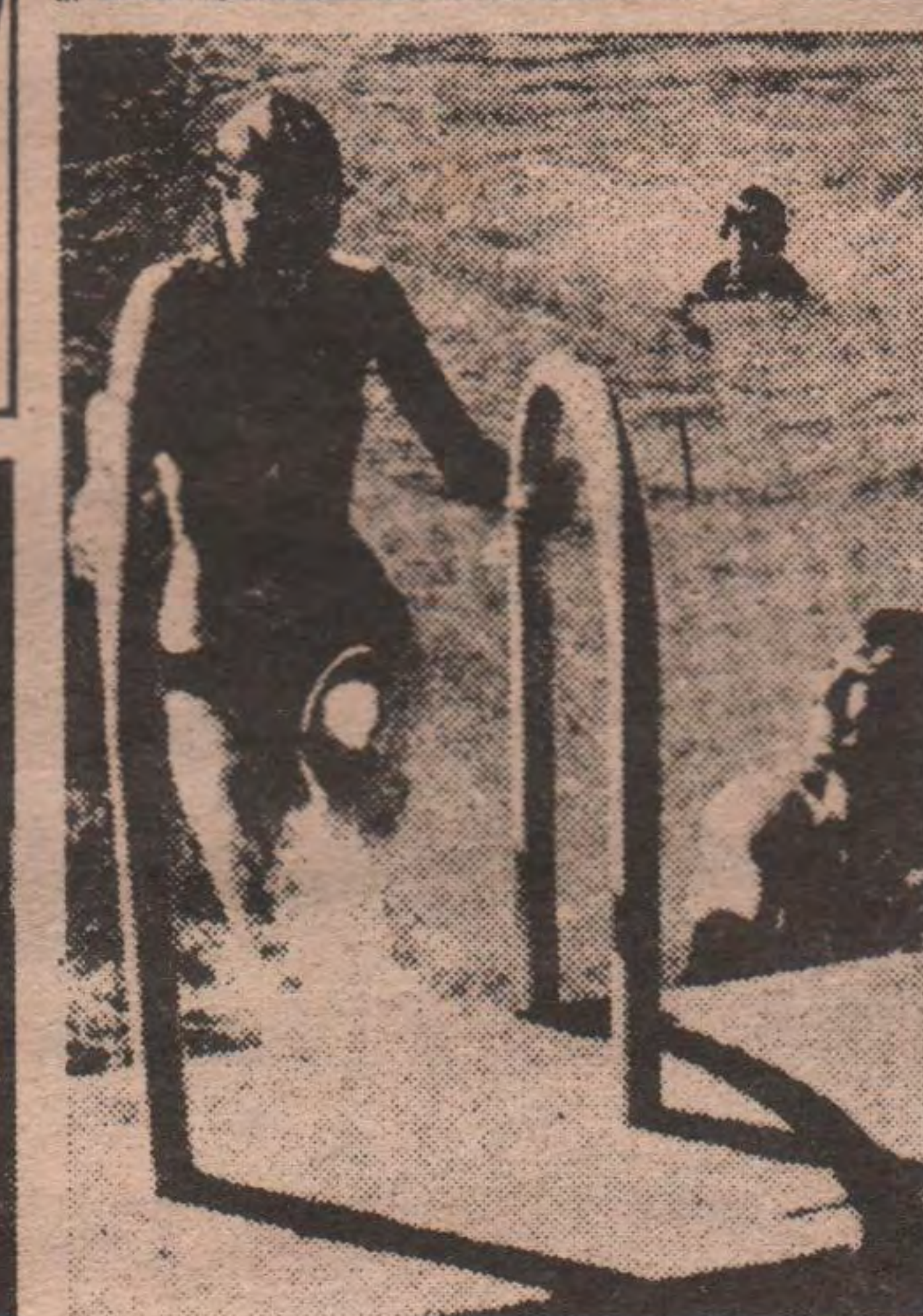
Norman Borlaug, um dos teóricos da chamada "revolução verde", julga que o problema é apenas tecnológico, que pode ser resolvido com a adoção de novos tipos de plantas de alto rendimento. As teses defendidas por Borlaug, entretanto, parecem convir mais aos países industrializados do que àqueles em cujas fronteiras a fome é uma realidade constante. "A chamada revolução verde", diz Adedeke Boerma, holandês e ex-diretor da FAO, "enriqueceu os países ricos e empobreceu os países pobres. A alienação da agricultura dos países pobres ocorre paralelamente com a alienação da própria FAO, que se distancia em uma prioridade inscrita em seu estatuto: a melhoria das condições de vida dos trabalhadores".

Será isso um ataque gratuito à pretensa revolução de Borlaug? Ou terá Norman esquecido de acrescentar que, no atual estado tecnológico, a produção de alimentos seria satisfatória se não estivesse circunscrita a um sistema capitalista de mercado? Os novos tipos de plantas de alto rendimento requerem investimentos maciços em pesticidas e adubos industriais, que são importados a peso de ouro dos países industrializados.

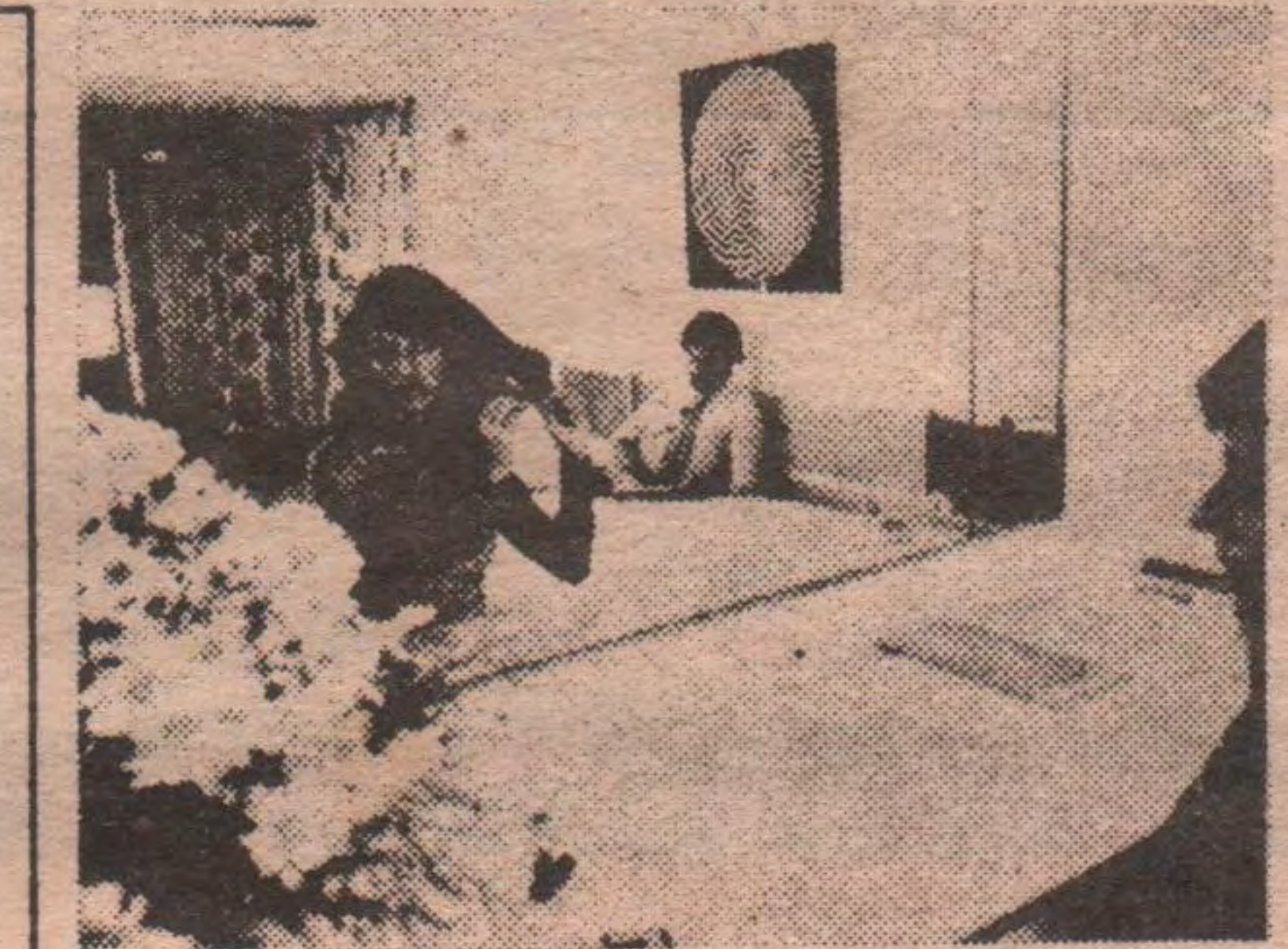
Enquanto isso, agrônomos gaúchos, idealistas e utópicos, realizam experiências e aperfeiçoam o método André Voisin de adubação natural. O sucesso dessa experiência, essa sim, poderia constituir-se na verdadeira revolução verde - uma revolução sem os riscos de contaminação e poluição que os adubos químicos e pesticidas oferecem. Mas como isto não interessa aos trustes dos fertilizantes químicos nem à mentalidade de mercado, trata-se de uma outra história. Enquanto isto, não resta aos trabalhadores do campo e da cidade senão optarem entre uma ou outra forma de escravidão.

JORGE FISCHER

Depois da tanga, Ipanema anuncia a sua próxima atração.



Máxima Comunicação



O Everest Rio Hotel é a nova moda que Ipanema lançou para você usar de inverno a verão. Cada um de seus 176 apartamentos tem ar condicionado, mini-bar, telefone, televisor e música ambiente.

A piscina e o "Garden Bar" estão na cobertura, para você apreciar uma das mais belas vistas de que se tem notícia: a praia de Ipanema de corpo inteiro, o Leblon, a Lagoa e o Corcovado.

O restaurante "La Casserole" e o coffee shop "La Crema" são duas outras atrações tentadoras. O Everest tem ainda serviço de sauna, fisioterapia, ducha e massagem, dois salões sob medida para festas e reuniões e tudo o que você pode esperar de um hotel de nível internacional. Na sua próxima vinda ao Rio venha conhecer o Everest. Um hotel à altura das boas coisas de Ipanema



everest rio hotel

O hotel com o charme de Ipanema.

Rua Prudente de Moraes, 1117 - Tel.: 287-8282 - Ipanema - Rio de Janeiro

JÁ INAUGURADO
A mais nova opção em Hotel



IMPORTA COMPRA VENDE TROCA FINANCIA

AGÊNCIA NOVA ATLÂNTICA AUTOMÓVEIS LTDA

Av. Atlântica, 1588-Loja
Copacabana Rio

Telefones 255-2729
257-4972

BRAGA'S cabeleireiro para homens



O Braga's foi pioneiro no Brasil e continua na liderança, com o mais completo salão de estética masculina. Uma equipe de profissionais composta de cabeleireiros, esteticistas e calistas, está à disposição do homem moderno no centro do Rio de Janeiro. Do tratamento dos cabelos à limpeza de pele, o Braga's cria um novo homem.

BRAGA'S O PONTO DE ENCONTRO DA ELEGÂNCIA MASCULINA

Avenida Rio Branco, 156 - S/loja 240 e 246 - Ed. Av. Central.
Telefone: 231-0490 - Rio de Janeiro/RJ

QUEM SABE DE MIM SOU EU



Gilberto Gil: é muito fácil sentar na máquina e escrever fulano é meditativo

No mundo dito mais vilhoso dos rótulos, ele já foi tudo: compositor de "protesto", "tropicalista", "agressor", "subversivo", "guru" e mais recentemente "meditativo", mas antes de tudo, ele só dizia para a velha Claudina - "uma baiana cem por cento" - que queria ser musgueiro. A coisa, "ser musgueiro", não foi tão fácil: em 1964 apresentava-se com Caetano, Gal, Tom Zé e Maria Bethânia no show "Nós, por exemplo", que inaugurou o Teatro Vila Velha em Salvador. Um ano depois, como funcionário da Gessy-Lever, estava morando em São Paulo. Com um diploma de administrador de empresas ele continuava fazendo suas músicas. Já integrado no chamado eixo Rio-São Paulo, não deixava de comparecer ao show "Opinião", tido por muitos como um divisor de águas no processo do show-biz nacional. De música em música, foi criando um nome.

Uma noite, no auditório da extinta TV-Excelsior no Rio, o jornalista Sérgio Cabral, sentado ao lado deste repórter, perguntou: "Já apareceu aí um mulato baiano com cara de lua?" Foi a primeira vez que ouvi falar em Gilberto Gil, o homem que está sentado à minha frente no pouco espaço do camarim do Teatro Teresa Raquel.

Magro, camisa de meia, sandálias, ele foi mais pontual que o repórter. Na véspera, assisti seu novo show, "Refazenda", e combinamos um papo para o dia seguinte "às oito horas, meu nego". Que ele já tinha chegado, foi fácil perceber: no longo corredor que conduz ao camarim, ouvia-se a música de Luiz Gonzaga. "Paulo Afonso", improvisada: Gil no violão e Dominginhos no acordeon.

É claro que o repórter não interrompeu a música: antes, ligou o gravador e registrou a audição exclusiva de dois dos maiores nomes do ritmo nacional. Quando a música acaba, Gil leva a lata de cerveja à boca, abre um sorriso e diz, como quem se desculpa: "Nós estávamos aqui brincando um pouco de música". Brincando de música, poderia ser uma boa definição para o atual trabalho de Gilberto Gil, mas quem precisa de definições?

C - Gilberto Gil, "Refazenda" é o nome de seu novo trabalho. Como é que é isso?

GG - Olha nego, todo mundo me pede para definir "Refazenda". Ainda bem que você não pediu, porque a gente acaba caindo num jogo de palavras, num exercício formal de aliteração, que no fundo é uma coisa muito elitista. É a mesma coisa que as pessoas fazem com Caetano: o que é jóia? É qualquer coisa? Então, a

"Estamos aí pra cantar e tocar pra quem quiser ouvir. Nosso som busca representar a totalidade de tudo que a gente sente e entende como música. Eu, o compositor, cantor, músico ou musgueiro, seja lá o que for; e os meninos, três músicos de grande sensibilidade. Amigos e companheiros. Na excursão passada conquistei seu amor. Meninada, menina, goiaba, goiabada cascão. Um beijo, de Gilberto Gil".

gente pode até brincar dizendo que jóia é uma refazenda qualquer coisa. Mas isso não significa absolutamente nada... Porque na verdade isso tudo é um universo de conceitos poéticos, é um universo que diz muito do e para o criador. Isso no sentido semântico, porque o resultado expresso na música, no disco que estou fazendo e que está saindo esta semana, é bastante claro e eu acho que dispensa definições. Esse negócio tem para o criador, uma significação, no-nosso cotidiano, mas nós temos sempre o cuidado de fazer uma decodificação em termos poéticos, para abrir nosso universo de influência. Influência musical-poética, é o que eu quero dizer. E aí é que termina essa parte do processo de criação: eu sou responsável pelo que crio e também por sua decodificação poética. E não me responsabilizo por nada mais do que isto.

C - Gil, você resolveu botar o pé na estrada. Desfez sua casa carioca, foi morar na Bahia e agora está "on the road" com sua música. Essa mudança de espaço urbano tem algum outro significado que não apenas o da velha e sempre presente saudade da Bahia?

GG - Olha nego, eu acho que tudo na vida tem seus significantes implícitos. Essa minha decisão de sair do Rio e ir pra Bahia, e de lá pra estrada, talvez tenha tido um primeiro dose muito emocional. Esse negócio de saudade da Bahia que o meu querido Dorival Caimmi canta é mesmo uma coisa muito séria. Agora não é só uma questão de saudade, não. É também uma

outra coisa: eu queria voltar pra morar na Bahia, ficar mais calmo, mais quieto. Aqui no Rio isso é impossível. Pro meu processo de criação, no momento, e eu quero frisar esta expressão (no momento) isso é necessário. É um problema de etapa: eu tive a fase de precisar estar cercado de agitação. Agora eu preciso de calma. Eu quero estar dentro dos meus limites. E então eu preciso descobrir os meus limites para não sair deles e não causar conflitos com meu círculo por qualquer excentrismo ocasional. É isso, eu fui pra Bahia porque achei que era melhor morar lá.

C - A ida para a Bahia não provocou só uma mudança em termos de residência, escola pro Pedro, teu filho, mas também um remanejamento no teu esquema profissional. Você criou a Gege Produções Musicais, desligando-se do empresário Guilherme Araújo. Muita gente acusa os empresários brasileiros e não são poucos os artistas que estão partindo para um esquema de "self-production"...

GG - É, mas deixa eu esclarecer uma coisa: eu não saí brigado com o Guilherme, não. Ele continua respondendo por uma série de coisas minhas, inclusive a parte internacional, tudo está com ele. Acontece que na minha decisão de ir morar na Bahia e de passar a trabalhar mais para o interior, eu precisava de uma infra-estrutura mais elástica, um negócio que não fosse um escritório fixo. Aí surgiu a ideia de criar uma empresa mas é uma empresa muito pequena, muito relativa. Não sei nem se usar a palavra "empresa" não é uma exorbitância, porque tudo está montado para cumprir finalidades imediatas. Se não der certo, acabamos com ela. Olha, nego, eu não quero ficar escravo de nenhum esquema. Já bastam os esquemas e imposições inevitáveis.

O forroco

No disco-show "Refazenda", uma das presenças mais fortes é Dominginhos. José Domingos de Moraes, compositor, acordeonista, cantor e presença importantíssima na música brasileira. Com jeito de nordestino da caatinga, já fez de tudo em música. Hoje com 34 anos, ele fala para Crítica, sempre com os dedos nos 120 baixos do acordeon, enquanto o companheiro, parceiro e amigo Gilberto Gil, dedilha o violão.

"É muito bacana estar fazendo este trabalho, porque mostra que o acordeon, a sanfona, está conquistando um lugar. Na época da bossa-nova, o violão começou a surgir como o

instrumento da maior importância na música brasileira, e logo depois a eletricidade incorporou-se aos conjuntos musicais. Quem tocava acordeon foi abandonando seu instrumento e ele foi esquecido. Isto se deve inclusive a um tipo de deformação que aconteceu aqui no "sul": o trabalho de exploração comercial do instrumento feito por escolas do tipo do Mário Mascarenhas, acabou criando um preconceito. Eu e mais uns poucos, como o Chiquinho, resolvemos dar murro em ponta de faca e continuamos fiéis à velha sanfona. Foi uma decisão acertada. Quando o pessoal da Bahia foi procurar no mestre Luiz Gonzaga e no baião, algumas das raízes da música brasileira, nós começamos a ter uma boa e nova chance. No ano de 1973, nós fazíamos aqui no teatro Teresa Raquel um espetáculo que se chamava «Luiz Gonzaga volta pra curtir». Caetano, Gil e Gal eram presenças constantes. O Gil que sempre foi um cara muito musical, e que inclusive teve sua formação melódica com o acordeon, me chamou para trabalhar com a Gal. Ele achava que ela estava precisando de um novo elemento de som em seu trabalho e eu entrei".

"Transando várias décadas, experimentando várias tendências eu aprendi muito, e hoje consigo desenvolver o que quero dentro de um espaço reservado para mim", diz o autor de «Só quero um xodó», que tem recebido verdadeiras aclamações do público com sua mistura de forró e de rock.

E Gil que fala: "Nós tocamos de tudo e Dominginhos se solta em qualquer uma. É um autêntico sanfoneiro pop, se quiserem mais um rótulo. Ele toca desde as cantigas nostálgicas do interior do Brasil até um rock dos Stones. Tudo de maneira livre, sem ortodoxia. Nós só somos ortodoxos com as coisas que são verdadeiramente brasileiras, e que são muito poucas".

Quem sabe de mim sou eu

Há dez anos, aqui no Brasil, quando chegavam os primeiros ecos da música jovem da Europa e dos Estados Unidos, começou a existir por parte dos artistas uma nova postura existencial. Isso teria uma influência também, natural, clara e conseqüente, na criação musical, mas algumas pessoas assim como não entenderam a vitalidade dessa mutação, ou seja, do próprio processo da dinâmica da história, ficam hoje exigindo dos artistas posições. Cobrando posições. Gil é um dos alvos favoritos.

GG - Eu acho que qualquer pessoa que pare para cobrar posições das outras, seja em qualquer nível, está tomada de uma profunda crise de falta de assunto. Exercer uma crítica estética baseada em "passiones" é pura falta de assunto, um engodo. Quem cobra, demonstra uma falta de capacidade, uma incompetência para o exercício salutar e democrático da crítica da arte. Essas pessoas deveriam ter uma preocupação maior no sentido de analisar e criticar a própria música. Se é que a palavra preocupação não é uma exorbitância... Seria muito bom que a crítica, ou melhor, que alguns críticos se ativessem mais ao poético, ao criativo, porque cobrar posição política, é falta de assunto. Veja bem. Na minha opinião, na minha visão de mundo, "político", tudo é.

Isso me lembra agora uma coisa que eu li, escrita pelo cardeal de São Paulo, e que eu acho muito procedente. Na verdade o que eu disse é uma coisa que eu sempre discutia com as pessoas quando surgia esse assunto de "posições políticas". É o que eu costumava entender como sendo o envolvimento político de algum cidadão. Pelo simples fato de viver numa polis, de estar cercado por pessoas, de manter um relacionamento com as coisas e as pessoas, tudo transforma qualquer atitude em política. Todos nós que vivemos gregariamente, estamos envolvidos em um processo de instituição. E todo processo institucional responde a uma exigência da polis.

Todos temos obrigações, restrições, direitos. Todos somos iguais perante a lei, não importa qual seja ela, e a lei é sempre um instrumento político. Nisso não há novidade nenhuma: todos são iguais perante a lei, todos são iguais perante Deus, brada a religião, então, no fundo, todo mundo é igualmente político. O simples fato de você nascer e ser registrado, te transforma num ser político. Você, seja em que nível for, é um cidadão. Quer dizer: ninguém escolhe, ninguém tem o direito de decidir se vai ou não ser político. Essa condição é dada, é imposta pelo planeta terra, porque você nasceu aqui, e não tem escapatória. Todos nós respondemos politicamente por alguma coisa e em algum momento dado da história. Então seria bom que cada um assumisse a sua posição e não ficasse cobrando dos outros, transferindo para os outros aquela responsabilidade que, por opção pessoal, aceitou.

Então a minha posição como ser humano me faz automaticamente um ser político e é claro que tudo que eu faço, como força produtiva, é um trabalho político, é o que eu exponho, é minha arte, é minha vida que está, por uma característica de meu trabalho, exposta ao julgamento dos outros. O meu trabalho é este: daqui a pouco nós vamos lá para o palco e eu vou falar das coisas do meu cotidiano, do meu universo político, das coisas que me atingem, dos meus dramas, das coisas

que eu acaricio, das coisas que me magoam, das coisas que mexem comigo, do que eu amo. Tudo isso, coisas extraídas do meu cotidiano eu faço no nível poético, um espelho do meu mundo. Uns são políticos profissionais ou militantes e fazem comícios. O poeta faz poesia. Mas isso tudo é muito sabido e também é uma instituição, muito conhecida através da história, da função do artista na sociedade.

A maneira como eu trabalho com esse dado histórico, a maneira como eu codifico esses dados da minha vida, foi coisa que eu aprendi com muita porrada, muita experiência. É o tal negócio da prática que só se aprende com a experiência. Eu aprendi, e no mais fui eu quem paguei os riscos. É como eu digo na minha música: quem sabe de mim sou eu, e sou responsável pelos atos praticados em função desse estágio de conhecimento. Eu sou o

GG - As pessoas dizem que nós somos responsáveis e que as crianças que nos seguiam não agüentaram a barra de ser vanguarda. Dizem que o meu público de hoje é "outro". Querem rotular até as pessoas que sentam num teatro. Eu não sei e nem quero saber quem é que recebe o meu trabalho. Eu tenho a preocupação de fazer um trabalho poético, não quero nem saber do resto. Essa discussão sobre quem é o público, se eu atingia ou ainda atinjo certas áreas ou certos extratos sociais ou culturais, isso não me diz respeito. Eu nunca faço um trabalho para um espaço cultural específico. Olha, aquele compasso que a Bahia me deu, dá pra pegar tudo e é isso que eu quero. Quem tiver dentro do círculo que o espaço traçar, pode receber meu trabalho, eu não quero nem saber desse negócio de público classe "a", de vanguarda, retaguarda. Isso não é comigo.

soito, ninguém pode hoje em dia andar solto, têm os aprisionamentos do cotidiano etc. Sei que isso é um problema do homem social, essa discussão sobre o conceito de liberdade interna existe desde o princípio, assim como se discute sobre ter religião, não ter religião, ter partido, não ter partido. Mas isso é uma preocupação do homo sapiens que não atingiu ainda sua plenitude. Já aquele que não tem a preocupação de ser sapiens, aquele que apenas pensa para viver melhor, para viver, o homem que está preocupado em só ser, este consegue ficar solto. Eu estou me sentindo solto. Por isso que digo que estou numa boa, eu só me preocupo em ser, em aprender a só ser, como eu digo na música. Vejam as minhas músicas, gostem ou não. E aquele negócio que a gente estava conversando sobre a crítica.

O jornal Opinião, por exemplo, publicou uma matéria dizendo que eu estava numa fase **meditativa**. Tá legal, mas eles deviam, por uma questão de respeito aos leitores, explicar essa expressão - meditativa. Eu acho que não é nada disso, mas aí já voltamos pro ponto do Rio de Janeiro funcionando como fornecedor de vocabulário nacional. Agora veja bem, eu não estou, por exemplo, magoado com o Opinião, mas eu acho que se eles queriam falar não de minha música, mas de minha postura existencial, deviam definir as coisas. Se não fica muito fácil: você senta na máquina e escreve: fulano é meditativo. E daí? O que significa isto?

C - Gil, a velha pergunta. E a música brasileira?

GG - Depende. Depende de quem está vendo a música brasileira. Depende do approach, da visão de mundo de cada um. Esse negócio de "música brasileira", dessa pergunta, que como você mesmo diz é "velha", é uma discussão institucional. É mais uma instituição. O que que eu posso dizer: a música que se faz aqui no Brasil está em andamento. Crise? Depende da própria dinâmica do processo criativo...

(Nesta hora Gil é interrompido. Melhor dizendo, tudo é interrompido com a chegada de Raul Seixas, que senta e é convidado por Gil a participar do papo.)

GG - Raulzito, pegue uma cadeira e sente no chão, que a gente tá aqui batendo um papo e aí você também dá seus palpites. O Oséas escreve assim: nessa altura chegou Raul Seixas e todo seu caos criativo... Raulzito fumando uma cigarrilha...

Bem, mas voltando ao nosso papo. A crise existe, sim. Ela não passa, nunca. Ela pertence ao próprio processo de criação. Agora o que resta saber é se quando ela é conjuntural, seus efeitos são maiores ou menores. Por exemplo, o problema da censura. O que é mais maléfico: a censura institucionalizada, policial, ou a censura estética do Tinhorão? Eu por mim acho mais temerária essa ignorância de quem se acha um grande entendido em estética. Esses caras ficam aí teorizando tudo, misturando sociologia com arte, e uma sociologia bem retrógrada. Isso é muito perigoso. Eles pegam sociologia, antropologia, música, fazem uma salada e depois ficam ditando regras, teorizando.

Acho que a crítica é necessária, mas seria bom que houvesse sangue novo, uma renovação, porque esses caras ficam hoje com os livros de estética de quando eles estavam na escola, defendendo valores e princípios estáticos. Ficam esses caras com uma visão muito ideológica da arte. Mas eu não sei como fazer, não vejo muita saída. Os caras são autênticos medalhões, donos da crítica, e quase não há renovação. É necessário deixar claro que nós os criadores não queremos fugir da responsabilidade da crítica. Existe por aí um público novo, sedento de informação. Então é necessário que alguém forneça um tipo de informação que permita ao cara formar uma opinião crítica sobre o trabalho artístico.

Autocrítica do artista

C - Mas no caso da música, a informação não estaria toda decodificada no próprio produto final, devidamente industrializado e comercializado, o disco?

RS - Deixa eu meter meu bedelho aí nessa história, Gil. Ontem mesmo eu fui dar uma entrevista. Aí eu pensei: não vou falar nada. Peguei meu disco, e entreguei as letras pro cara... Quer dizer: esse cara (o repórter da crítica) tá certo. Não tem que falar, nada.

GG - É, mas existe uma necessidade, inclusive história, de fornecer maiores dados sobre

a obra de arte. E isso é uma responsabilidade nossa, dos criadores. Então a coisa deve funcionar neste nível: juntar os criadores. Por exemplo, agora está saindo meu disco. Você é um cara que ganha dinheiro de um jornal para escrever sobre música. Isto envolve uma série de coisas, além de capacidade de redação. Você tem que ter bom ouvido, boa sensibilidade, uma série de coisas. E se você é um cara honesto, que não vem pro teatro com "part-pris", você me procura e diz "Gil, vamos bater um papo".

E tem também outra saída o teu editor chega e diz: Oséas faz uma matéria sobre o disco do Chico, ou sobre o trabalho do Caetano, do Gil, enfim, de qualquer um. Então você pega e convida os caras para eles escreverem um adendo ao teu texto. É só me chamar, que eu escrevo. Isso não tira do crítico a isenção, nem tira emprego de ninguém. Eu posso fazer um trabalho sobre minha música e posso até aprofundar mais, escrever sobre qualquer tipo de música que se faça no Brasil.

Então, que os editores me chamem. Chame-me Chico Buarque. Ou mesmo que não seja para eu escrever: agora mesmo nesta entrevista, nós estamos fazendo um certo "ensayt". É claro que hoje, aqui, a coisa está limitada porque existe o relógio e daqui a pouco começa o espetáculo, mas eu me proponho a escrever sobre meu trabalho e com honestidade, dando um depoimento sincero, isento. Acho que tenho uma visão equilibrada do meu trabalho e tenho coisas para dizer sobre ele, além de fazer uma reavaliação contínua, quando exponho o trabalho num palco ou no disco. Se não querem o nosso depoimento, que ouçam o trabalho. Eu agora mesmo fiz uma música chamada «Pai e mãe» que eu gosto muito e eu queria que as pessoas dessem sua opinião sobre ela. Eu não me considero dono de verdade. Eu gosto da música, mas eu quero que as pessoas gostem também.

Bem, se este trabalho não é o bastante, em função da demanda, sociologicamente justificada de informações, vamos nós, os criadores, fazer ensaios, para usar um vocabulário do próprio universo semântico do terreno da especulação. Peçam ao Chico, escrevam para Los Angeles e peçam ao Sérgio Mendes para escrever sobre a postura artístico-existencial dele. Essa demanda pela seriedade é respeitada. Então, se você me pede, eu escrevo.

Tenho inclusive um plano de um dia fazer um livro sobre a música brasileira. Vou chamar as pessoas, Carlos Lira, Caymmi, Marcos Valle, ouvir depoimentos, mas isso é um plano futuro. No nível mais imediato, me proponho até a entrar num nível mais pop, mais badalado e participar de seminários, discussões, mas isso se for para as pessoas irem lá com isenção. Mas não me chamem pra ir pro Casa Grande, pra bater palma a conceitos sobre a estética política de uma determinada facção, de uma parte da sociedade, de uma parte da vida, e todo aquele blá-blá-blá. Aí as pessoas viram e dizem: mas Gil, naquele tempo você fazia isso; naquele ano você frequentava aquele bar. E daí? Agora eu não frequento mais. As pessoas ficam reclamando: porque você parou de tomar batida de limão e passou a tomar vinho, ou sei lá o quê. Quer dizer: você pode esperar tudo do Gilberto Gil. Desde que o Gilberto Gil queira fazer.

O show

Neste momento, Gil pediu a Raul Seixas para mostrar as músicas de seu próximo Lp. A entrevista acabava aí. Gil antes de ir para o palco assumiu o compromisso de escrever um artigo para Crítica: "assim que acabar a excursão de Refazenda". No camarim, ouvindo Raulzito, Gil ria, o largo sorriso. Alegre, aplaudia o colega: "já foi liberada? Que maravilha!" e com a guitarra na mão, chama Dominginhos, Moacir Albuquerque, Chiquinho Azevedo e segue para o palco.

Em «Refazenda», em cartaz no teatro Teresa Raquel, Gilberto Gil dá um banho de seriedade musical. Cansado da vanguarda, voltou pras chamadas raízes e o espetáculo segue em quase três horas de ritmo, poesia, de compromisso com a arte, aquela arte comprometida com a vida.

Depois do Rio, Gilberto Gil volta pra estrada: "quando não der mais eu paro, vendo o equipamento, pago o pessoal e pego de novo meu compasso para traçar meu rumo. Meu único compromisso é com o poético. Se você gostar, junte-se a mim. Se não gostar, me respeite como gente, pelo menos".

ANTONIO OSÉAS



Dominginhos:
"Com Gil e outros, o acordeon recupera seu lugar na mpb"

artista que está no microfone, quem sabe de minhas coisas sou eu. Que cada um fique na sua. Eu não vou exigir posição de ninguém. Cada um sabe qual é a sua. Ou se não sabe, deve aprender. No meu universo poético, eu achei que seria justo comigo mesmo, me ater às minhas coisas. É uma posição. Então mesmo que eu concedesse a alguém o direito de me cobrar posições, essas pessoas não estariam fundamentadas. Agora, se não gostam da minha posição, eu não posso fazer nada, mas repito: quem sabe de mim sou eu. Como artista eu estou no palco, como cidadão, sou um cidadão. Estou aí, correndo os mesmos riscos, sofrendo as mesmas restrições. Como você que está aqui numa noite de domingo trabalhando pro teu jornal."

Repulsa aos rótulos

Quando a música "Louvação" alcançou sucesso nacional, Gilberto Gil resolveu viver só da música. Morando em São Paulo e ouvindo diariamente os discos dos "Beatles", foi tornando seu trabalho mais urbano. A música "Ele falava nisso todo dia", segundo o artista, é o melhor exemplo de suas preocupações na época. Mas não era só nos discos importados que ele buscava inspiração. Conheceu a Banda de Pifaros em Caruaru, Pernambuco, durante uma temporada que fez no Recife e resolveu começar um trabalho novo. Foi quando nasceu "Domingo no Parque", classificada no festival de música da Tv-Record, e a pedra fundamental do movimento tropicalista.

Em 1968, os tropicalistas tinham um programa na TV Tupi de São Paulo - «Divino Maravilhoso». Foi o ano de agitação mundial. Em Paris, a revolução de maio. No Brasil, reflexo de toda uma conjuntura mundial, a fermentação cultural e política atingia seu momento máximo, explodindo em dezembro com o retrocesso político representado pelo Ato Institucional nº 5. Também na arte esse retrocesso teria repercussões. A gravadora Philips, a quem pertence o contrato de Gilberto Gil, na biografia do artista diz apenas: "Aquele abraço" e a ida para Londres, resumem o ano de 1969". A gravadora, uma multinacional, evita assim mencionar a prisão de Gilberto Gil e a saída do Brasil.

Ausente do país, Gil não pára de trabalhar: dedicou-se a melhorar sua técnica de violão. Fez vários shows em teatros e gravou um Lp cantando em inglês. Quando volta ao Brasil, no verão de 1973, encontra um clima de semifanatismo: muitos apontam Caetano e Gil como "gurus" da geração desbendada, fruto da alienação dominante nos meios de comunicação. Mas isso é uma outra história (ou seria a mesma?).

Estou falando francamente, estou sendo muito sincero nisto: a minha postura existencial de hoje é no sentido de não diferenciar os públicos. Eu não estou diferenciando este show aqui do Rio do show que eu fiz em Belo Horizonte, ou mais interiormente ainda em Vitória, ou mais interiormente ainda em Goiânia, Pernambuco. Eu não quero essa diferenciação. Eu sei que o Rio de Janeiro tem esse negócio de fornecer o vocabulário nacional. E aqui que existe a revolução semântica nacional. O vocabulário aqui é um patrimônio e todos se sentem no direito e na obrigação de ampliá-lo, mas eu não tenho nada com isso. Não estou interessado em contribuir para aumentar o vocabulário nacional. Então quando diziam "Gil é guru", as pessoas não estavam nem mesmo emitindo um conceito: estavam incorporando ao vocabulário mais uma.

Voltando pra retaguarda

Como um artista consciente da dinâmica da história, Gilberto Gil sabe que tudo tem sua hora e vez. Na hora de ser vanguarda, ele foi. «Domingo no Parque» pode ser considerado um divisor de águas na vanguarda musical, mas para o poeta baiano, chegou a hora de para um pouco.

GG - Eu digo brincando que cansei de ser só vanguarda. Então com esse trabalho da Refazenda, eu estou parando deixando a proclamação seguir e me incorporando à retaguarda dela. Não é só a vanguarda que existe: e muitas vezes é bom estar lá na retaguarda. Quem está atrás vê mais: pode ver pra onde se está indo. Parece que o Artaud também tem alguma coisa assim: mas eu não tenho certeza. É o negócio é ficar aqui atrás, porque na retaguarda também precisam da gente. A poesia não pode ser só vanguardista.

Aí é que eu mostro no show o que brincando eu chamo de forrock. Se alguém quiser pode até dizer que eu estou retrocedendo, mas é bom que lembrem que existe aquele papo de um passo atrás e dois à frente... Agora, independentemente de estar na vanguarda, na retaguarda ou no centro, o que eu sei é que eu estou numa boa. Não posso dizer que não estou numa boa. Eu estou saindo daquilo que eu chamo de um ensaio mitológico e estou me sentindo mais Gilberto e menos Gil. Então se este trabalho atual me é muito gratificante, eu estou numa boa comigo mesmo. Estou em paz comigo, estou menos preocupado em ocupar energia numa coisa e mais voltado a aplicar a energia, sem pensar na coisa. Fazer sem precisar concentrar o pensamento. Deixar a criação fluente. Ficar solto.

Eu sei que as pessoas vão logo dizer: isto é um absurdo. Esse cara ficar falando em ficar

Rodrigo Farias Lima e Flávio Bruno apresentam

VIVA O CORDÃO ENCARNADO

De Luiz Marinho
Dir.: Luiz Mendonça
Prêmios Molière Rio 74

Com JOÃO JOSÉ POMBO, YOLANDA CARDOSO, GRACINDA REIRE, ANTONIO PITANGA, SÁBIO CABRAL.

TÂNIA ALVES, WALTER BRENDA, ELBA RAMALHO e mais 20 atores e músicos.
TEATRO APLICADO - Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 931 - São Paulo - De 3ª a 6ª, às 21 hs. - Sábados às 20 e 22,30 hs. - Domingos às 18 e 21 horas. - Ingressos: Cr\$ 40,00 - Estudantes: Cr\$ 20,00 - Aos sábados; Preço único: Cr\$ 40,00

LUIS BUÑUEL

Qualquer novo filme de Buñuel é um acontecimento importante, ainda mais no Brasil, onde a exibição de filmes de qualidade é bissexta, mal-dirigida e freqüentemente incipiente.

Luis Buñuel, velho cineasta anarquista da Catalunha nasceu em 1900 e estreou como diretor em 1928 com o famosíssimo curta-metragem «Le Chien Andalou» (co-dirigido por Salvador Dalí), depois de três anos radicado na França. «L'Age d'Or» - 1930, fantástico poema sobre a liberdade, pertence ainda ao seu período francamente surrealista. Ambos são muito exibidos entre nós em sessões especiais, mas nunca foram lançados comercialmente. Rompendo com os surrealistas, Buñuel dirige seu terceiro filme na Espanha pré-franquista, o político curta «Las Hurdas-Terra sem Pão» (que guarda semelhanças estéticas com «Deus e o Diabo na Terra do Sol» - 63 de Glauber Rocha).

Recentemente foi revelado que Buñuel colaborou em outros filmes espanhóis republicanos, mas esses permanecem praticamente desconhecidos. Com a vitória do fascismo e do general Francisco Franco, o cineasta muda-se para os EUA, onde passa um longo período inativo, até radicar-se na década de quarenta no México, onde recomeçou a carreira inter-rampida.

Em 1956 Buñuel retomou contatos com a França, onde começara sua carreira. Este ano dirige lá «Cela S'Appelle L'Aurore» e «La Mort en Cen Jardin» (com Simone Signoret) - também pouco conhecidos. Em 1960, com dinheiro de diversas fontes, dirige nos EUA «The Young One» (no Brasil «A Adolescência»), melodrama sobre racismo, obra-prima do cinema erótico. A partir daí, todos os seus filmes, com exceção de «Simão do Deserto» foram exibidos no Brasil.

Com «Viridiana» - 1961 - volta a trabalhar na Espanha depois de trinta anos. O filme, premiado internacionalmente, é proibido pelo Governo franquista e atacado pela Igreja. Em 1970, voltando a dirigir em seu país natal, faz «Tristana», cuja primeira parte é quase idêntica a de «Viridiana».

Nos últimos dez anos, quase todos os filmes de Buñuel foram realizados na França, onde voltou a viver. Em 1964 foi «O Diário de Uma Camareira/Le Journal d'Une Femme de Chambre» com Jeanne Moreau (feito antes em Hollywood por Jean Renoir em 1946 com Paulette Godard). «Belle de Jour/A Bela da Tarde» - 1966 - foi sucesso comercial e artístico, assim como «La Voie Lactée/O Estranho Caminho de São Tiago» - 1968 (um filme sobre o Cristianismo) e principalmente «O Charme Discreto da Burguesia/Le Charme Discret de la Bourgeoisie» - 1972, que tirou até um «Oscar».

Seu novo filme («O Fantasma da Liberdade-Le Fantôme de la Liberté» - 1975) ora em exibição no Rio de Janeiro, é como uma seqüência do anterior. O mesmo humor debochado, a mesma sátira implacável à burguesia e seus costumes, numa série de quadros aparentemente sem sentido, recurso aliás que o



Luis Buñuel:
a sátira implacável à burguesia
e seus costumes

cineasta já usara antes em alguns dos seus filmes mais expressivos, como «L'Age d'Or» - 1930 e «El Angel Exterminador» - 1962.

Não resta muito que falar de um filme tão simples e tão perfeito como «O Fantasma da Liberdade». Ele é sem dúvida excelente. Apenas os que conhecem toda a obra do cineasta saberão entretanto que este filme (como também «Tristana») está ligeiramente abaixo do nível de alguns outros.

A obra mexicana de Buñuel ainda não é bem conhecida. Compõem-se de mais de quinze filmes inteiramente mexicanos, e uns poucos co-produzidos com a França ou os EUA. Muitos são melodramas comerciais, outros são seguramente filmes do autor. Todos, porém, são unânimes os estudiosos em afirmar, têm ao menos uma parcela do seu estilo inconfundível, do seu talento inimitável.

Desse período da sua obra destacam-se principalmente «Los Olvidados» - 1950 (drama social sobre a infância marginalizada, talvez o seu melhor filme); «Una Mujer Sin Amor» - 1951 (melodrama com Libertad Lamarque); «Subida al Cielo» - 1951; «El Bruto» - 1952 (com Pedro Armendariz e Katy Jurado); «Cumbres Borrascosas» - 1952 (estranhíssima versão de «O Morro dos Ventos Uivantes»); «Robison Crusoe» - 1952 (seu primeiro filme a cores); «El» - 1953 (sátira do marido ciumento, com Arturo de Córdoba); «La Illusion Viaja en Trancia» - 1953; «Ensayo di un Crimen/La Vida Criminal de Archibaldo de la Cruz» - 1955 (um dos seus melhores); «Los Ambiciosos/La Fièvre Monte à El-Pae» - 1959 (seu filme mais abertamente político, o pai de «A Terra em Transe», com Gérard Philippe e Maria Félix); «Nazarin» - 1959 (o filme que lhe reabriu as portas internacionais); «El Angel Exterminador» - 1962; e «Simão do Deserto» - 1955 (média metragem). Dessa fase, apenas «Los Ambiciosos» e «O Anjo Exterminador» foram exibidos comercialmente entre nós nos últimos quinze anos.

As desventuras de um casal burguês

Qual o resultado de um filme cujo roteiro é assinado por um dramaturgo de conhecido passado militante, e a responsabilidade da

TEATRO

ONDE ESTÁ A SAÍDA

Crítica tem aberto suas páginas ao debate sobre o teatro brasileiro & afinidades. Recentemente desfilamos as opiniões de Milton Gonçalves e de Fauzi Arap. Hoje a palavra está com Francisco Milani - uma vida vivida de teatro - que em dado momento é obrigado a largar tudo para virar simples chofer de caminhão durante longo tempo mas que depois não resiste mais e volta à cena. Quinze anos de carreira, ator de «Procura-se uma Rosa», «Disque M para Matar», «O Pagador de Promessas», «A Pena e a Lei», «Chicago 1930», «Se Correr o Bicho Pega, Se Ficar o Bicho Come», «D. Xepa» e muitas outras, Milani situa aqui, com toda franqueza, os descaminhos do profissional de teatro no Brasil.

C - Quais os problemas que a pessoa enfrenta quando resolve ser ator?

FM - Em primeiro lugar a falta do mercado de trabalho. A arte de representar no Brasil é muito deturpada por força da própria estrutura social. Não só na televisão, como também no cinema, na arte de show, na linha de música erudita, tem mais valor o que vem de fora, o que nos é imposto. Não é o povo que vai em busca desse tipo de arte, mas sim é ele imposto a gente. Isso ocasiona o seguinte: o mercado de trabalho fica tão restrito que não há escolha, nem formação; e, mesmo as poucas escolas (há duas aqui no Rio e uma em São Paulo) formam um contingente muito grande de profissionais por um mercado de trabalho tão exíguo. Então o que acontece? O camarada estuda quatro ou cinco anos de curso primário, depois resolve enfrentar uma



Francisco Milani (em «Allegro Desbum»): a profissão de ator em debate

escola de teatro, começa a estudar, se forma. E agora? Vai trabalhar aonde? Não tem mercado de trabalho. A televisão que é nosso maior mercado de trabalho absorve uma mão-de-obra não-qualificada.

No tipo de sociedade individualista em que vivemos, vale mais para uma empresa, um nome que venda mais seu produto do que um que conheça profundamente aquela relação de trabalho ou aquela atividade. No teatro, Tv e cinema é a mesma coisa. Uma atriz agora que venderia muito no cinema seria a Lou porque ela foi muito noticiada, ela é um nome, de certa forma está envolvida num assunto que desperta interesse de várias camadas. Então se você anuncia uma peça ou novela com a Lou sendo a atriz principal, a curiosidade das pessoas será grande, não em ver o trabalho que ela vai desenvolver como atriz, mas em conhecer a pessoa que está envolvida no crime. Numa sociedade que se preocupa em consumir cada vez mais e numa sociedade que de certa forma é regida pelo poder econômico, que é o dono da empresa, essa empresa tem que dar lucro. Essa relação de trabalho fica toda distorcida, toda deturpada. O homem deixa de ter valor pelo seu potencial criativo, pelo seu talento, ou sua capacidade de pesqui-

sa e passa a ter valor por quanto tem no bolso, ou por quanto representa em vendas.

Uma enquete feita por um jornalista americano do New York Times mostra que os pintores mais expressivos do movimento da pintura mundial nos últimos 20 anos, só pintaram o que foi exigido pelos grandes marchands ou pelos grandes colecionadores, ou seja, produtos vendáveis, produtos não com valor artístico nem valor cultural, mas valor de venda. A partir dessa distorção você começa a construir uma sociedade toda torta, sem bases, ou assentada em bases falsas...

C - ...Você quer dizer então que isso vale também para o teatro, que acontece com o teatro a...

FM - ... É como eu estava explicando. O sujeito estuda teatro, se forma, estuda música, faz expressão corporal, para escola, professores, colocação de voz, lê história do teatro. Bom, se formou. E agora? Ele vai concorrer. Concorre no mercado de trabalho com uma série de fatores que não estão ligados com a sua relação de trabalho. Não adianta ser um cara muito culto, muito bem dotado por força da própria formação, não adianta estar absolutamente apto, pronto para enfrentar a profissão. Ele vai concorrer com uma relação de trabalho falsa, deteriorada e mal conduzida. A partir daí, ele vai ter que reformular tudo ou abrir mão de seu direito a um lugar na sociedade de consumo e vai partir para um tipo de atividade de pesquisa voltado só para a profissão dele e para os problemas sociais em que essa profissão o envolve na sociedade.

Enfim, esquecer tudo que aprendeu e sair para a concorrência estritamente dentro da relação da sociedade de consumo. Vai procurar vender mais de uma forma ou de outra, para ser notícia: ele faz fumar maconha, ou vai dar uma batida com seu carro na N.S. de Copacabana, ou vai se embriagar toda noite na Fiorentina, o que ele quer é chamar atenção de qualquer maneira, para de repente se tornar um nome vendável. Existem inúmeras dificuldades para prosseguir na profissão que o ator escolheu. Ele precisa de uma paciência muito grande se quiser permanecer honesto consigo mesmo e com seus princípios.

C - Você trabalhou com Oduvaldo Viana Filho, um nome que é impossível ficar de fora quando se está falando de teatro. Como é que você situaria a passagem de Vianinha como ator, ator, animador, líder enfim, a despeito de sua morte prematura, da dramática batalha pela criação de um teatro brasileiro?

FM - Oduvaldo Vianna Filho é talvez o homem mais importante do teatro brasileiro nesses últimos 20 anos. O teatro brasileiro que eu digo, é o teatro do povo, não da burguesia nem da elite brasileira. Ele foi talvez dos autores desta geração, junto com Guarnieri e Boal, que conseguiu sentir os problemas do povo brasileiro, do homem humilde, do trabalhador, e colocou nas peças dele. Como «Cha-

petuba Futebol Club», «Allegro Desbum», «Quatro Quadras de Terra» (que é inédita no Brasil) ou «Corpo a Corpo» que agora está em cartaz.

Como ator tenho muita vaidade, muito orgulho em ter participado de algumas montagens ao lado de Vianinha - não só Vianinha o autor, mas também o ator. Particpei com ele em 1971 da peça «Chicago 1930», uma montagem de João Bettencourt. Uma peça maravilhosa, uma crítica de costumes da década de 30 em Chicago na época da lei seca, do gangsterismo, os intocáveis, do Eliot Ness. Seus autores conseguiram passar para o teatro (que é uma testemunha do tempo) um testemunho muito importante dessa época. O Vianinha trabalhou como ator nessa peça. Era um ator maravilhoso pela garra que tinha em cena para representar, apesar dos problemas de voz e de articulação. O quanto esse homem amava o teatro é incrível.

No «Allegro Desbum» fiz o homossexual, o protético. Vários atores foram convidados para fazer esse personagem, como Emiliano Queiroz e Agildo Ribeiro, mas o Vianinha, desde o primeiro dia que deu a peça para José Renato, brigou para que meu nome fosse escolhido. Particpei dela com um carinho tão grande, não só porque a gente sabia que o Vianinha estava doente, desenganado pelos médicos e seu fim estava próximo, mas pelo orgulho, pelo prazer de ter feito uma peça com um personagem indicado por ele.

C - De que maneira você encara a relação entre o ator e o espectador?

FM - O teatro é uma arte didática. O que é dito e feito num palco tem profundas conseqüências na consciência das pessoas que a estão assistindo. A pessoa pode assistir a uma peça e naquele momento pode não reagir, não vai racionar, rir ou chorar (são os menos informados). Vai para casa. Algum tempo depois, aquilo que ouviu no palco foram informações que ficaram gravadas na consciência e que vão influir em seu comportamento futuro. Se o ator é um ator inconseqüente, sem responsabilidade, sem estar preocupado com a responsabilidade histórica que tem de estar num palco emitindo um pensamento, um conceito, ele está cometendo dois crimes: um contra o público que o está assistindo e outro contra ele mesmo.

Acho que o bom ator é o ator consciente, conseqüente, que sabe o que está falando, que escolheu a sua opção e sabe de que lado do campo vai jogar e que tem consciência do que está sendo dito por ele (que não é o conceito dele, e sim do autor, de uma terceira entidade, mas que está sendo defendida naquele momento por ele, ator) terá influência na consciência e na personalidade de cada indivíduo que está presente na platéia. Se não influir, pelo menos vai provocar uma reação.

Se você está fazendo uma peça onde se critica um tipo de sociedade, as pessoas que estão de acordo com essa crítica aplaudirão e

direção entregue ao mais importante diretor da TV digestiva do país? Qual o resultado do encontro do Teatro de Arena com a TV Globo?

Atenção, a resposta pode estar no filme «O Casal», escrito pelo falecido Oduvaldo Vianna Filho e dirigido por Daniel Filho.

Vejam os por partes. Tal como se apresenta, o filme é um melodrama sobre um jovem casal burguês em dificuldades financeiras e afetivas perto do nascimento do seu primeiro filho. Algo água-com-açúcar, inocente e otimista. O melodrama burguês parece ter chegado a certa forma de amadurecimento artístico no cinema brasileiro, cujas anteriores tentativas do gênero foram tão raras quanto mal sucedidas. Se de certa forma, «A Estrela Sobe» era a nossa «Funny Girl» tupiniquim, «O Casal» se aproximaria da nossa «Love Story» tupinambá. Nos dois, produtos industriais bem embalados, está ausente qualquer tentativa de inovação da linguagem cinematográfica. Ao contrário: ambos repetem as formas já comecadas do melodrama hollywoodiano dos anos cinquenta, cuja recompensa nas bilheterias é mais certa.

Vejam os por partes. O roteiro original do Vianinha parece ser uma história realista, linear, cronológica e autobiográfica, um melodrama de costumes sem omitir fagulhas de crítica social. A direção de Daniel Filho é eficiente, mas acentua tanto os lances de humor quanto os lacrimogêneos («traga um lenço para as lágrimas de riso, outros para as lágrimas de emoção» — diz a propaganda), apoiando-se muito no trabalho dos atores. Em geral bons, a começar pelos protagonistas José Wilker e principalmente Sonia Braga (que anda precisando de papéis mais densos do que lhe têm sido oferecidos).

Promovido pela maciça máquina de propaganda da TV Globo, «O Casal», que é um filme fluente, pode tornar-se um campeão das bilheterias nacionais. Não se pode fazer nada sobre isso, pois afinal as pessoas vão ver os filmes que quiserem. A maior parte do público dos cinemas brasileiros ainda pertence à classe média (20% da população do Brasil dominando uma percentagem bem maior do PNB), e «O Casal» é nada mais nada menos que um filme classe-média, sobre a classe-média, e para a classe-média.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

sairão dali influenciados pelo que ouvirem; quer dizer, que de alguma forma você participou do processo de depuração do pensamento humano. Você agiu, atuou no sentido de procurar o melhor. Agora, as pessoas que estão ali e são contra você, que escolheram o outro lado da trincheira, se você for um ator de muita consciência, eles vão sair dali achando que tudo que você falou está errado ou achando que eles não concordam com nada do que você falou, mas eles acima de tudo vão achar que você o disse muito bem.

Quando o ator consegue isto, ou seja, ser respeitado por amigos ou inimigos, então ele conseguiu o máximo dentro da sua carreira. Dentro da minha profissão procuro ser coerente com a minha posição. Por isso eu gosto de participar de espetáculos de contestação e de debate.

C — «Allegro Desbum», «Corpo a Corpo» e «Caminho de Volta» tiveram como tema a propaganda. Como é que você explica essa preocupação?

FM — Trata-se de uma consequência. Dentro de nossa sociedade de consumo a propaganda age como um elemento catalisador da opinião pública a serviço do poder econômico. Por exemplo: você senta hoje em frente a uma televisão, assiste uma hora de programação e recebe, dentro dessa hora, cerca de trezentas informações sobre que produtos você deve usar, para cabelos, dentes, unhas, vestuário, alimentação etc. Isso não quer dizer que esses produtos sejam melhores ou não.

É o que Buja diz na peça do Vianinha («O Allegro Desbum»): «Eu ganho 20 milhões por mês; trabalho numa agência de publicidade para anunciar uma ervilha, que para ser colocada dentro daquela lata sofre uma calorização não sei quantos graus centígrados, o que faz com que ela perca 80% de seu valor nutritivo...»

Os autores brasileiros do momento falam muito de publicidade querendo contestar; o caminho que eles encontraram para poder falar alguma coisa, foi atacar a publicidade, que é um perigo, comprometido diretamente com o poder econômico. Por isso acho importantíssimo, se há uma saída para poder falar, por que não utilizar essa saída? Se você está fechado num quarto escuro e de repente vê uma possibilidade de uma fresta de luz, você vai forçar aquela janela até encontrar uma saída melhor.

C — Milani, você ficou durante muito tempo afastado do teatro. Fale desta época.

FM — Sim, resolvi mudar de atividade. Comprei um caminhão e fui para o norte do país e fiquei lá até 1971, trabalhando como motorista de caminhão, transportando mercadoria de várias espécies e, principalmente, acima de tudo, tendo um contato direto com o homem do Norte, com o homem do interior do Brasil. Foi uma experiência maravilhosa.

Entrevista concedida a
TERESA NOCERA

ENTREVISTA

O CINEMA SOCIAL DE XAVIER DE OLIVEIRA

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. — U.F.V.

Embora ressaltando sempre a «extraordinária importância didática e social» do curta-metragem, Xavier de Oliveira lamenta que o caráter semiprofissionalizante dessa bitola não seja ideal em termos econômicos para a sobrevivência do cineasta brasileiro. Numa entrevista a este jornal, ele advoga «o compromisso em relação ao homem e a defesa de seus sonhos e esperanças».

A fase documental

ALBERTO SILVA — Você deu seus primeiros passos no cinema realizando dois documentários, «Escravos de Job», premiado, e «Rio, uma visão do futuro». Não pretende voltar a esse gênero?

XAVIER DE OLIVEIRA — Sim. Entrei em algumas concorrências públicas do DAC, INC etc. mas não obtive resultado favorável. Acredito muito em todas as possibilidades criativas do documentário e na sua extraordinária importância didática e social. Pelo fato de o curta-metragem estar de certa forma desvinculado de toda engrenagem comercial de exibição, penso encontrar-se aí uma imensa possibilidade criativa — e mesmo renovadora de gerações de cineastas. Gostaria muito de me dedicar ao filme educativo, sem me ater a problemas de retorno de capital.

Alguns anos atrás essa era minha preocupação diuturna. Hoje, compreendendo as dificuldades de sobrevivência profissional, vejo a dedicação ao filme educativo como um sonho frustrado: Seria agora um homem feliz se tivesse continuado a realizar filmes segundo a problemática de «Escravos de Job», uma película sobre a infância pobre. Mas o que me aconteceu deve ter ocorrido a inúmeros outros cultores do longa-metragem iniciados no curta ou seja, o imperativo da profissionalização; e, nesse sentido, o longa me parece mais seguro.

Gostaria de ter seguido cultivando o curta-metragem — da mesma forma que comeci, numa base semiprofissional, me dedicando a filmes que certamente teriam uma contribuição humana muitas vezes maior que os longos que realizo. Mas isso é uma contingência à qual não posso ditar minha vontade. Mas, na primeira oportunidade, voltarei ao documentário.

Ainda hoje aguardo com muito carinho a lembrança do empenho criador e sincero dispensado por mim e Édson Batista na realização de «Escravos de Job», um filme rodado numa favela a ferro, fogo e muito coração. A premiação desse curta foi a coisa mais emocionante de minha vida.

Isso não quer dizer, em absoluto, que, apesar das muitas limitações, eu não esteja realizando o que de desejo no longa. Não é bem assim. Mas me chateia muito toda essa banda podre do longa-metragem — que a gente tem de engolir — representada pelo aspecto comercial do filme em todos os seus ângulos. O fato de o cineasta bolar um filme e estar antecipadamente preocupado com sua comercialização é realmente triste. Há também outros empecilhos, mas não adianta estender.

«Cinema me fascina»

AS — Seu primeiro longa-metragem, «Marcelo, Zona Sul», obteve excelente crítica e ótimo resultado financeiro. Esses dois fatores determi-

Autor de dois curta-metragens, «Escravo de Job» e «Rio, uma Visão do Futuro», e três longas, «Marcelo, Zona Sul», «André, a Cara e a Coragem» e o recente «Ladrão de Mulher», Xavier de Oliveira (foto) está filiado no cinema brasileiro a uma corrente de raízes populares cujos frutos mais expressivos (e atuais) se encontram nas obras de Alberto Salavá, Flávio Migliaccio e Stefan Wohl («O Donzelo»).

naram sua carreira ou você estava decidido a abraçar o cinema de qualquer modo?

XO — É evidente que esses dois fatores não foram determinantes em minha carreira. Mas sei que, logicamente, eles possibilitaram — de uma forma ou de outra — minha permanência no cinema. Não tenho dúvida que, se tivesse fracassado na primeira tentativa, teria fechado minha firma, e a dificuldade seria muito grande em prosseguir.

«Marcelo, Zona Sul» foi uma película que produzi e dirigi acreditando muito em seu resultado. Eu sabia que, de alguma maneira, estava abordando um tema novo — e que, através da comicidade, da espontaneidade de quatro adolescentes, aliado tudo isso a um fio de história, poderia realizar um trabalho de certa empatia, colocando algumas posições críticas acerca da classe média.

O personagem Marcelo estabeleceu grande comunicação com a juventude, e trouxe resposta — ou, pelo menos, indagou — a uma série de dúvidas instaladas na mente dessa plateia. A penetração junto ao público adulto foi também muito estimulante. Mas, voltando à pergunta, não foi tão-somente o sucesso artístico-comercial que determinou minha peregrinação no longa. Cinema me fascina desde a adolescência, e fazê-lo (e viver dele) é, apesar de tudo, muito edificante.

Sensibilidade

AS — Enquanto «Marcelo, Zona Sul» era um filme sobre adolescentes, a película seguinte, «André, a Cara e a Coragem», já focalizava a questão da juventude sob um ângulo social e crítico. Essa, digamos, evolução ocorreu como resultado de conscientização política?

XO — Bem, como disse, no «Escravo de Job», meu primeiro filme, abordava a vida infantil em função de um trabalho muitas vezes árduo, sem compensação e deformante. Era um enfoque da infância pobre. Uma constatação pessimista, de profunda tristeza. Como referi, fiz esse trabalho destacando o lado sincero, reflexivo, e procurando ao máximo jogar com a realidade colocada frente a meus olhos.



Stepan Nercessian: «Ladrão de mulher»



Em vista disso, a certa altura abandonei o roteiro, elaborado de forma um tanto utópica, em favor de um tratamento agressivo da realidade fornecida pela convivência. Mesmo na montagem eu e meu irmão Rui jogamos cenas e cenas fora, de tal forma eram alienadas, voltadas ao enfoque estético da miséria — típica ótica classe média.

Parti para fazer «Escravos de Job» com uma visão romântica. Em primeiro lugar, porque o favelado não quer ser filmado. «Você está a fim de ganhar dinheiro às minhas custas», diziam eles. Essa foi a primeira lição que aprendi. Vieram outras. «Pra que roteiro, então?», pensei. O negócio é a gente sair de câmara em punho, enfrentando briga, piadas e conversando as pessoas — mas fazendo o trabalho. E assim foi. Só eu e Édson sabemos com que dificuldade.

Se no «Escravos de Job» eu procurava dar essa conotação crítico-social, a mesma intenção deliberada não havia em «André, a Cara e a Coragem». Se aconteceu, não se deve à «conscientização política», mas a uma sensibilidade social, ou a uma sensibilidade individual, coisa que sempre aparece em meus filmes. Alias, me parece que «Marcelo, Zona Sul» também é um filme de intenções críticas — com mais ou menos felicidade que «André, a Cara e a Coragem», mas de qualquer forma com a mesma intenção.

Fonte popular

AS — E «Ladrão de mulher», o que significa em sua filmografia?

XO — Novamente fiz uma película comprometida com as coisas que penso, para tornar compensador o ato de filmar. «Ladrão de Mulher» narra a trajetória de dois personagens foragidos de um circo, buscando sobreviver pelas estradas, carregando suas esperanças e sua arte popular em extinção. O compromisso, aí, é fundamentalmente em relação ao homem e à defesa de seus sonhos e esperanças.

AS — Você se caracteriza por um tipo de cinema de raízes populares, no qual melhor se realiza. Neste filme segue a mesma linha?

XO — Sim. Não creio que saiba fazer outro tipo de cinema. Se «Ladrão de Mulher» foi aprovado por todos, público e crítica, me dou por feliz, uma vez que acredito deva ter o cinema uma fonte popular ao lado de observações humanas — em suma, um conteúdo de importância individual e social. Uma coisa não é incompatível com a outra (e nisso acredito mais que tudo). Pode-se rodar uma fita de extrema comunicação popular, simples, enxertada com elementos de crítica e análise, sincera e humana.

AS — Qual o elenco da fita?

XO — Fregolente (como Trombada), Stepan Nercessian (marreco), Leila Cravo, Denise Bandeira, Pichin Plá, Rafael de Carvalho (participação especial) e outros.

AS — Ficha técnica?

XO — Produção, Lestepe Produções Cinematográficas Ltda.; direção, argumento, roteiro e diálogos, Xavier de Oliveira; fotografia e câmara, Rui Santos; cenografia e figurinos, Armênia Nercessian; assistente de direção, Aroldo de Carvalho; continuidade, Virgínia Flores; diretor de produção, Walter Schik; assistente de produção, Divaldo Sousa; gerente de produção, Ignácio Costa; montagem, Jaime Justo; custo da produção, Cr\$ 450 mil (parcialmente financiado pela Embrafilme).

AS — Qual as linhas imprimidas à direção, fotografia, música e montagem?

XO — A direção segue toda a simplicidade da história em torno dos foragidos circenses. E a mesma linha de «Escravos de Job», «Marcelo, Zona Sul» e «André, a Cara e a Coragem». Quanto à fotografia, sua tônica é o despojamento, ao lado da grande preocupação plástica de Rui Santos. A montagem e a música seguem a mesma atmosfera de simplicidade.

ALBERTO SILVA

TÁ CHEGANDO!

5 PILAS CAR-UM

texto traço tinta: **TUDO NACIONAL**

A MULTI-NACIONAL TA EM TODA! PUTZI!

EXTRA! uma entrevista du carelli!

DENTRO DE POUCO TEMPO VAI PINTAR NAS BANCAS

ROMANCE

O INTIMISMO DA LITERATURA FEMININA

“As mulheres estão falando para si mesmas há séculos. E a partir deste sentimento central que a escritora e líder feminista Heloneida Studart analisa o seu novo romance «O Pardal é um Pássaro Azul», em entrevista à Crítica.



O Pardal, na própria definição da autora, é ao mesmo tempo uma fábula política e uma história de amor passada no nordeste, de amor de uma moça nordestina por um homem homossexual.

Quando em 1955 o romance «Dize-me o Teu Nome» da quase menina Heloneida Studart ganhou o Prêmio Orlando Dantas, num concurso em que estavam inscritos escritores importantes – Macedo Miranda, entre eles – Tristão de Athayde saudou o livro premiado como uma revelação da literatura brasileira. Mais tarde, em 1969, outro romance da autora, «Deus Não Paga em Dólar» (logo retirado de venda por imposição da censura) mereceu o entusiasmo de Mário Pedrosa. Edmundo Moniz, então crítico de O Correio da Manhã, escreveu “que se tratava de um romance tão significativo como as primeiras obras de Jorge Amado”. Heloneida nunca se importou com o fato de que, esgotados seus romances (até mesmo «A Culpa», livro de que ela não gosta), as editoras não lançassem segundas edições. Preferiu se concentrar em ensaios sobre o feminismo e publicou «A Mulher Brinquedo do Homem?» (Vozes) e há poucos meses, «Mulher, Objeto de Cama e Mesa», já em terceira edição. Agora, a Civilização Brasileira acaba de lançar seu último romance, «O Pardal é um Pássaro Azul». Ao voltar à ficção, a escritora continua interessada em feminismo. Ela conta, rindo, que pronunciou uma conferência sobre o assunto numa faculdade e Roland Corbisier também presente, perguntou logo: “Quem é essa mulher incrível?”

– É isso aí. Eu sou macaca de auditório do mestre Corbisier desde a adolescência. Quanto a mim, publiquei livros, ganhei prêmios (até prêmio da Academia Brasileira de Letras...), fiz baldes de conferências, fui presidente de sindicato (escreva is-

so, é a única coisa de que me orgulho), mas o professor, ao me ver falar, fica na maior surpresa e pergunta: “Quem é essa mulher incrível? “Ser mulher é isto: existir e não existir.

C – Esse novo romance, «O Pardal é um Pássaro Azul», trata do feminismo?

HS – Da condição feminina, trata. Passei muitos anos me perguntando porque será que as mulheres escritoras só escrevem romances intimistas. Até eu, que sou tão ligada no concreto, na chamada historicidade dos acontecimentos, tenho essa tendência. Acho que o social também explica isso. A vida em reclusão, a vida excluída do mundo dos homens, a vida em camarinha, criou o hábito das mulheres cochicharem para si mesmas. O hábito da introspecção. Eu me lembro – vagamente – da minha avó com um bordado na mão. É uma fixação minha: essas mulheres que ainda hoje, na era espacial, bordam, destrinchando para si mesmas, seus pensamentos mais secretos. O subjetivismo da literatura feminina também se explica pelos condicionamentos sociais. Tudo se explica dessa maneira.

C – Dizem que «O Pardal é um Pássaro Azul» é um romance político. Onde está o subjetivismo feminino?

HS – «O Pardal» é uma fábula política, porque hoje a gente escreve através de fábulas, viramos todos Esopos, La Fontaines. Mas é também uma história de amor. Passada no nordeste, porque gosto de me situar no nordeste, sou de lá, de certa

maneira nunca saí de lá. E é um caso de amor curioso porque analisa o amor de uma moça nordestina, de família patriarcal, por um tipo peculiar de homem: um homem homossexual.

C – Onde entra o social nisso?

HS – Entra. Aparentemente, se você der uma de psicanalista, trata-se apenas de um caso de amor neurótico. Uma moça, filha de uma família que deu nome às principais ruas da cidade, que mora num casarão de 10 alcovas, criada no pudor e no cabresto, na religião e na obediência, descobre que o primo a quem admira e ama é um homossexual. Mesmo assim ela não lhe retira nem o afeto nem a solidariedade. Ela vai todas as semanas à cadeia, levar ao seu homem preso uma caixa de alfênis. Renunciou a toda esperança carnal, mas o rapaz segue sendo o seu homem. Um caso em que o amor foi mais forte do que o conceito, dirão os analistas. Mas é, também – e para mim, principalmente – um caso que mostra o espantoso poder do homem sobre a mulher, submetida há dois mil anos.

C – Um caso de falotria?

HS – A nossa cultura está impregnada de falotria. Aliás, Jung teve, em sua infância, um sonho revelador sobre isso. Ele viu, em sonho, um falo instalado num trono. Para as mulheres, sobretudo, o pênis é o instrumento do poder e da glória. Uma espécie de cetno da espécie. A personagem do meu romance, Marina, é uma devota que vê o seu totem desonrado. Metade de sua dor vem desse sentimento inconsciente da desonra do deus.

C – E o feminismo se baseia no desejo de demitir essa divindade?

HS – Não. Foi bom que você perguntasse isso. O feminismo é um movimento de libertação. Da mulher e do homem. Pretendo mostrar à mulher que sua pobreza, a falta de creches para os seus filhos, as ruas sem esgotos em que um grande número delas mora – a maioria delas mora – não devem ser suportados. O feminismo, pelo menos aquele no qual eu estou interessada, é uma trincheira como outra qualquer de conscientização das pessoas.

C – Fala-se em descolonizar a mulher. Simone de Beauvoir gosta de usar essa expressão. Acha que a mulher é como um povo colonizado pelo homem?

HS – Não acredito que a expressão seja exata. Veja você, o colonizado e o colonizador têm interesses irreconciliáveis. A obrigação do colonizado – se tiver um mínimo de condições para isso – é pegar em armas e cair na guerrilha. Até que o colonizador arrume a trouxa e se mande. Já a mulher não pode guerrear o homem. Nem quer que ele dê o fora. Ela tem com o homem toda a espécie de laços. O feminismo autêntico jamais diz que o homem é um animal predatório; diz, sim, que a sociedade em que ambos vivem é predatória.

C – E nessa organização social, a mulher paga um preço mais duro?

HS – Paga, e não sabe. Não posso me esquecer do que vi no México, na Conferência do Ano Internacional da Mulher. Uma representante de Zâmbia dizia, perplexa, que as mulheres não

ex-

JORNAL DE TEXTO, FOTO, QUADRINHOS E O DIABO.

Compre o Ex! Melhor ainda: assine o Ex, mandando este cupon (ou cópia dele, pra não estragar o jornal) para a Rua Santo Antônio, 1043, São Paulo - CEP 01314

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Data: _____

12 EDIÇÕES (C\$ 70) 6 EDIÇÕES (C\$ 35)

Forma de pagamento: cheque nominal para a Ex-Editora Ltda.

**ESTÁ COM PRESSA?
NÃO QUER PERDER O
AVIAO?
QUER PEGAR O
JOGO DO FLAMENGO DO
INÍCIO?
QUER VER O
INÍCIO DO PAREO?**

Ligue para 227-0060 ou 227-0062 e procure o Geraldino motorista no Sol Ipanema. Ou então procure o Galã ou a Eni que eles lhe informam o paradeiro do Geraldino. Ele, Geraldino Luiz Alves Pereira, tem um Opala (LB-0282) e um TL (TA-5752)

PARA ANUNCIAR EM

CRITICA

TELEFONE PARA (021) 242-7395

podiam reivindicar igualdade de salários com os homens porque em certas zonas do seu país nem sequer havia salários. ... Os lavradores trabalhavam pela comida. No entanto, mesmo nesse quadro horrível, as mulheres trabalhavam a **mais**: além de pegarem duro na enxada, o mesmo número de horas dos homens, ainda tinham que ir buscar água no poço a quilômetros de distância, banhar os filhos, fazer a comida - quando havia comida. É uma situação que me lembra muito o nordeste.

C - E no México, como é que os escritores viram a movimentação das mulheres?

HS - Não sei, não cheguei a ver nenhum. ... Não se esqueça de que são todos muito machistas. De Juan José Arreola ao maravilhoso Carlos Fuentes. ... Todos. Eu sou ligadíssima na literatura latino-americana. Acho que vai ser reconhecida como a grande literatura do nosso século. É ao mesmo tempo viva e mágica. Compare um Juan Rulfo, por exemplo, um Alejo Carpentier, um Gabriel Garcia Marques com os escritores defuntos do romance novo francês, por exemplo. Os latino-americanos mostram o sangue, as cartilagens, as vísceras humanas. Os autores do romance novo francês passam capítulos inteiros falando de jarros e cortinas. ... Cinza. Mas os escritores de nosso continente são machistas, porque este é um continente de machões.

C - E isso torna a luta feminista muito difícil?

HS - Muito difícil. As mulheres deste continente têm a culpa muito fechada por séculos de opressão. Quando operárias,

não se sindicalizam. Quando da classe média, se conseguem notar o quanto são cidadãs de terceiro time, dizem logo: "A libertação é uma questão individual. Eu me liberto sozinha". Ora, não há libertação individual. Individualmente, as coisas perdem a importância.

C - E o feminismo brasileiro está se organizando?

HS - Depois do congresso do México e da Semana de Estudos patrocinada pela ABI e pela ONU (que a imprensa boicotou muito, mas foi significativa), está começando a se organizar num centro que vai ter sede e já tem estatutos. Isso é ótimo. Não acredito em espontaneísmo, tudo precisa ter uma organização.

C - E essa organização não vai ficar completamente dominada por mulheres da alta classe média, com curso superior, falando em nome das outras?

HS - Olha aí, eu tenho notado que toda a gente tem essa preocupação. Quero só lembrar que foram uns sujeitos que não eram da classe operária que teorizaram pela classe operária. ... Naturalmente, há entre algumas dessas feministas instruídas, uma tendência para confundir o feminismo com grupos de análise e começaram a examinar seus problemas existenciais. Mas essa tendência só está em alguns. Muitas sabem que o caso é outro. Sabem que é verdade o que o Echeverria, presidente do México, disse (talvez por demagogia, mas disse): "Não há mulher mais discriminada do que aquela que não tem pão".

C - E o movimento não se preocupa com a famosa relação homem-mulher?

HS - A relação homem-

mulher só pode mudar se a sociedade mudar. Em nosso sistema, não pode. O homem é proprietário: da casa, da terra, da fábrica e do trabalho alheio. É também proprietário da mulher. Esta tem que suportar a moral que ele dita.

C - Uma moral dual?

HS - Uma moral dual. Para o homem, vale tudo. Na minha terra, se diz: "Em saia de mulher é que pega carrapicho". É verdade. As mulheres ainda têm que continuar na dupla cadeia da virgindade e da fidelidade. É assim numa sociedade em que tudo tem dono. A mulher também tem dono.

C - E essa onda de permissividade?

HS - Minorias de minorias. Em alguns bairros cosmopolitas, em alguns setores sociais mais desinibidos, há mulheres que se tornaram, pelo menos aparentemente, senhoras dos seus corpos. São poucas. E estão muito cheias de problemas.

C - É a favor da liberdade sexual?

HS - Eu sou a favor de todas as liberdades. Conheci outro dia um cara, em Pati de Alferes, que nunca tinha vindo ao Rio de Janeiro. Cada vez que eu lhe explicava o quanto o Rio era lindo, ele me respondia: mas eu não tenho dinheiro para ir lá. Não tinha a liberdade de ir até o Rio, realmente. Estava, na realidade, preso em Pati de Alferes. A liberdade sexual para as mulheres também é letra morta.

C - E para os homens?

HS - Nem para os homens é fácil. Lembre-se que o domínio também domina o seu opres-

sor. As mulheres, dependentes há tantos séculos, querem se impor ao homem. Não respeitam nem um pouco a liberdade do homem porque elas mesmas nunca tiveram liberdade nenhuma. Então, começam com aquela apelação: "Você prometeu que me amaria sempre"... "Você roubou os melhores anos da minha vida"...

C - No «Pardal é um Pássaro Azul», há alguma espécie de apelação da mulher em relação ao homem?

HS - Não. O relacionamento é de abnegação total da parte da personagem, Marina. No nordeste, é muito comum a colocação masoquista da mulher diante do homem. Ali florescem em grande quantidade as mulheres mártires, as que suportam tudo, as que aceitam as mais ferozes injustiças, assumindo a qualidade de santas. Não se esqueça do tipo de relações de produção que existe lá. Do latifúndio, do patriarcalismo.

C - Seu novo romance, portanto, não trata de homossexualismo?

HS - De jeito nenhum. Heterossexuais não sabem escrever sobre homossexualismo, em termos de ficção. Os bons romances sobre homossexuais são sempre escritos por eles mesmos. Veja o caso de Gore Vidal, para falar de alguém que está na moda. A linha psicológica do meu romance destrincha os sentimentos de Marina: lá está ela perplexa diante do que lhe aconteceu, destruída pelo que lhe aconteceu, arrasada em sua feminilidade, mas solidária ao homem. Homossexual, ou não.

C - Falando nisso, o movimento feminista tem infiltração de lésbicas?

HS - Não tem nada a ver. Se existem lésbicas no movimento feminista, elas estão lá como mulheres e não como lésbicas. Vez em quando sem dúvida, aparece quem defende que os papéis sexuais são apenas um condicionamento da cultura. ... Mas isso não impressiona ninguém. Nas favelas, nos morros, nos bairros da periferia das metrópoles, no fundo das fábricas, milhares de mulheres sabem que têm útero. Não pretendem se descartar dele. Sabem que a função principal - não a única, mas a principal - da vida sexual é a reprodução. Sabem que terão filhos e estão preocupadas com a alimentação deles, com os meios para criá-los. O movimento feminista também se preocupa com isso. Eu falo, é claro, do único movimento feminista em que estou interessada.

C - Você teve dificuldade em encontrar editora, por ser mulher?

HS - Não. Para isso valeu eu ter outros livros antes. ... Mas sei que há grandes problemas nesse campo. Ótimos escritores ficam com originais inéditos na gaveta, anos e anos. Enquanto se publica uma torrente de traduções péssimas. Essa situação, essa dificuldade atinge os escritores homens, mas com as mulheres ainda é pior. Muito pior. Tudo se complica muito para as mulheres.

C - Mas não por causa dos homens.

HS - Por causa da organização da sociedade que sacrifica os dois. E que eles precisam mudar. Juntos.

FILOSOFIA

DA POESIA À CIÊNCIA

"Já não duvidamos de que as ciências se constituem a partir de uma mudança de problemática. A categoria que reflete essa mudança de problemática nas ciências é o corte epistemológico."

Idealizador do movimento Poemação, que em outubro passado lotou as salas do MAM com poetas de todas as linhas e todas as partes do Brasil, Carlos Henrique Escobar acaba de publicar, pela Editora Imago, seu último livro «As Ciências e a Filosofia».

Autor de uma teoria dos discursos em «Proposições para uma Semiologia e uma Linguística» (Editora Rio, 72), Escobar deu continuidade, nesses últimos anos, às suas preocupações de ordem epistemológica em diferentes artigos

sobre ciências humanas, sobretudo na revista Tempo Brasileiro.

Seu último livro procura esclarecer as proposições filosófico-materialistas que sufocam as ciências fora de qualquer suporte ideológico, seja ele o ser, a vontade, a linguagem, etc.

"As ciências", explica Escobar, "são pensadas por um lado no seu contexto teórico próprio, através da história particular que inaugurou em seus **começos**. E, por outro lado, pensadas e analisadas por uma articulação não-continua com a história na forma de luta de classes. O livro, aliás, constitui, em português, o texto que melhor explica e fundamenta o célebre **corte epistemológico** fora de qualquer dogmatismo."

Numa linha clara, sem subterfúgios, Escobar se empenha em precisar a especificidade dos discursos científicos frente aos discursos ideológicos. E isso não apenas para que as ciências não sejam converti-

das aos "mistérios" e aos "devaneios" de muitos filósofos idealistas, mas para que elas sejam encaradas, no corpo das contradições sociais, como um instrumento de transformação e de revolução.

O que é isso?

O livro «As Ciências e a Filosofia», em sua forma condensada e intencionalmente clara, dedica sua parte final à uma reflexão das proposições althusserianas sobre a filosofia. Procura-se aí mostrar como a filosofia situa-se no cam-

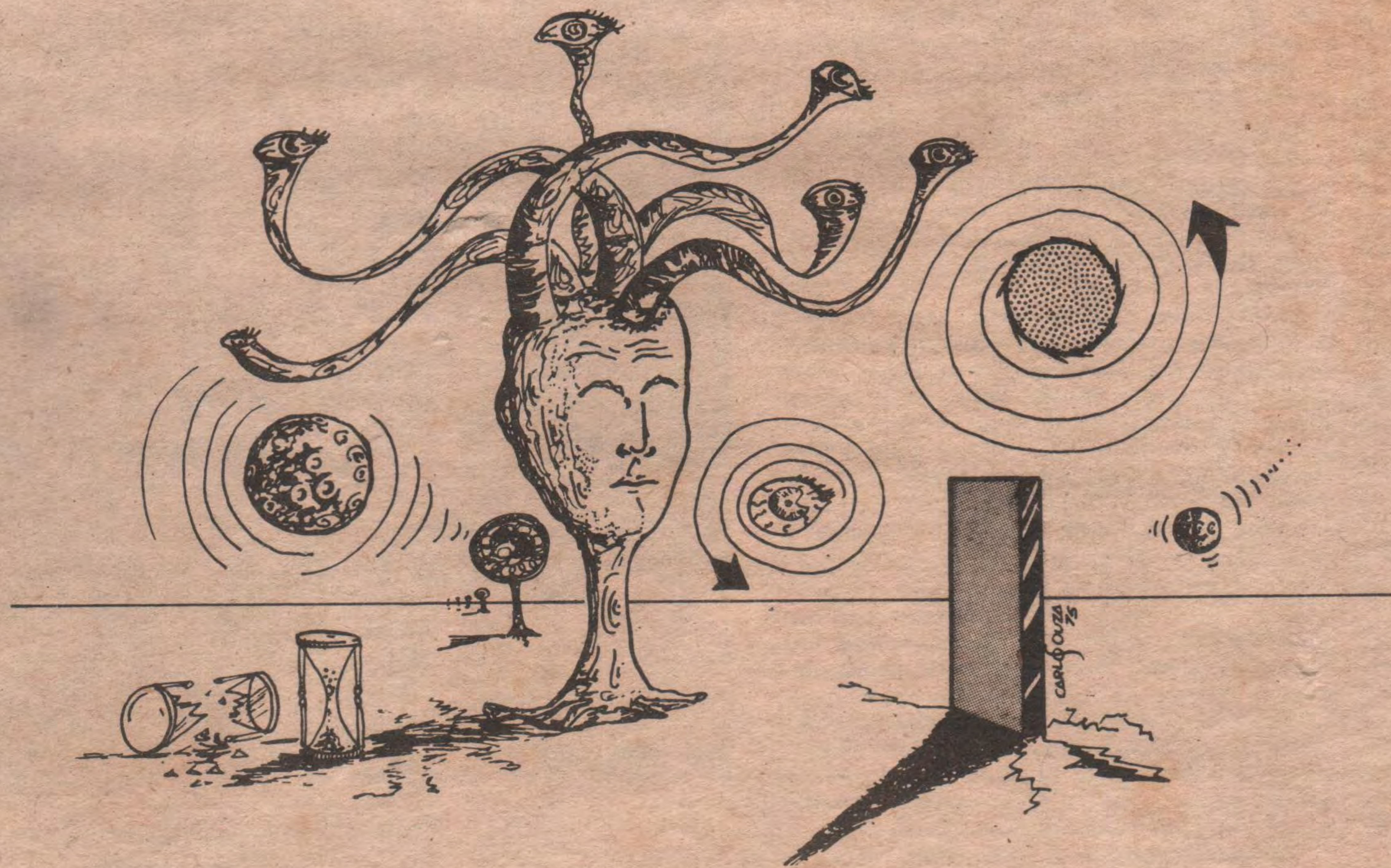
po dos discursos ideológicos e que como todos esses discursos, ela também expressa, na forma de uma constante oposição entre o materialismo e o idealismo, a luta de classes,

"Certamente", continua Escobar, "que o discurso filosófico é beneficiário dos discursos científicos que ele explora em suas crises mas que, dependendo de sua tendência materialista e idealista, pode defender ou atacar. Não se trata, pois, para os marxistas, e a partir da novidade radical da ciência da história, que nos

permite hoje conhecer a especificidade mesma dos discursos filosóficos, de substituir uma filosofia pela outra, mas de praticar a filosofia.

O que é isso? Isso é saber que a filosofia é a política na teoria e a teoria na política. Isto é, a filosofia faz a passagem - em meio da luta ideológica e política de classes - das ciências para o conflito político, tanto quanto assume este conflito junto às ciências, pensando-as."

LILIAN NEWLANDS



AS LARGAS COSTAS DOS LATERAIS

A história começou com Murilo. Aquele Murilo que o Flamengo foi buscar no Olaria e que, durante muitos anos, deu tantas alegrias à grande torcida rubronegra. Murilo foi, aqui no Rio, o lateral que primeiro se destacou com aquela de se mandar para frente, quando a situação lhe permitia. Dava certo algumas vezes e em outras a vaca ia pro brejo. No positivo o lateral era elogiado, palmadinhas nas costas—“Você é grande, Murilo”. Quando acontecia de jogarem uma bola em suas costas e o adversário conseguia marcar um gol, era o fim do mundo—“Esse cara é maluco; se manda e fica aquele buraco em suas costas; assim não dá”.

Certo dia o Murilo procurou este velho escriba e desabafou: “Sabe o senhor por que foi que o Flamengo foi me buscar no Olaria? Pois fique sabendo: foi porque eu fazia isso que tanto reclamam: Eu sabia quando a bola vinha à feição, tal como faço aqui no Flamengo, só que tem uma coisa: lá o Nelson me cobria e aqui no Flamengo só o Reyes, quando jogava no meio do campo, é que fazia a cobertura. Eu tenho que jogar o meu jogo, assim como eu sei...”

As costas dos laterais

São lugares comuns no futebol reclamar das costas dos laterais e da defesa em linha. Falou-se durante muito tempo em linha burra de quatro zagueiros. Isso é uma coisa que nada tem a ver com defesa em linha. O futebol ainda hoje se divide entre os que advogam a defesa em linha e os que acham que só é válida a defesa com um na sobra.

Quem assistiu à minicopa há de se lembrar da defesa em linha da seleção de Portugal. Era boa e trabalhou com eficiência. Era boa porque dispunha de dois grandes zagueiros centrais, Messias e Henrique. Uma defesa em linha tem que ser montada sobre uma linha de quatro bons zagueiros. Zagueiro, na acepção técnica da palavra, tem que ter como uma das qualidades principais a velocidade que lhe permita o dom da recuperação. Os dois zagueiros da seleção portuguesa que disputou a minicopa eram dois autênticos “sprinters”: iam buscar qualquer um que atravessasse a barreira da linha de defesa.

Quero salientar aqui que qualquer sistema é bom desde que o treinador tenha os homens apropriados ao objetivo que se propõe ao time. O que não é válido, é um treinador mandar o Chiquinho embora (corre mais do que o Cafuringa) e montar um esquema de rolo compressor com seu time sujeito a contra-ataques, quando sua defesa se baseia num jogador lento, sem poder de recuperação alguma. Se Chiquinho jogava na zaga do Flamengo, o time podia ir à frente e deixar o pastor como último homem. Ele tinha possibilidades de dar conta do recado.

O que não estava certo (nos últimos tempos) era a defesa do Flamengo repousar em Luis Carlos. Bom jogador para um sistema retrancado e nunca para jogar numa defesa que empurra o ataque, como é o caso da do Flamengo. O Luis Carlos é bom zagueiro, mas para determinado tipo de tática. Não tem velocidade nem empuxe para sair do chão. Tem que jogar protegido e assim será capaz de grandes atuações, porque ele sabe das coisas ali por baixo.

Se o Luis Carlos falha numa defesa em linha isso não quer dizer que a defesa em linha não preste. Absolutamente. Quem armou a defesa em linha, com base em Luis Carlos, desrespeitou um princípio básico do futebol: o de que se deve montar um esquema tático de acordo com os jogadores de que se dispõe, e nunca idealizar um esquema e enchê-lo com aquilo que se tem na mão.

“Assim não pode, o Marinho se manda para o ataque e o Dirceu fica de zagueiro”. E

o que se ouve, vez por outra, na boca de entendidos e torcedores. Não interessa saber quem é que fica no lugar de Marinho, nem tampouco criticar a frequência com que o lateral do Botafogo se lança ao ataque. Isso é lá com o treinador do Botafogo. Ou o Marinho desce sempre, porque o treinador manda que ele faça assim, ou então ele não observa as recomendações de seu treinador. Isso não vem ao caso. O que interessa é que quando o Marinho, ou o Rodrigues Neto, ou o Eurico, ou... quando um deles sobe em apoio ao ataque, não está havendo nada de mais na face da terra.

Os laterais, no futebol moderno, têm que atacar. Kovacs adverte aos zeladores dos gramados que, dentro de pouco tempo, a região dos campos de futebol que mais irá merecer sua atenção será aquela por onde atuam os pontas e os laterais. Aquela área verde, de priscas eras, que em ocasiões de chuvas era “um maná” para se carregar a bola, aquela verde região vai descascar também. Kovacs chama a atenção para a frequência das incursões por aquela região, e diz que daqui há pouco ela vai ficar tão careca quanto o miolo do campo.

E que os sistemas defensivos, levados ao exagero, acumularam gente demais no meio do campo. Fecharam o miolo do campo. Ficavam vazias, despovoadas, as laterais. Daí o aparecimento de alguém se aproveitando daquela região para deslizar por lá: os laterais. Note-se que nem sempre são os

O futebol é jogado por um time de 11 jogadores, com responsabilidades mútuas, bem definidas. Todos por um e um por todos. Se um lateral ataca, seu posto não pode ficar vago. Alguém deverá cobrir o espaço abandonado. O lateral não foi na Penha rezar; foi lá na frente tentar um gol, para garantir o bicho de todos. A missão de cobertura, no futebol, é uma questão de sobrevivência e ela é muito importante e muito antiga. O quadrado militar de Artaxerxes implicava nisto: quatro frentes de combate, sem flanco para ser desbordado.

laterais que incursionam por ali, mas são eles que levam a fama. A margem do campo é, hoje em dia, o caminho preferido para ir rapidamente de uma área à outra.

Cobertura

Um time de futebol é um todo homogêneo. Solidário. Seus jogadores, embora não pareça, estão ligados por fios invisíveis da cobertura. Quando um lateral avança em ataque, tudo deve se passar, num verdadeiro time de futebol, como se ele tivesse dito para

o zagueiro central, seu vizinho, “guenta aí que eu vou lá na frente”. O lateral não fala isso. Não fala por uma razão muito simples. É que está na massa do sangue de um jogador de futebol essa missão de cobertura, ou seja, o assumir a responsabilidade por um setor momentaneamente desguarnecido.

Ora, dirão alguns, se um zagueiro central cobre um lateral que sobe em apoio a seu ataque, ele estará desguarnecendo sua área. Correto. So que a cobertura não é responsabilidade de um jogador apenas. Não. A cobertura é obrigação do conjunto. Digamos que o Rodrigues Neto avance. O Luis Carlos deverá cobri-lo. Quem deverá ficar alerta quanto a posição que o Luis Carlos abandonou? Liminha, parece-me. É só para dar exemplo. O que é preciso ficar bem claro é que não há crime no apoio que um lateral dá a seu ataque. Ou seja, não há esse tão falado perigo das bolas nas costas dos laterais.

O sistema de defesa de um time deve manter íntimas relações com o meio de campo e com o ataque, formando um todo homogêneo e solidário. Deve funcionar plenamente, em todo e qualquer momento de uma partida. Deve funcionar, o conjunto, como se seus elementos estivessem ligados por um fio — a descida de um puxando outros para trás. É isso aí. É e nisto aí que repousa o fundamental do tão falado e propalado futebol total.

Ataque e defesa

Quando se fala em futebol total duas coisas ocorrem à mente: a marcação cerrada e a velocidade. É por aí assim. Falei em meu livro da necessidade de se conservar a posse da bola e de readquiri-la assim que ela for perdida. Isso é fundamental no futebol.

O que se passa quando um time tem a bola? Todos os jogadores passam a raciocinar em termos de ataque. Predomina ao conjunto o sentido ofensivo do jogo. Nessas ocasiões, os homens do meio de campo e os zagueiros, que em princípio são peças da defesa, esquecem sua condição de defensores e assumem a de atacantes. Quando porém o adversário toma a bola, os defensores reassumem sua condição precipua de defensores, ao mesmo tempo que os atacantes deixam de agir como tais, e vestem a roupagem de defensores, pois lhes cabe participar da missão de recuperar a bola.

A todo momento, numa partida de futebol (no chamado futebol moderno) a gente assiste a essa mudança de atitude dos jogadores. Ou seja, os jogadores de ataque não são simplesmente atacantes. Agem ora como atacantes ora como defensores, enquanto os jogadores da retaguarda fazem o mesmo: trabalham ora ofensiva ora defensivamente. Ninguém é isso e apenas isso, mas é isso e aquilo, ao mesmo tempo — o jogador de futebol. Essa é a peça-mestra do futebol total, do futebol moderno. Um atleta que é capaz de desempenhar qualquer das funções, dentro de um time de futebol.

Os alemães chegaram a imaginar que se haveria de atingir ao tipo eclético do jogador: fazendo tudo com a mesma perfeição. Fômo entre os que não pensam assim. Estou com Katchaline quando afirma que o biótipo ditará sempre aquilo em que o jogador será melhor. Embora saiba fazer de tudo um pouco, haverá sempre a missão característica em que ele se portará melhor. Isso é lógico. Um jogador pesado, cheio de músculos, dificilmente terá a rapidez de raciocínio de um esguio longilíneo. Suas qualidades físicas lhe impõem missão de mais força, de impor respeito, de barrar o caminho do gol aos adversários. E, serão sempre zagueiros, os homens da retaguarda sem que isso prova que lhes seja ensinado chutar a gol, passar ou centrar uma bola.

Isso é que é futebol total. Todos os jogadores gozando de perfeita saúde, para poderem ir e vir com a maior naturalidade, sem botar a língua de fora, com capacidade fisiológica para correr os 90 minutos e, sobretudo, aptos a, em qualquer momento do jogo, aproveitar a emergência que a partida apresenta; e assumir uma função diferente daquela para que foi escalado, no papel.

Um Breitner, um Beckenbauer, um Luis Pereira, um Marinho, são elementos de defesa que por sua habilidade em exercer função de ataque emprestam ao jogo de suas equipes uma dose maior de periculosidade. É que os defensores adversários não poderão ficar preocupados apenas em marcar os atacantes mas terão que optar em ir neste ou naquele elemento de defesa que se aproximar da zona de arremesso a gol. Falei. Mas voltarei.



Marinho: sua posição é vital para a periculosidade do time.